

# APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 28/04/2024, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para a **Defensoria Pública do Estado do Acre**. Assim que divulgados o caderno de provas e o gabarito preliminar oficial, nosso time de professores analisou cada uma das questões que agora serão apresentadas em nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou 2 questões passíveis de recurso e/ou que devem ser anuladas, por apresentarem duas ou nenhuma alternativa correta, como veremos adiante. No tipo de prova comentado, trata-se das questões 15 e 36.

De modo complementar, elaboramos também o **RANKING da DPE-AC** em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte da 1ª fase. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/simulados/56302688-5340-43e5-91b1-7d94a64d7743/>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/3892199c-b355-46f4-8117-3e50be6fa30b/>

Por fim, comentaremos a prova, as questões mais polêmicas, as possibilidades de recurso, bem como a estimativa da nota de corte no **TERMÔMETRO PÓS-PROVA**, no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!



**Estratégia Carreira Jurídica - YouTube**

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação de Rodadas do Estratégia Carreiras Jurídicas.

# PROVA COMENTADA –

## DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE

**QUESTÃO 01.** De acordo com a legislação vigente e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a alteração do prenome de pessoa que atingiu a maioridade civil

**a) pode ser requerida, a qualquer tempo, após a maioridade civil, desde que mediante o ajuizamento de ação na qual deve ser apresentado justo motivo para a alteração.**

**b) exige do interessado o ajuizamento de ação no primeiro ano após ter atingido a maioridade civil, na qual deve ser apresentado justo motivo para a alteração.**

**c) independe de decisão judicial, devendo o interessado, após atingir a maioridade civil, requerer, pessoalmente, mediante apresentação de justo motivo, a alteração diretamente no ofício de registro civil de pessoas naturais.**

**d) demanda o ajuizamento de ação pelo interessado no primeiro ano após o atingimento da maioridade civil, com manifestação de sua vontade, sendo desnecessário apresentar justo motivo para a alteração.**

**e) independe de decisão judicial, podendo o interessado, após atingir a maioridade civil, requerer pessoalmente a alteração junto ao ofício de registro civil de pessoas naturais, sendo desnecessária a apresentação de justo motivo para a mudança.**

### Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, pois a alteração do prenome de pessoa que atingiu a maioridade civil pode ser requerida, a qualquer tempo, após a maioridade civil, independentemente do ajuizamento de ação, sendo desnecessário apresentar justo motivo para a alteração. Assim, é possível a alteração imotivada do prenome por intermédio da via extrajudicial, conforme o disposto no art. 56, caput, da Lei nº 6.015/73 (Lei de Registros Públicos): “Art. 56. A pessoa registrada poderá, após ter atingido a maioridade civil, requerer pessoalmente e imotivadamente a alteração de seu prenome, independentemente de decisão judicial, e a alteração será averbada e publicada em meio eletrônico”.

A alternativa B está incorreta, pois a alteração do prenome de pessoa que atingiu a maioridade civil pode ser requerida, a qualquer tempo, após a maioridade civil, independentemente do ajuizamento de ação. Assim, é possível a alteração imotivada do prenome por intermédio da via extrajudicial, conforme o disposto no art. 56, caput, da Lei nº 6.015/73 (Lei de Registros Públicos): “Art. 56. A pessoa registrada poderá, após ter atingido a maioridade civil, requerer pessoalmente e imotivadamente a alteração de seu prenome, independentemente de decisão judicial, e a alteração será averbada e publicada em meio eletrônico”.

A alternativa C está incorreta, pois a legislação admite 1 (uma) alteração imotivada do prenome por intermédio da via extrajudicial, conforme o disposto no art. 56, caput e §1º, da Lei nº 6.015/73 (Lei de Registros Públicos): “Art. 56. A pessoa registrada poderá, após ter atingido a maioridade civil, requerer pessoalmente e imotivadamente a alteração de seu prenome, independentemente de decisão judicial, e a alteração será averbada e publicada em meio eletrônico. § 1º A alteração imotivada de prenome poderá ser feita na via extrajudicial apenas 1 (uma) vez, e sua desconstituição dependerá de sentença judicial”.

A alternativa D está incorreta, pois trata da redação original do art. 57 da Lei nº 6.015/73 (Lei de Registros Públicos) vigente antes da alteração promovida pela Lei nº 14.382, de 2022. Nesse contexto, destaca-se que a possibilidade de alteração de prenome atualmente encontra-se no art. 56 da Lei nº 6.015/73: “Art. 56. A pessoa registrada poderá, após ter atingido a maioridade civil, requerer pessoalmente e imotivadamente a alteração de seu prenome, independentemente de decisão judicial, e a alteração será averbada e publicada em meio eletrônico”. Ainda sobre o tema, cumpre destacar o conteúdo do art. 56, §1º, da Lei nº 6.015/73: “§ 1º A alteração imotivada de prenome poderá ser feita na via extrajudicial apenas 1 (uma) vez, e sua desconstituição dependerá de sentença judicial”.

A alternativa E está correta, nos termos da nova redação dada pela Lei nº 14.382, de 2022, ao caput do art. 56 da Lei nº 6.015/73 (Lei de Registros Públicos): “Art. 56. A pessoa registrada poderá, após ter atingido a maioridade civil, requerer pessoalmente e imotivadamente a alteração de seu prenome, independentemente de decisão judicial, e a alteração será averbada e publicada em meio eletrônico”. Ainda sobre o tema, cumpre destacar o conteúdo do art. 56, §1º, da Lei nº 6.015/73: “§ 1º A alteração imotivada de prenome poderá ser feita na via extrajudicial apenas 1 (uma) vez, e sua desconstituição dependerá de sentença judicial”.

## **QUESTÃO 02. De acordo com o STJ e o Código Civil, o alvo da eficácia da prescrição é**

- a) a pretensão, sendo esta fenômeno de direito material que impede a cobrança do cumprimento da prestação pelas vias judicial e extrajudicial.**
- b) a ação, sendo aquela, por esse motivo, fenômeno de direito processual que impede a cobrança do cumprimento da prestação apenas pela via judicial.**
- c) o direito subjetivo, sendo ela um fenômeno de direito material que permite a cobrança do cumprimento da prestação apenas pela via extrajudicial.**
- d) a pretensão, sendo esta fenômeno de direito processual que impede a cobrança do cumprimento da prestação apenas pela via judicial.**
- e) a pretensão, sendo esta instituto de direito processual que permite a cobrança do cumprimento da prestação pelas vias judicial e extrajudicial.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A solução do questionamento exige a análise do REsp 2.088.100, com trecho da ementa a seguir transcrito: “3. Inovando em relação à ordem jurídica anterior, o art. 189 do Código Civil de 2002

estabelece, expressamente, que o alvo da prescrição é a pretensão, instituto de direito material, compreendido como o poder de exigir um comportamento positivo ou negativo da outra parte da relação jurídica. 4. A pretensão não se confunde com o direito subjetivo, categoria estática, que ganha contornos de dinamicidade com o surgimento da pretensão. Como consequência, é possível a existência de direito subjetivo sem pretensão ou com pretensão paralisada. 5. A pretensão se submete ao princípio da indiferença das vias, podendo ser exercida tanto judicial, quanto extrajudicialmente. Ao cobrar extrajudicialmente o devedor, o credor está, efetivamente, exercendo sua pretensão, ainda que fora do processo. 6. Se a pretensão é o poder de exigir o cumprimento da prestação, uma vez paralisada em razão da prescrição, não será mais possível exigir o referido comportamento do devedor, ou seja, não será mais possível cobrar a dívida. Logo, o reconhecimento da prescrição da pretensão impede tanto a cobrança judicial quanto a cobrança extrajudicial do débito. 7. Hipótese em que as instâncias ordinárias consignaram ser incontroversa a prescrição da pretensão do credor, devendo-se concluir pela impossibilidade de cobrança do débito, judicial ou extrajudicialmente, impondo-se a manutenção do acórdão recorrido. 8. Recurso especial conhecido e desprovido. (REsp n. 2.088.100/SP, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 17/10/2023, DJe de 23/10/2023.)”.

Passando à análise das alternativas.

A alternativa A está correta, pois, de acordo com o entendimento do STJ no REsp 2.088.100, “o alvo da prescrição é a pretensão, instituto de direito material, compreendido como o poder de exigir um comportamento positivo ou negativo da outra parte da relação jurídica”. Nesse contexto, “o reconhecimento da prescrição da pretensão impede tanto a cobrança judicial quanto a cobrança extrajudicial do débito”.

A alternativa B está incorreta, pois, de acordo com o entendimento do STJ no REsp 2.088.100, o alvo da eficácia da prescrição é a pretensão, sendo aquela, por esse motivo, fenômeno de direito material que impede a cobrança do cumprimento da prestação pela via judicial e extrajudicial.

A alternativa C está incorreta, para o STJ “a pretensão não se confunde com o direito subjetivo, categoria estática, que ganha contornos de dinamicidade com o surgimento da pretensão” (REsp 2.088.100). Além disso, a Corte Cidadã acrescenta que “se a pretensão é o poder de exigir o cumprimento da prestação, uma vez paralisada em razão da prescrição, não será mais possível exigir o referido comportamento do devedor, ou seja, não será mais possível cobrar a dívida. Logo, o reconhecimento da prescrição da pretensão impede tanto a cobrança judicial quanto a cobrança extrajudicial do débito”.

A alternativa D está incorreta, pois, de acordo com o entendimento do STJ no REsp 2.088.100, “o alvo da prescrição é a pretensão, instituto de direito material, compreendido como o poder de exigir um comportamento positivo ou negativo da outra parte da relação jurídica”. Ademais, afirma a Corte Cidadã que “se a pretensão é o poder de exigir o cumprimento da prestação, uma vez paralisada em razão da prescrição, não será mais possível exigir o referido comportamento do devedor, ou seja, não será mais possível cobrar a dívida. Logo, o reconhecimento da prescrição da pretensão impede tanto a cobrança judicial quanto a cobrança extrajudicial do débito”.

A alternativa E está incorreta. De acordo com o entendimento do STJ no REsp 2.088.100, a prescrição é instituto de direito material, vejamos trecho da ementa: “o alvo da prescrição é a pretensão, instituto de direito material, compreendido como o poder de exigir um comportamento positivo ou negativo da outra parte da relação jurídica”.

**QUESTÃO 03. De acordo com o Código Civil e o entendimento do STJ, a cláusula penal compensatória torna-se exigível desde a data do inadimplemento**

a) relativo pelo devedor que, culposamente, deixar de cumprir a obrigação, desde que o vencimento desta não esteja vinculado à prévia notificação da resolução do contrato.

b) relativo pelo devedor que, dolosamente, deixar de cumprir a obrigação, ainda que o vencimento desta esteja vinculado à prévia notificação da resolução do contrato.

c) absoluto pelo devedor que, culposamente, deixar de cumprir a obrigação, ainda que o vencimento desta esteja vinculado à prévia notificação da resolução do contrato.

d) absoluto pelo devedor que, culposamente, deixar de cumprir a obrigação, desde que o vencimento desta não esteja vinculado à prévia notificação da resolução do contrato.

e) absoluto pelo devedor que, dolosamente, deixar de cumprir a obrigação, desde que o vencimento desta não esteja vinculado à prévia notificação da resolução do contrato.

## Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois a cláusula penal compensatória é prevista para os casos de inadimplemento absoluto da obrigação. De acordo com a doutrina, há duas modalidades de cláusula penal: cláusula penal moratória e cláusula penal compensatória. Segundo Cristiano Chaves: “A cláusula penal moratória é aquela instituída com o fito de preservar cláusula específica do contrato ou em virtude de mora do devedor. Será a multa exigida conjuntamente à obrigação principal não adimplida, com feição de indenização complementar”, nos termos do art. 411 do CC: “Art. 411. Quando se estipular a cláusula penal para o caso de mora, ou em segurança especial de outra cláusula determinada, terá o credor o arbítrio de exigir a satisfação da pena cominada, juntamente com o desempenho da obrigação principal”. Por outro lado, “a cláusula penal compensatória é aquela que estipula multa para a total inexecução contratual, ou seja, nas hipóteses de absoluto descumprimento da obrigação ao tempo de seu vencimento. (...) Aqui, a cláusula penal tem feição de indenização substitutiva”, conforme o disposto no art. 410 do CC: “Art. 410. Quando se estipular a cláusula penal para o caso de total inadimplemento da obrigação, esta converter-se-á em alternativa a benefício do credor”.

A alternativa B está incorreta, pois a cláusula penal compensatória é prevista para os casos de inadimplemento absoluto da obrigação, conforme justificativa apresentada na alternativa A.

A alternativa C está correta. De acordo com o entendimento do STJ no REsp 1.951.601: “4. O fato gerador de crédito fundado em cláusula penal compensatória é o inadimplemento absoluto da obrigação principal. 5. O direito subjetivo de crédito decorrente da multa convencional existe desde a data do inadimplemento absoluto, ocasião em que se torna exigível a cláusula penal compensatória, ainda que o seu vencimento esteja vinculado à prévia notificação da resolução do contrato (REsp n. 1.951.601/SP, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 13/12/2022, DJe de 16/12/2022.)”. Além disso, cumpre destacar que na cláusula penal compensatória, fundamental é a constatação da inexecução culposa da obrigação, nos termos do art. 408 do Código Civil: “Art. 408. Incorre de pleno direito o devedor na cláusula penal, desde que, culposamente, deixe de cumprir a obrigação ou se constitua em mora”.

A alternativa D está incorreta, pois, nessa hipótese, a cláusula penal compensatória torna-se exigível ainda que o vencimento desta esteja vinculado à prévia notificação da resolução do contrato. De acordo

com o entendimento do STJ no REsp 1.951.601: “4. O fato gerador de crédito fundado em cláusula penal compensatória é o inadimplemento absoluto da obrigação principal. 5. O direito subjetivo de crédito decorrente da multa convencional existe desde a data do inadimplemento absoluto, ocasião em que se torna exigível a cláusula penal compensatória, ainda que o seu vencimento esteja vinculado à prévia notificação da resolução do contrato (REsp n. 1.951.601/SP, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 13/12/2022, DJe de 16/12/2022.)”.

A alternativa E está incorreta, pois na cláusula penal compensatória, é suficiente que ocorra a inexecução culposa da obrigação, nos termos do art. 408 do Código Civil: “Art. 408. Incorre de pleno direito o devedor na cláusula penal, desde que, culposamente, deixe de cumprir a obrigação ou se constitua em mora”.

**QUESTÃO 04. Segundo o STJ e o Código Civil, na hipótese em que a apuração de suposto fato criminoso na esfera criminal for questão prejudicial à propositura de ação de indenização por danos morais na esfera cível, decorrente de responsabilidade extracontratual, a prescrição**

**a) correrá a partir da efetiva ciência do dano, sendo o prazo prescricional de dez anos e desnecessário aguardar o trânsito em julgado da sentença proferida na ação penal.**

**b) não correrá antes do trânsito em julgado da sentença proferida na ação penal e, quando iniciar a contagem do prazo prescricional, este será de três anos.**

**c) não correrá antes do trânsito em julgado da sentença proferida na ação penal e, iniciada a contagem do prazo prescricional, este será de dez anos.**

**d) correrá a partir da efetiva ciência do dano, sendo o prazo prescricional de cinco anos e desnecessário aguardar o trânsito em julgado da sentença proferida na ação penal.**

**e) correrá a partir da efetiva ciência do dano, sendo o prazo prescricional de três anos e desnecessário aguardar o trânsito em julgado da sentença proferida na ação penal.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, pois, nessa hipótese, a prescrição não correrá antes do trânsito em julgado da sentença proferida na ação penal. Nos termos do art. 200 do Código Civil: “Art. 200. Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva”. Ademais, de acordo com o STJ, quando a apuração de suposto fato criminoso na esfera criminal for questão prejudicial à propositura de ação de indenização por danos morais na esfera cível, decorrente de responsabilidade extracontratual, a prescrição não correrá antes do trânsito em julgado da sentença proferida na ação penal.

A alternativa B está correta. A primeira parte da alternativa está fundamentada no REsp 1.135.988, no qual o STJ decidiu que: “1. Impera a noção de independência entre as instâncias civil e criminal, uma vez que o mesmo fato pode gerar, em tais esferas, tutelas a diferentes bens jurídicos, acarretando níveis diversos de intervenção. Nessa seara, o novo Código Civil previu dispositivo inédito em seu art. 200, reconhecendo causa impeditiva da prescrição: “quando a ação se originar de fato que deva ser apurado

no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva". 2. Estabeleceu a norma, em prestígio à boa-fé, que o início do prazo prescricional não decorre da violação do direito subjetivo em si, mas, ao revés, a partir da definição por sentença, no juízo criminal, que apure definitivamente o fato. A aplicação do art. 200 do Código Civil tem valia quando houver relação de prejudicialidade entre as esferas cível e penal - isto é, quando a conduta originar-se de fato também a ser apurado no juízo criminal -, sendo fundamental a existência de ação penal em curso (ou ao menos inquérito policial em trâmite). (REsp n. 1.135.988/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 8/10/2013, DJe de 17/10/2013.). Ademais, o prazo prescricional de 3 (três) anos encontra-se no AREsp 1.192.906-SP: "Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, reafirmado no julgamento do Tema IAC 2, incide o prazo prescricional trienal, nos moldes do art. 206, § 3º, inciso V, do Código Civil, nas ações de indenização oriundas de responsabilidade civil extracontratual (AREsp 1.192.906-SP, Relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, por maioria, julgado em 14/3/2023)".

A alternativa C está incorreta, pois, no caso, o prazo prescricional será de 3 (três) anos, nos termos do AREsp 1.192.906-SP: "Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, reafirmado no julgamento do Tema IAC 2, incide o prazo prescricional trienal, nos moldes do art. 206, § 3º, inciso V, do Código Civil, nas ações de indenização oriundas de responsabilidade civil extracontratual (AREsp 1.192.906-SP, Relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, por maioria, julgado em 14/3/2023)".

A alternativa D está incorreta, pois, nessa hipótese, a prescrição não correrá antes do trânsito em julgado da sentença proferida na ação penal. Nos termos do art. 200 do Código Civil: "Art. 200. Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva". Ademais, de acordo com o STJ, quando a apuração de suposto fato criminoso na esfera criminal for questão prejudicial à propositura de ação de indenização por danos morais na esfera cível, decorrente de responsabilidade extracontratual, a prescrição não correrá antes do trânsito em julgado da sentença proferida na ação penal.

A alternativa E está incorreta, pois, nessa hipótese, a prescrição não correrá antes do trânsito em julgado da sentença proferida na ação penal. Nos termos do art. 200 do Código Civil: "Art. 200. Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva". Ademais, de acordo com o STJ, quando a apuração de suposto fato criminoso na esfera criminal for questão prejudicial à propositura de ação de indenização por danos morais na esfera cível, decorrente de responsabilidade extracontratual, a prescrição não correrá antes do trânsito em julgado da sentença proferida na ação penal.

**QUESTÃO 05. De acordo com o Código Civil, configura-se comoriência quando dois ou mais indivíduos,**

**a) independentemente de serem sucessores entre si, falecerem no mesmo local, vindo todos eles a óbito concomitantemente.**

**b) que são sucessores entre si, falecerem no mesmo local, vindo todos eles a óbito concomitantemente.**

**c) independentemente de serem sucessores entre si, falecerem na mesma ocasião, não sendo possível averiguar se a morte de algum deles precedeu à dos outros.**

**d) que são sucessores entre si, falecerem na mesma ocasião, não sendo possível averiguar se a morte de algum deles precedeu à dos outros.**

**e) independentemente de serem sucessores entre si, falecerem no mesmo local, sendo impossível averiguar se a morte de algum deles precedeu à dos outros.**

## **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois o conteúdo do art. 8º do Código Civil não exige que a morte tenha ocorrido no mesmo local, mas ao mesmo tempo (simultaneamente), vejamos: “Art. 8º Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-ão simultaneamente mortos”.

A alternativa B está incorreta, pois o conteúdo do art. 8º do Código Civil não exige que a morte tenha ocorrido no mesmo local, mas ao mesmo tempo (simultaneamente), vejamos: “Art. 8º Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-ão simultaneamente mortos”.

A alternativa C está correta, nos termos do art. 8º do Código Civil: “Art. 8º Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-ão simultaneamente mortos”.

A alternativa D está incorreta, pois a redação do art. 8º do Código Civil não prevê expressamente como requisito para a comoriência que os indivíduos sejam sucessores entre si: “Art. 8º Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-ão simultaneamente mortos”. Porém, a doutrina afirma que somente haverá comoriência entre pessoas sucessíveis entre si. De acordo com Cristiano Chaves: “A consequência fundamental da comoriência projeta-se no Direito das Sucessões: a comoriência impede a transmissão de qualquer direito entre as pessoas comorientes. (...) Exatamente por esse motivo, somente haverá comoriência entre pessoas sucessíveis entre si ou que tenham estabelecido, entre si, uma relação jurídica de transmissão de direitos (como, por exemplo, um contrato de seguro de vida). É que não há interesse jurídico em determinar quem precedeu a morte de quem em relação a pessoas que não travam qualquer relação jurídica de transmissão de direitos. (...) Daí a importância do instituto para o Direito das Sucessões, produzindo seu mais relevante efeito: faz cessar os direitos sucessórios entre os comorientes, que não poderão suceder uns aos outros ou receber indenizações a título de seguro de vida”.

A alternativa E está incorreta, pois a redação legal não exige que seja impossível averiguar o momento da morte, mas apenas que não seja possível indicar, com precisão, a premoriência, ou seja, quem precedeu a morte de quem. De acordo com Cristiano Chaves: “Funda-se a comoriência em um verdadeiro estado de dúvida, de incerteza, sobre quem precedeu a morte de quem em determinadas circunstâncias e, dada a falta de provas concretas para indicar quem morreu primeiro, supõe o ordenamento jurídico que morreram concomitantemente”. Trata-se de presunção relativa (*iuris tantum*), que pode ser afastada por laudo médico ou outra prova efetiva e precisa do momento da morte real.

**QUESTÃO 06. De acordo com o STJ e o Código Civil, se ocorrer a contratação de cartão de crédito, mediante fraude, após a morte do usuário, e daí resultar a inscrição do nome do de cujus nos cadastros de devedores inadimplentes, a propositura de ação judicial para pleitear que cesse a lesão ou ameaça dos direitos da personalidade**

**a) caberá a qualquer interessado.**

**b) caberá ao cônjuge sobrevivente ou a qualquer dos parentes em linha reta, ou colateral até o quarto grau.**

**c) atenta contra o ordenamento jurídico brasileiro, dada a falta de previsão legal para conferir legitimidade aos sucessores.**

**d) caberá ao espólio.**

**e) não será possível, por se tratar de direito intransmissível.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, pois, nessa hipótese, a propositura de ação judicial caberá ao cônjuge sobrevivente ou a qualquer dos parentes em linha reta, ou colateral até o quarto grau. De acordo com o art. 12 do Código Civil: “Art. 12. Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei. Parágrafo único. Em se tratando de morto, terá legitimação para requerer a medida prevista neste artigo o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau”.

A alternativa B está correta. Nos termos do art. 12 do Código Civil: “Art. 12. Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei. Parágrafo único. Em se tratando de morto, terá legitimação para requerer a medida prevista neste artigo o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau”. Ademais, de acordo com o entendimento do STJ no REsp 1.209.474: “1. Contratação de cartão de crédito após a morte do usuário, ensejando a inscrição do seu nome nos cadastros de devedores inadimplentes. 2. Propositura de ação declaratória de inexistência de contrato de cartão de crédito, cumulada com pedido de indenização por danos morais, pelo espólio e pela viúva. 3. Legitimidade ativa da viúva tanto para o pedido declaratório como para o pedido de indenização pelos prejuízos decorrentes da ofensa à imagem do falecido marido, conforme previsto no art. 12, parágrafo único, do Código Civil. 4. Ausência de legitimidade ativa do espólio para o pedido indenizatório, pois a personalidade do "de cujus" se encerrara com seu óbito, tendo sido o contrato celebrado posteriormente. 5. Doutrina e jurisprudência acerca do tema. 6. Restabelecimento dos comandos da sentença acerca da indenização por dano moral. 7. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO. (REsp n. 1.209.474/SP, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 10/9/2013, DJe de 23/9/2013.)”.

A alternativa C está incorreta, pois há previsão legal conferindo legitimidade aos sucessores. Consoante o disposto no art. 12 do Código Civil: “Art. 12. Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei. Parágrafo único. Em se tratando de morto, terá legitimização para requerer a medida prevista neste artigo o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau”.

A alternativa D está incorreta, pois, de acordo com o STJ, o espólio não tem legitimidade nessa hipótese. Nesse sentido, destaca-se trecho da ementa do REsp 1.209.474: “1. Contratação de cartão de crédito após a morte do usuário, ensejando a inscrição do seu nome nos cadastros de devedores inadimplentes. 2. Propositura de ação declaratória de inexistência de contrato de cartão de crédito, cumulada com pedido de indenização por danos morais, pelo espólio e pela viúva. 3. Legitimidade ativa da viúva tanto para o pedido declaratório como para o pedido de indenização pelos prejuízos decorrentes da ofensa à imagem do falecido marido, conforme previsto no art. 12, parágrafo único, do Código Civil. 4. Ausência de legitimidade ativa do espólio para o pedido indenizatório, pois a personalidade do "de cujus" se encerrara com seu óbito, tendo sido o contrato celebrado posteriormente. 5. Doutrina e jurisprudência acerca do tema. 6. Restabelecimento dos comandos da sentença acerca da indenização por dano moral. 7. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO. (REsp n. 1.209.474/SP, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 10/9/2013, DJe de 23/9/2013.)”.

A alternativa E está incorreta, pois, nessa hipótese, é possível a propositura de ação judicial para pleitear que cesse a lesão ou ameaça dos direitos da personalidade. Consoante o disposto no art. 12 do Código Civil: “Art. 12. Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei. Parágrafo único. Em se tratando de morto, terá legitimização para requerer a medida prevista neste artigo o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau”. Ainda sobre o tema, cumpre destacar as lições de Cristiano Chaves: “Os lesados indiretos são as pessoas que têm legitimidade para requerer a medida de proteção quando o titular dos direitos da personalidade já tiver falecido. Ou seja, pode a pessoa viva defender, em nome próprio, um direito próprio da personalidade consubstanciado em resguardar a memória da personalidade de alguém de sua família que já faleceu. É a hipótese do filho que defende, judicialmente, a honra ou a imagem do pai falecido, indevidamente violados após o óbito. Nesse caso, insista-se, o titular defende um direito próprio, até porque o morto já não mais titulariza qualquer direito da personalidade”.

**QUESTÃO 07. A respeito das impenhorabilidades previstas na legislação processual civil, assinale a opção correta, considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ).**

**a) É penhorável o bem de família para o pagamento de profissionais liberais ou de honorários advocatícios, os quais se equiparam à pensão alimentícia, em razão de sua natureza alimentar,**

**b) O bem de família do fiador de contrato de locação de imóvel comercial é impenhorável.**

**c) A exceção à impenhorabilidade do bem de família prevista para o crédito decorrente de financiamento destinado a construção ou à aquisição de imóvel não se estende a novo imóvel adquirido com os recursos oriundos da venda do bem primitivo penhorável**

**d) O bem de família alienado fiduciariamente pode ser penhorado em execução promovida por terceiro contra o devedor fiduciante, ainda que o imóvel pertença ao credor fiduciário.**

**e) Em execução de dívida de natureza não alimentar, é possível, em caráter excepcional, a penhora de salário, ainda que este não exceda a 50 salários mínimos, quando garantido o mínimo necessário para a subsistência digna do devedor e de sua família.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Conforme jurisprudência do STJ: "É impenhorável o bem de família para o pagamento de honorários advocatícios ou de profissionais liberais, pois não se assemelham à pensão alimentícia para efeito da exceção do art. 3º, III, da Lei n. 8.009/1990". Julgados: AgInt no REsp 1838453/DF, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/02/2022, DJe 24/02/2022

A alternativa B está incorreta. Consoante ao entendimento do STJ: "É válida a penhora do bem de família de fiador apontado em contrato de locação de imóvel, seja residencial, seja comercial, nos termos do inciso VII do art. 3º da Lei n. 8.009/1990. (Tema 1091, STJ)".

A alternativa C está incorreta. A jurisprudência do STJ é no sentido de que: "A exceção à impenhorabilidade do bem de família, prevista para o crédito decorrente do financiamento destinado à construção ou à aquisição do imóvel, estende-se ao imóvel adquirido com os recursos oriundos da venda daquele bem". (STJ, REsp 1935842/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/06/2021, DJe 25/06/2021)

A alternativa D está incorreta. Consoante ao entendimento do STJ: "O bem de família alienado fiduciariamente não pode ser penhorado em execução promovida por terceiro contra o devedor fiduciante, pois o imóvel pertence ao credor fiduciário". (STJ, AgInt no REsp 1992074/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 08/08/2022, DJe 15/08/2022)

A alternativa E está correta. Trata-se da literalidade do entendimento jurisprudencial do STJ: "Na hipótese de execução de dívida de natureza não alimentar, é possível a penhora de salário, ainda que este não exceda 50 salários-mínimos, quando garantido o mínimo necessário para a subsistência digna do devedor e de sua família". STJ. Corte Especial. EREsp 1.874.222-DF, Rel. Min. João Otávio de Noronha, julgado em 19/4/2023 (Info 771).

**QUESTÃO 08. No tocante às tutelas provisórias e aos meios para sua efetivação de acordo com o Código de Processo Civil (CPC) e a jurisprudência do STI, assinale a opção correta.**

**a) Para a concessão da tutela de urgência, o juiz deve exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, sendo vedada a dispensa de caução em qualquer circunstância**

**b) O valor das astreintes não pode ser modificado a qualquer tempo pelo órgão julgador, ainda que se mostre irrisório o exorbitante, sob pena de ofensa ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada**

**c) Embora a parte responda objetivamente pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência cause à parte adversa quando a sentença lhe for desfavorável, a indenização deve ser liquidada em processo específico.**

**d) Dadas as dificuldades inerentes às compras públicas, não é possível a imposição de multa diária a ente público a fim de compeli-lo a fornecer medicamento a pessoa desprovida de , recursos financeiros**

**e) Nas ações de fornecimento de medicamentos, cabe ao juízo adotar medidas eficazes à efetivação de suas decisões podendo, se necessário, determinar até mesmo o sequestro de valores do ente público.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 300, §1º, CPC: Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.

A alternativa B está incorreta. É possível que o magistrado, a qualquer tempo, e mesmo de ofício, revise o valor desproporcional das astreintes. (STJ, EAREsp 650.536/RJ, Rel. Min. Raul Araújo, Corte Especial, por maioria, julgado em 07/04/2021).

A alternativa C está incorreta. Consoante ao artigo 302, parágrafo único, do CPC: A indenização será liquidada nos autos em que a medida tiver sido concedida, sempre que possível.

A alternativa D está incorreta. Conforme jurisprudência do STJ: É possível a imposição de astreintes contra a Fazenda Pública para fornecimento de medicamento. (STJ, REsp 1474665/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 26/04/2017, DJe 22/06/2017).

A alternativa E está correta. Consoante à jurisprudência do STJ firmada em recursos repetitivos: Tratando-se de fornecimento de medicamentos, cabe ao Juiz adotar medidas eficazes à efetivação de suas decisões, podendo, se necessário, determinar até mesmo o sequestro de valores do devedor (bloqueio), segundo o seu prudente arbítrio, e sempre com adequada fundamentação. (STJ, tema repetitivo 84).

**QUESTÃO 09. A vice-presidência do tribunal de justiça de determinado estado inadmitiu o recurso especial A, da parte assistida pela defensoria pública, por ausência de prequestionamento, e negou seguimento ao recurso especial B, por estar o acórdão recorrido em consonância com entendimento do STJ exarado no regime de julgamento dos recursos repetitivos.**

**Nessa situação hipotética, a decisão em face do recurso especial A e a decisão em face do recurso especial B poderão ser impugnadas mediante**

**a) agravo interno, somente.**

- b) reclamação constitucional, somente.**
- c) agravo em recurso especial e reclamação constitucional, respectivamente.**
- d) agravo em recurso especial e agravo interno, respectivamente.**
- e) agravo em recurso especial, somente.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

Quanto ao Recurso Especial “A”, consoante ao artigo 1042 do Código de Processo Civil: Cabe agravo contra decisão do presidente ou do vice-presidente do tribunal recorrido que inadmitir recurso extraordinário ou recurso especial, salvo quando fundada na aplicação de entendimento firmado em regime de repercussão geral ou em julgamento de recursos repetitivos.

Com relação ao Recurso Especial “B”, conforme entendimento do STJ, “O agravo interno é o único recurso cabível contra a decisão que nega seguimento ao recurso especial ou recurso extraordinário em virtude de o acórdão recorrido estar em consonância com tese firmada sob o rito dos recursos repetitivos ou da repercussão geral” (STJ, AgInt no AREsp n. 2.148.444/PB, relator Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 13/2/2023, DJe de 16/2/2023). Dessa forma, a alternativa correta a ser assinalada é a letra D.

**QUESTÃO 10. De acordo com o CPC e a jurisprudência do STJ, a técnica de ampliação do colegiado**

- a) O aplica-se na hipótese de julgamento de embargos de declaração que, por maioria de votos, altera o resultado unânime anteriormente havido no julgamento da apelação.**
- b) tem por objeto julgamentos não unânimes em qualquer espécie de recurso, inclusive agravo de instrumento interposto contra decisão sem julgamento do mérito.**
- c) deve ser aplicada se houver julgamento não unânime, ainda que a remessa necessária não tenha natureza recursal.**
- d) exige, para sua aplicação, que o julgamento não unânime tenha reformado a sentença, tal como se exigia nos extintos embargos infringentes**
- e) não se aplica ao julgamento não unânime de apelação de mandado de segurança, em razão do rito especial desse remédio constitucional.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Por unanimidade, a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que a existência de voto divergente na análise de embargos declaratórios demanda a aplicação da técnica de julgamento ampliado – prevista no artigo 942 do Código de Processo Civil de 2015 (CPC/2015) – se a divergência tiver a capacidade de alterar o resultado unânime de acórdão de apelação. (STJ, REsp 1910317)

A alternativa B está incorreta. Nos termos do artigo 942, §3º, do CPC: §3º A técnica de julgamento prevista neste artigo aplica-se, igualmente, ao julgamento não unânime proferido em: I - ação rescisória, quando o resultado for a rescisão da sentença, devendo, nesse caso, seu prosseguimento ocorrer em órgão de maior composição previsto no regimento interno; II - agravo de instrumento, quando houver reforma da decisão que julgar parcialmente o mérito. § 4º Não se aplica o disposto neste artigo ao julgamento: I - do incidente de assunção de competência e ao de resolução de demandas repetitivas; II - da remessa necessária; III - não unânime proferido, nos tribunais, pelo plenário ou pela corte especial.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do artigo 942, §4º, do CPC: § 4º Não se aplica o disposto neste artigo ao julgamento: (...) II - da remessa necessária;

A alternativa D está incorreta. A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que, nos recursos de apelação, a técnica de julgamento ampliado prevista pelo artigo 942 do Código de Processo Civil de 2015 deve ser utilizada tanto nos casos em que há reforma da sentença quanto nos casos em que a sentença é mantida, desde que a decisão não seja unânime. (STJ, REsp 1733820)

A alternativa E está incorreta. A técnica de ampliação do colegiado, prevista no artigo 942 do Código de Processo Civil de 2015 (CPC/2015), também se aplica ao julgamento não unânime de apelação interposta em mandado de segurança. (STJ, REsp 1868072).

**QUESTÃO 11. Julgue os itens a seguir, referentes a deveres e responsabilidades do juiz, à Defensoria Pública e ao agravo de instrumento.**

**I. É vedado ao juiz exercer suas funções no processo em que figure como parte cliente do escritório de advocacia de seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, mesmo que patrocinado por advogado de outro escritório.**

**II. A prerrogativa da Defensoria Pública de gozar de prazo em dobro para as suas manifestações processuais não é extensível aos escritórios de prática jurídica das faculdades de direito nem às entidades que prestam assistência jurídica gratuita em razão de convênios firmados com a Defensoria Pública.**

**III. O rol das hipóteses de cabimento do agravo de instrumento previsto no CPC é de taxatividade mitigada, sendo cabível a interposição desse recurso quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.**

**Assinale a opção correta.**

- a) Apenas o item I está certo.**
- b) Apenas o item III está certo.**
- c) Apenas os itens I e II estão certos.**
- d) Apenas os itens II e III estão certos.**
- e) Todos os itens estão certos.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

O item I está incorreto. Conforme decidiu o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) na ADI 5953, é inconstitucional regra do Código de Processo Civil (CPC) que amplia o impedimento de juízes. A decisão se deu, em sessão virtual encerrada em 21/8, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5953, ajuizada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). O dispositivo em discussão é o artigo 144, inciso VIII, do CPC, que prevê o impedimento do juiz nos processos em que a parte for cliente de escritório de advocacia de cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, ainda que, na causa submetida a ele, a mesma parte seja representada por advogado de outro escritório.

O item II está incorreto. Nos termos do artigo 186, §3º, do CPC: O disposto no caput aplica-se aos escritórios de prática jurídica das faculdades de Direito reconhecidas na forma da lei e às entidades que prestam assistência jurídica gratuita em razão de convênios firmados com a Defensoria Pública.

O item III está correto. Em dezembro de 2018, ao concluir o julgamento do Recurso Especial 1.704.520, sob o rito dos recursos repetitivos, a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu o conceito de taxatividade mitigada do rol previsto no artigo 1.015 do Código de Processo Civil (CPC), abrindo caminho para a interposição do agravo de instrumento em diversas hipóteses além daquelas listadas expressamente no texto legal. O agravo de instrumento é o recurso cabível contra as decisões tomadas pelo juiz no curso do processo – as chamadas decisões interlocutórias –, antes da sentença. Ao apresentar seu voto no REsp 1.704.520, a ministra Nancy Andrichi, relatora, argumentou que a enunciação, em rol pretensamente exaustivo, das hipóteses de cabimento do agravo revela-se insuficiente e em desconformidade com as normas fundamentais do processo civil, na medida em que sobrevivem questões urgentes fora da lista do artigo 1.015, as quais "tornam inviável a interpretação de que o referido rol seria absolutamente taxativo e que deveria ser lido de modo restritivo".

Assim, considerando que apenas o item III está correto, a alternativa a ser assinalada é a letra B.

**QUESTÃO 12. Acerca dos juizados especiais cíveis estaduais, julgue os itens seguintes, considerando a legislação pertinente e a jurisprudência dos tribunais superiores.**

**I Atendidos os requisitos previstos na legislação, o ajuizamento de ação no juizado especial cível estadual é facultado ao autor, que pode, se preferir, ajuizar a demanda na justiça comum.**

**II. Em se tratando de litisconsórcio ativo facultativo, para se fixar a competência dos juizados especiais cíveis estaduais, deve ser considerado o valor da causa individualmente por autor, não importando se a soma ultrapassar o valor de alçada.**

**III. Compete ao juizado especial cível estadual a execução dos próprios julgados, independentemente da quantia a ser executada, desde que tenha sido observado o valor de alçada por ocasião da propositura da ação.**

**Assinale a opção correta.**

- a) Apenas o item I está certo.**
- b) Apenas o item III está certo.**
- c) Apenas os itens I e II estão certos.**
- d) Apenas os itens II e III estão certos.**
- e) Todos os itens estão certos.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

O item I está correto. O STJ possui entendimento de que o “processamento da ação perante o Juizado Especial é opção do autor, que pode, se preferir, ajuizar sua demanda perante a Justiça Comum”. (REsp 173205/SP)

O item II está correto. A Jurisprudência em teses do STJ, edição nº 89, nº 2: Em se tratando de litisconsórcio ativo facultativo, para que se fixe a competência dos Juizados Especiais, deve ser considerado o valor da causa individualmente por autor, não importando se a soma ultrapassa o valor de alçada.

O item III está correto. De acordo com a jurisprudência em teses do STJ, edição nº 89, nº 6: Compete ao Juizado Especial a execução de seus próprios julgados, independentemente da quantia a ser executada, desde que tenha sido observado o valor de alçada na ocasião da propositura da ação. (REsp 1537731/MA, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe 29/08/2017)

Assim, considerando que os itens I, II e III estão corretos, a alternativa a ser assinalada é a letra E.

**QUESTÃO 13. Com relação à aplicação da lei penal no tempo, assinale a opção correta, considerando o entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal (STF).**

**a) Aplica-se a pena mais branda quando o crime for continuado e surgir lei posterior mais gravosa que a vigente à época do início da continuidade.**

**b) Admite-se a conjugação de partes de uma lei, criando-se uma *lex tertia* a ser aplicada ao caso concreto.**

**c) Aplica-se a retroatividade da lei penal mais benéfica quando houver evolução de entendimento jurisprudencial mais benéfico.**

**d) Lei penal intermediária mais favorável ao réu, com vigência entre a data do fato criminoso e a data da respectiva sentença condenatória, não terá qualquer relevância para aplicação no direito penal brasileiro.**

**e) No caso de lei posterior que beneficie, em parte, o acusado e, em outra, o prejudique, deve o juiz da causa ou da execução aplicar, em sua integralidade, a lei que seja mais benéfica.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão tratou sobre a aplicação da lei penal no tempo.

A alternativa A está incorreta, pois a lei a ser aplicada no caso é a vigente à época em que cessar a continuidade, ainda que mais grave, conforme a Súmula n.º 711 do STF: “A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência”.

A alternativa B está incorreta, pois não se admite a combinação de leis, conforme Súmula n.º 501 do STJ.

A alternativa C está incorreta, pois está em contrariedade ao entendimento do STJ: “[...] Ainda que se tratasse de mudança de entendimento jurisprudencial, é pacífico nesta Corte de Justiça que eventual alteração é aplicável imediatamente aos processos em trâmite, porquanto se trata de mera interpretação, não de criação de nova regra a se submeter ao princípio da irretroatividade ou do *tempus regit actum*” (AgInt no AREsp n.º 2.229.621/MG, Relator Ministro Moura Ribeiro, 3ª Turma, julgado em 27/03/2023, DJe de 29/03/2023).

A alternativa D está incorreta, pois qualquer lei superveniente que for mais favorável ao réu o beneficiará, ainda que posteriormente haja novo recrudescimento do tratamento daquela conduta pela norma penal.

A alternativa E está correta. De acordo com a Súmula n.º 501 do STJ: “É cabível a aplicação retroativa da Lei n. 11.343/2006, desde que o resultado da incidência das suas disposições, na íntegra, seja mais favorável ao réu do que o advindo da aplicação da Lei n. 6.368/1976, sendo vedada a combinação de leis”.

**QUESTÃO 14. Alberto efetuou disparos de arma de fogo contra Bruno, mas não o acertou. Todavia, em razão do susto, a vítima teve um colapso nervoso e morreu.**

**Nessa situação hipotética, a causa da morte de Bruno é**

- a) superveniente e absolutamente independente.**
- b) preexistente e absolutamente independente.**
- c) concomitante e relativamente independente.**
- d) concomitante e absolutamente independente.**
- e) preexistente e relativamente independente.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão tratou das concausas.

As concausas são circunstâncias que atuam paralelamente à conduta do agente em relação ao resultado e podem ser: (a) absolutamente independentes, e; (b) relativamente independentes.

O exemplo trazido no enunciado é praticamente idêntico ao trabalho pelo professor Rogério Sanches em seu livro, de modo que o autor entende que na hipótese, se trata de concausa concomitante e relativamente independente, em que o agente responderá pelo homicídio consumado, pois se não houvesse atirado, a vítima não teria colapsado e morrido:

“[...] (ii) Concomitante: a causa efetiva (elemento propulsor que se conjuga para produzir o resultado) ocorre simultaneamente à causa concorrente. Exemplo: ANTONIO, com intenção de matar, atira em JOÃO, mas não atinge o alvo. A vítima, entretanto, assustando, tem um colapso cardíaco e morte. ANTONIO responderá por homicídio consumado, pois se não tivesse atirado, a vítima não sofreria a violenta perturbação emocional que gerou o colapso cardíaco. Percebam que até este momento, as análises dos vários casos são feitas utilizando-se a causalidade simples (art. 13, caput do CP) e o resultado é imputado ao agente de acordo com o seu dolo [...]”. (CUNHA, Rogério Sanches. Manual de direito penal – parte geral, 8ª edição, 2020).

As alternativas A, B, D e E estão incorretas, conforme comentários à alternativa D.

**QUESTÃO 15. No que se refere aos efeitos da condenação, o instituto do confisco alargado ou ampliado exige que**

**a) o agente tenha sido condenado a uma pena máxima superior a 6 anos.**

**b) o agente integre organização criminosa.**

**c) o agente seja condenado a uma pena máxima não superior a 4 anos.**

**d) o agente tenha sido condenado a uma pena superior a 8 anos.**

**e) o ato delituoso tenha sido praticado por funcionário público.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão tratou sobre o confisco alargado.

A alternativa A será indicada pela banca, pois é a que se aproxima do que dispõe o art. 91-A do CP: “Art. 91-A. Na hipótese de condenação por infrações às quais a lei comine pena máxima superior a 6 (seis) anos de reclusão, poderá ser decretada a perda, como produto ou proveito do crime, dos bens correspondentes à diferença entre o valor do patrimônio do condenado e aquele que seja compatível com o seu rendimento lícito”. A alternativa traz uma problemática, pois a literalidade do art. 91-A do CP dispõe sobre “por infrações às quais a lei comine pena máxima superior a 6 (seis) anos de reclusão”, de modo que a alternativa A não trabalha com a literalidade, mas dispõe sobre o agente “condenado a uma pena máxima superior a 6 anos”. Neste sentido, é possível sustentar a anulação da questão, em razão da ausência de alternativa correta.

A alternativa B está incorreta, pois não há essa exigência no Código Penal.

As alternativas C e D estão incorretas, conforme art. 91-A do CP.

A alternativa E está incorreta, pois não há essa exigência no Código Penal.

**QUESTÃO 16. De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o tempo de duração da medida de segurança**

**a) será fixado entre 1 ano e 3 anos, conforme previsto no Código Penal.**

**b) deve ser definido pelo juiz, no momento da sentença, com base na análise do caso concreto.**

**c) não deve ultrapassar o limite máximo da pena abstratamente cominada ao delito praticado.**

**d) deve corresponder ao tempo necessário para que se afaste a periculosidade.**

**e) é de até 30 anos, independentemente do crime praticado, em razão de previsão constitucional, desde que se comprove a periculosidade do agente**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão tratou sobre medida de segurança.

A alternativa correta está de acordo com a Súmula n.º 527 do STJ: “O tempo de duração da medida de segurança não deve ultrapassar o limite máximo da pena abstratamente cominada ao delito praticado”.

A alternativa A está incorreta, pois o prazo de 1 a 3 anos é o prazo mínimo previsto no art. 97, § 1º, do CP: “Art. 97 [...] § 1º - A internação, ou tratamento ambulatorial, será por tempo indeterminado, perdurando enquanto não for averiguada, mediante perícia médica, a cessação de periculosidade. O prazo mínimo deverá ser de 1 (um) a 3 (três) anos”.

As alternativas B, D e E estão incorretas, conforme dispõe a Súmula n.º 527 do STJ.

**QUESTÃO 17. João, brasileiro, foi condenado a pena de 4 anos reclusão pela prática do crime de receptação qualificada. Na data do fato, ele estava com 80 anos de idade. Na sentença, ao aplicar a pena, o juiz reconheceu serem favoráveis as circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal (CP), mas também reconheceu a agravante da reincidência, em razão da prática anterior do crime de embriaguez ao volante.**

**Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta de acordo com as disposições do CP.**

**a) É cabível a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, uma vez que a reincidência não é específica e a quantidade de pena aplicada não ultrapassa o limite estabelecido no CP para a concessão desse benefício.**

**b) É cabível a suspensão condicional da pena imposta, uma vez que a reincidência não é específica e a quantidade de pena aplicada não ultrapassa o limite estabelecido no CP para a concessão do benefício.**

**c) Ainda que não haja impedimento à substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos em razão da quantidade de pena aplicada, não é cabível a concessão de tal benefício no caso, devido ao reconhecimento da reincidência.**

**d) Ainda que não haja impedimento à substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos em razão da reincidência, não é cabível a concessão de tal benefício no caso, uma vez que a pena aplicada ultrapassa o limite estabelecido no CP para a concessão desse benefício.**

**e) Ainda que não haja impedimento à suspensão condicional da pena imposta em razão da reincidência, não é cabível a concessão de tal benefício no caso, uma vez que a pena aplicada ultrapassa o limite estabelecido no CP para a concessão desse benefício.**

## **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão tratou sobre a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.

A alternativa A está de acordo com a interpretação que se faz do art. 44, I e § 3º, do CP: “Art. 44. As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando: I – aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposos; [...] § 3º Se o condenado for reincidente, o juiz poderá aplicar a substituição, desde que, em face de condenação anterior, a medida seja socialmente recomendável e a reincidência não se tenha operado em virtude da prática do mesmo crime”.

A alternativa B está incorreta, pois não caberá na hipótese a substituição em razão da vedação contida no art. 77, III, do CP: “Art. 77 - A execução da pena privativa de liberdade, não superior a 2 (dois) anos, poderá ser suspensa, por 2 (dois) a 4 (quatro) anos, desde que: [...] III - Não seja indicada ou cabível a substituição prevista no art. 44 deste Código”.

A alternativa C está incorreta, pois não houve reincidência específica, de modo que o art. 44, § 3º, do CP, permite a substituição.

As alternativas D e E estão incorretas, pois a pena não ultrapassa o limite previsto no art. 44, I, do CP.

**QUESTÃO 18. No que se refere aos crimes contra a pessoa, julgue os itens a seguir.**

**I. Incide causa de aumento de pena sobre o crime de homicídio culposo no caso de ele ser praticado contra pessoa maior de 60 anos de idade.**

**II. É qualificadora do crime de homicídio a circunstância de ele ter sido praticado por milícia privada a pretexto de prestação de serviços de segurança.**

**III. Incide causa de aumento de pena sobre o crime de feminicídio no caso de ele ser praticado contra gestante ou na presença virtual de ascendente da vítima.**

**IV. Não há óbice ao reconhecimento da qualificadora da emboscada no caso de homicídio privilegiado.**

**Assinale a opção correta.**

**a) Apenas os itens I e II estão certos**

**b) Apenas os itens I e IV estão certos**

**c) Apenas os itens II e III estão certos.**

**d) Apenas os itens III e IV estão certos.**

**e) Todos os itens estão certos**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**, eis que apenas os itens III e IV estão corretos.

O item I está incorreto, pois a causa de aumento incide somente no homicídio doloso (e não no culposo), nos termos do art. 121, § 7º, II, do CP: “Art. 121 [...] § 7º A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado: [...] II - contra pessoa maior de 60 (sessenta) anos, com deficiência ou com doenças degenerativas que acarretem condição limitante ou de vulnerabilidade física ou mental”.

O item II está incorreto, pois trata-se de causa de aumento de pena e não de circunstância qualificadora, prevista no art. 121, § 6º, do CP: “Art. 121 [...] § 6º A pena é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança, ou por grupo de extermínio”.

O item III está correto, conforme art. 121, § 7º, I e III, do CP: “Art. 121 [...] § 7º A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado: I - durante a gestação ou nos 3

(três) meses posteriores ao parto; [...] III - na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima”.

O item IV está correto, pois a qualificadora em questão é de natureza objetiva, razão pela qual não há óbice no seu reconhecimento no contexto de homicídio privilegiado.

Assim, as alternativas A, B, C e E estão incorretas.

### **QUESTÃO 19. Configura crime de violação de domicílio a conduta de, em horário comercial**

**I. ingressar em um bar sem a permissão de seu dono.**

**II. entrar astuciosamente na recepção de uma pousada.**

**III. invadir um consultório odontológico.**

**Assinale a opção correta.**

**a) Apenas o item I está certo.**

**b) Apenas o item III está certo.**

**c) Apenas os itens I e II estão certos.**

**d) Apenas os itens II e III estão certos.**

**e) Todos os itens estão certos.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão tratou sobre o crime de violação de domicílio.

As situações descritas no item I e no item III não configuram hipótese de violação de domicílio, conforme art. 150, § 5º: “Art. 150 [...] § 5º - Não se compreendem na expressão "casa": I - hospedaria, estalagem ou qualquer outra habitação coletiva, enquanto aberta, salvo a restrição do n.º II do parágrafo anterior; II - taverna, casa de jogo e outras do mesmo gênero”.

Assim, apenas a entrada astuciosa em uma recepção de uma pousada pode configurar o crime previsto no art. 150 do CP: “Art. 150 - Entrar ou permanecer, clandestina ou astuciosamente, ou contra a vontade expressa ou tácita de quem de direito, em casa alheia ou em suas dependências: Pena - detenção, de um a três meses, ou multa”.

As alternativas A, C, D e E estão incorretas, conforme comentários à alternativa B.

### **QUESTÃO 20. Em relação aos crimes contra o patrimônio, assinale a opção correta, com base no Código Penal.**

**a) O agente que concorre para a prática do delito de extorsão mediante sequestro e, após a consumação do crime, oferece informações relevantes sobre o paradeiro da vítima, ainda que ela seja localizada sem vida, terá sua pena reduzida de um a dois terços.**

**b) O crime de fraude à execução é de ação penal pública condicionada à representação.**

**c) É isento de pena o agente do crime de furto qualificado cometido contra o próprio pai, desde que este não tenha idade igual ou superior a 60 anos.**

**d) O emprego de violência contra a pessoa, com a finalidade de inutilizar coisa alheia, descaracteriza o crime de dano.**

**e) A ação penal para apurar a prática do crime de estelionato contra a administração pública condicionada à representação.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão tratou sobre os crimes contra o patrimônio.

A alternativa C está de acordo com o art. 181, II c/c o art. 183, III, do CP: “Art. 181 - É isento de pena quem comete qualquer dos crimes previstos neste título, em prejuízo: [...] II - de ascendente ou descendente, seja o parentesco legítimo ou ilegítimo, seja civil ou natural [...] Art. 183 - Não se aplica o disposto nos dois artigos anteriores: [...] III - se o crime é praticado contra pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos”.

A alternativa A está incorreta, pois o art. 159, § 4º, do CP exige que o agente “facilite a libertação do sequestrado” para que o agente faça jus à causa de diminuição: “Art. 159 [...] § 4º - Se o crime é cometido em concurso, o concorrente que o denunciar à autoridade, facilitando a libertação do seqüestrado, terá sua pena reduzida de um a dois terços”.

A alternativa B está incorreta, pois o crime de fraude à execução se procede mediante queixa, nos termos do art. 179, parágrafo único, do CP: “Art. 179 [...] Parágrafo único - Somente se procede mediante queixa”.

A alternativa D está incorreta, pois na verdade caracteriza a forma qualificada do dano, prevista no art. 163, parágrafo único, I, do CP: “Art. 163 - Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia: [...] Parágrafo único - Se o crime é cometido: I - com violência à pessoa ou grave ameaça”.

A alternativa E está incorreta, pois na hipótese a ação penal é pública incondicionada, nos termos do art. 171, § 5º, I, do CP: “Art. 171 [...] § 5º Somente se procede mediante representação, salvo se a vítima for: I - a Administração Pública, direta ou indireta”.

**QUESTÃO 21. No que diz respeito aos crimes de trânsito, assinale a opção correta.**

**a) É vedada a oferta de transação penal no caso do crime de lesão corporal culposa praticado na direção de veículo automotor.**

**b) O proprietário de veículo que entregar as chaves do veículo a pessoa visivelmente embriagada e sem condições de conduzi-lo com segurança terá cometido o crime de embriaguez ao volante na condição de partícipe.**

**c) É cabível a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos no caso de homicídio culposos na direção de veículo automotor praticado sob influência de álcool.**

**d) Em caso de atropelamento de pessoa por veículo automotor, não se imporá ao condutor do veículo a prisão em flagrante nem se exigirá fiança se ele prestar pronto e integral socorro à vítima.**

**e) É vedada a aplicação de pena restritiva de direitos na modalidade de prestação de serviço a comunidade ao condenado pelo crime de embriaguez ao volante.**

## **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão sobre crimes de trânsito.

A alternativa D está fundamentada na literalidade do art. 301 do CTB: “Art. 301. Ao condutor de veículo, nos casos de sinistros de trânsito que resultem em vítima, não se imporá a prisão em flagrante nem se exigirá fiança, se prestar pronto e integral socorro àquela”.

A alternativa A está incorreta, pois cabe transação penal na hipótese, conforme se infere do art. 291, § 1º, do CTB: Art. 291. Aos crimes cometidos na direção de veículos automotores, previstos neste Código, aplicam-se as normas gerais do Código Penal e do Código de Processo Penal, se este Capítulo não dispuser de modo diverso, bem como a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, no que couber. § 1º Aplica-se aos crimes de trânsito de lesão corporal culposa o disposto nos arts. 74, 76 e 88 da Lei no 9.099, de 26 de setembro de 1995, exceto se o agente estiver”.

A alternativa B está incorreta, pois na hipótese o indivíduo será autor (e não partícipe), mas é do crime do art. 310 do CTB: “Art. 310. Permitir, confiar ou entregar a direção de veículo automotor a pessoa não habilitada, com habilitação cassada ou com o direito de dirigir suspenso, ou, ainda, a quem, por seu estado de saúde, física ou mental, ou por embriaguez, não esteja em condições de conduzi-lo com segurança: Penas - detenção, de seis meses a um ano, ou multa”.

A alternativa C está incorreta, pois nos termos do art. 302, § 3º, do CTB, a pena mínima será de 5 anos: “Art. 302 [...] § 3º Se o agente conduz veículo automotor sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência: Penas - reclusão, de cinco a oito anos, e suspensão ou proibição do direito de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor”. Deste modo, não será possível a substituição nos termos do art. 44, I, do CP, que exige pena não superior a 4 anos: “Art. 44. As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando: I – aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposo”.

A alternativa E está incorreta, pois não existe tal vedação, de modo que o art. 312-A do CTB indica justamente o contrário: “Art. 312-A. Para os crimes relacionados nos arts. 302 a 312 deste Código, nas situações em que o juiz aplicar a substituição de pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, esta deverá ser de prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas, em uma das seguintes atividades”.

**QUESTÃO 22. Com base na Lei n.º 9.605/1998, que dispõe sobre condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, assinale, a opção correta.**

**a) É vedada a aplicação de pena privativa de liberdade e de pena restritiva de direitos na modalidade de prestação de serviços à comunidade às pessoas jurídicas condenadas por crime ambiental, em razão da natureza das sanções.**

**b) O valor do prejuízo causado pelo crime ambiental será definido apenas ao final da ação penal, sendo vedada a realização de perícia de constatação do dano na fase de inquérito.**

**c) O patrimônio de pessoa jurídica usada preponderantemente para ocultar a prática de crime previsto na Lei n.º 9.605/1998 será considerado instrumento de crime e declarado perdido em favor do Fundo Penitenciário Nacional após a dissolução forçada da referida pessoa jurídica.**

**d) A pena de multa aplicada ao condenado por crime ambiental será calculada segundo os critérios do Código Penal, observado o limite de 360 dias-multa.**

**e) A pena aplicada ao condenado por crime ambiental será agravada se a conduta houver sido praticada em período de seca, à noite ou em fim de semana.**

## **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão tratou sobre crimes ambientais.

A letra C está de acordo com a literalidade do art. 24 da Lei n.º 9.605/1998: “Art. 24. A pessoa jurídica constituída ou utilizada, preponderantemente, com o fim de permitir, facilitar ou ocultar a prática de crime definido nesta Lei terá decretada sua liquidação forçada, seu patrimônio será considerado instrumento do crime e como tal perdido em favor do Fundo Penitenciário Nacional”.

A alternativa A está incorreta, pois as penas restritivas de direitos e de prestação de serviços à comunidade se aplicam em desfavor das pessoas jurídicas, nos termos do art. 21, II e III, da Lei n.º 9.605/1998: “Art. 21. As penas aplicáveis isolada, cumulativa ou alternativamente às pessoas jurídicas, de acordo com o disposto no art. 3º, são: [...] II - restritivas de direitos; III - prestação de serviços à comunidade”.

A alternativa B está incorreta, pois não há vedação para que a perícia ocorra na fase de inquérito, nos termos do art. 19 da Lei n.º 9.605/1998: “Art. 19. A perícia de constatação do dano ambiental, sempre que possível, fixará o montante do prejuízo causado para efeitos de prestação de fiança e cálculo de multa. Parágrafo único. A perícia produzida no inquérito civil ou no juízo cível poderá ser aproveitada no processo penal, instaurando-se o contraditório”.

A alternativa D está incorreta, pois conforme o art. 18 da Lei n.º 9.605/1998 a pena de multa poderá ainda ser aumentada em até três vezes, mesmo após ser aplicada no máximo: “Art. 18. A multa será calculada segundo os critérios do Código Penal; se revelar-se ineficaz, ainda que aplicada no valor máximo, poderá ser aumentada até três vezes, tendo em vista o valor da vantagem econômica auferida”.

A alternativa E está incorreta. Conforme a literalidade do art. 15, II, “h”, “i” e “j”, da Lei n.º 9.605/1998, a infração praticada a noite e em período de seca, agrava a pena, contudo, quando a infração for praticada em “finais de semana”, estes poderão ou não incluir os sábados, de modo que a lei somente fala em “domingos ou feriados”, daí porque a alternativa está incorreta: “Art. 15. São circunstâncias que agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime: [...] II - ter o agente cometido a infração: [...] h) em domingos ou feriados; i) à noite; j) em épocas de seca ou inundações”.

**QUESTÃO 23. Um inquérito policial atribuiu a João, policial civil, e a Paulo, policial militar, a autoria delitiva de determinadas condutas, imputando-lhes a prática dos crimes de homicídio (pena de reclusão de 6 a 20 anos), ocultação de cadáver (pena de reclusão de 1 a 3 anos) e fraude processual (pena de detenção de 3 meses a 2 anos), todos em contexto probatório comum. Houve clara evidência de que as provas das infrações e de suas circunstâncias elementares influíram na prova das demais condutas, e de que os crimes foram praticados no exercício das atuações policiais de João e de Paulo.**

**Assinale a opção correta acerca da competência para julgamento dos delitos mencionados na situação hipotética precedente.**

**a) No caso de João, a competência será do tribunal do júri para os crimes de homicídio e ocultação de cadáver, e do juizado especial criminal para o crime de fraude processual; e, no caso de Paulo, a competência será da justiça militar para os três crimes.**

**b) Tanto no caso de João como no de Paulo, a competência será do tribunal do júri, para o crime de homicídio, da vara comum, para o crime de ocultação de cadáver, e do juizado especial criminal, para o crime de fraude processual.**

**c) Tanto no caso de João como no de Paulo, a competência para o julgamento dos crimes praticados será do tribunal do júri.**

**d) Tanto no caso de João como no de Paulo, a competência para o julgamento será do tribunal do júri, para os crimes de homicídio e ocultação de cadáver, e do juizado especial criminal, para o crime de fraude processual.**

**e) No caso de João, a competência para o julgamento dos crimes será do tribunal do júri, e, no caso de Paulo, a competência será da justiça militar.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão exigiu do candidato o conhecimento acerca da competência em matéria criminal.

Os crimes praticados por João e Paulo são conexos, pois, conforme descrito no enunciado, “houve clara evidência de que as provas das infrações e de suas circunstâncias elementares influíram na prova das demais condutas”. Trata-se da hipótese prevista no artigo 76, III, do Código de Processo Penal, segundo o qual “A competência será determinada pela conexão: [...] III - quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração”. Destaque-se que o crime de fraude processual é crime de menor potencial oficial, pois a pena mínima é inferior a dois anos de reclusão, conforme previsto no preceito secundário do art. 347 do Código Penal: “Art. 347 - Inovar artificialmente, na pendência de processo civil ou administrativo, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, com o fim de induzir a erro o juiz ou o perito: Pena - detenção, de três meses a dois anos, e multa”. No caso tratado, os agentes praticaram um crime doloso contra a vida e outros dois crimes conexos a ele. Logo, por força do citado dispositivo, os crimes conexos devem ser julgados pelo júri, juntamente com o crime doloso contra a vida. Vê-se, ainda, que os crimes foram praticados por policial civil e militar, havendo, portanto, conflito de competência da justiça especial e do tribunal do júri. Consoante ao artigo 78 do Código de Processo Penal: Na determinação da competência por conexão ou continência, serão observadas as seguintes regras: I - no concurso entre a competência do júri e a de outro órgão da jurisdição comum, prevalecerá a competência do júri”. Por sua vez, prevê o artigo 125, §4º, da Constituição Federal o seguinte: § 4º Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças. Já o Código Penal Militar, no artigo 9º, §1º, prevê que: § 1º Os crimes de que trata este artigo, quando dolosos contra a vida e cometidos por militares contra civil, serão da competência do Tribunal do Júri.

Nesse passo, tanto no caso de João como no de Paulo, a competência para o julgamento dos crimes praticados será do tribunal do júri, razão pela qual a alternativa correta é a letra C, estando as alternativas A, B, D e E incorretas.

#### **QUESTÃO 24. Estando o indiciado solto, o inquérito policial**

**a) deve ser concluído no prazo de 30 dias, podendo esse prazo, quando o fato for de difícil elucidação, ser prorrogado, desde que para a realização de diligências necessárias.**

**b) possui prazo próprio, devendo ser concluído impreterivelmente em 30 dias.**

**c) não pode ser concluído enquanto não for emitido o respectivo relatório pela autoridade policial, o que impossibilita o oferecimento da denúncia.**

**d) possui prazo impróprio e não há qualquer limitação temporal à sua conclusão, não se podendo falar em constrangimento ilegal em virtude de demora excessiva em sua tramitação.**

**e) deve ser concluído no prazo de 10 dias, sendo possível a sua prorrogação, mediante autorização judicial.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Consoante ao artigo 10, §3º, do Código de Processo Penal: Art. 10. O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela. [...] § 3º Quando o fato for de difícil elucidação, e o indiciado estiver solto, a autoridade poderá requerer ao juiz a devolução dos autos, para ulteriores diligências, que serão realizadas no prazo marcado pelo juiz.

A alternativa B está incorreta. Conforme previsto no §3º do artigo 10 do Código de Processo Penal, é possível a prorrogação § 3º Quando o fato for de difícil elucidação, e o indiciado estiver solto, a autoridade poderá requerer ao juiz a devolução dos autos, para ulteriores diligências, que serão realizadas no prazo marcado pelo juiz.

A alternativa C está incorreta. Diante do caráter dispensável do inquérito, o relatório não é imprescindível para a conclusão das investigações, podendo a denúncia ser oferecida se possuir elementos suficientes, ainda que o inquérito não tenha sido concluído.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do artigo 10 do Código de Processo Penal: Art. 10. O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

A alternativa E está incorreta. O prazo para conclusão do inquérito policial no caso de investigado solto é de 30 dias, nos termos do artigo 10 do Código de Processo Penal: Art. 10. O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente,

contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

**QUESTÃO 25. No que se refere à prova emprestada, conforme as normas do direito processual penal brasileiro, julgue os próximos itens.**

**I. É inadmissível a utilização de prova emprestada quando as partes forem diferentes.**

**II. É assegurada a utilização de prova emprestada, desde que seja assegurado às partes o direito de manifestação acerca do teor dos elementos compartilhados.**

**III. Não pode ser admitida prova emprestada se produzida em inquérito distinto daquele no qual se pretende utilizá-la.**

**Assinale a opção correta.**

**a) Apenas o item II está certo.**

**b) Apenas o item III está certo.**

**c) Apenas os itens I e II estão certos.**

**d) Apenas os itens I e III estão certos.**

**e) Todos os itens estão certos.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. Consoante ao entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça:

É assente no STJ que a prova emprestada não pode se restringir a processos em que figurem partes idênticas, sob pena de se reduzir excessivamente sua aplicabilidade, sem justificativa razoável para tanto. Independentemente de haver identidade de partes, o contraditório é o requisito primordial para o aproveitamento da prova emprestada, de maneira que, assegurado às partes o contraditório sobre a prova, isto é, o direito de se insurgir contra a prova e de refutá-la adequadamente, afigura-se válido o empréstimo. Para a observância do devido processo legal e do contraditório, não é necessário que haja absoluta identidade de partes entre o processo de que se empresta a prova e o processo para o qual esta é emprestada, pois o contraditório sobre a prova (contraditório postergado ou diferido) satisfaz esses princípios. A circunstância de o agravante não haver participado originariamente da elaboração da prova não impede que ela seja empregada no processo em que ele figura como acusa. STJ. 5ª Turma. AgRg no RHC 157.715/PR, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, julgado em 02/08/2022.

O item I está incorreto, pois, conforme julgado acima juntado, a prova emprestada não pode se restringir a processos em que figurem partes idênticas,

O item II está correto. Consoante ao entendimento do STJ: . Independentemente de haver identidade de partes, o contraditório é o requisito primordial para o aproveitamento da prova emprestada, de maneira

que, assegurado às partes o contraditório sobre a prova, isto é, o direito de se insurgir contra a prova e de refutá-la adequadamente, afigura-se válido o empréstimo.

O item III está incorreto. A circunstância de o agravante não haver participado originariamente da elaboração da prova não impede que ela seja empregada no processo em que ele figura como acusa.

Assim, considerando que apenas a assertiva II está correta, a alternativa correta a ser assinalada é a letra A.

**QUESTÃO 26. No que se refere ao assistente de acusação no âmbito do direito processual penal, assinale a opção correta.**

**a) Somente poderá intervir como assistente de acusação a pessoa do ofendido.**

**b) O corréu pode ser admitido como assistente de acusação, caso haja divisão do processo e aquele não mais responda pelo crime.**

**c) A defensoria pública não pode atuar como assistente de acusação.**

**d) O assistente de acusação possui legitimidade recursal, ainda que o Ministério Público não recorra.**

**d) É admitido assistente de acusação tanto na ação penal pública como na ação penal privada.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 268 do Código de Processo Penal: Em todos os termos da ação pública, poderá intervir, como assistente do Ministério Público, o ofendido ou seu representante legal, ou, na falta, qualquer das pessoas mencionadas no Art. 31.

A alternativa B está incorreta. Consoante ao artigo 270 do Código de Processo Penal: O co-réu no mesmo processo não poderá intervir como assistente do Ministério Público.

A alternativa C está incorreta. Conforme jurisprudência do STJ: Não existe empecilho a que a Defensoria Pública represente, concomitantemente, através de Defensores distintos, vítimas de um delito, habilitadas no feito como assistentes de acusação, e réus no mesmo processo, pois tal atuação não configura conflito de interesses, assim como não configura conflito de interesses a atuação do Ministério Público no mesmo feito como parte e custos legis, podendo oferecer opiniões divergentes sobre a mesma causa. Se assim não fosse, a alternativa restante implicaria reconhecer que caberia à Defensoria Pública escolher entre vítimas e réus num mesmo processo os que por ela seriam representados, excluindo uns em detrimento de outros. Em tal situação, o resultado seria sempre o de vedação do acesso à Justiça a alguns, resultado que jamais se coadunaria com os princípios basilares de igualdade e isonomia entre cidadãos que norteiam a Constituição, inclusive na forma de direitos e garantias fundamentais (art. 5º, caput, CF) que constituem cláusula pétrea (art. 60, § 4º, IV da CF). STJ. 5ª Turma. RMS 45.793/SC, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, julgado em 07/06/2018.

A alternativa D está correta. Nos termos do artigo 271 do CPP: Ao assistente será permitido propor meios de prova, requerer perguntas às testemunhas, aditar o libelo e os articulados, participar do debate oral e arazoar os recursos interpostos pelo Ministério Público, ou por ele próprio, nos casos dos arts. 584, § 1º, e 598.

Por sua vez, dispõe o artigo 598 do Código de Processo Penal: Nos crimes de competência do Tribunal do Júri, ou do juiz singular, se da sentença não for interposta apelação pelo Ministério Público no prazo legal, o ofendido ou qualquer das pessoas enumeradas no art. 31, ainda que não se tenha habilitado como assistente, poderá interpor apelação, que não terá, porém, efeito suspensivo.

Parágrafo único. O prazo para interposição desse recurso será de quinze dias e correrá do dia em que terminar o do Ministério Público.

A alternativa E está incorreta. O artigo 268 do CPP prevê apenas a possibilidade de assistente de acusação na ação pública: Em todos os termos da ação pública, poderá intervir, como assistente do Ministério Público, o ofendido ou seu representante legal, ou, na falta, qualquer das pessoas mencionadas no Art. 31.

**QUESTÃO 27. Em relação à busca e apreensão, assinale a opção correta.**

**a) Admite-se a busca domiciliar com o objetivo de apreender cartas destinadas ao acusado ou investigado, permitida a apreensão somente daquelas que já estejam abertas.**

**b) Admite-se a busca domiciliar ordenada por comissão parlamentar de inquérito (CPI).**

**c) No curso de busca domiciliar, a busca pessoal só é admitida se autorizada por mandado.**

**d) A busca domiciliar deverá ser realizada obrigatoriamente durante o dia.**

**e) Havendo fundadas razões, é cabível a busca domiciliar necessária à defesa do réu.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 240 do CPP: A busca será domiciliar ou pessoal. § 1º Proceder-se-á à busca domiciliar, quando fundadas razões a autorizarem, para: [...] apreender cartas, abertas ou não, destinadas ao acusado ou em seu poder, quando haja suspeita de que o conhecimento do seu conteúdo possa ser útil à elucidação do fato;

A alternativa B está incorreta. Trata-se de cláusula de reserva de jurisdição. Nos termos do artigo 5º, inciso XI, da Constituição Federal: XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

A alternativa C está incorreta. Nos termos do artigo 244 do CPP: A busca pessoal independe de mandado, no caso de prisão ou quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de

arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito, ou quando a medida for determinada no curso de busca domiciliar.

A alternativa D está incorreta. Consoante ao artigo 245 do CPP: As buscas domiciliares serão executadas de dia, salvo se o morador consentir que se realizem à noite, e, antes de penetrarem na casa, os executores mostrarão e lerão o mandado ao morador, ou a quem o represente, intimando-o, em seguida, a abrir a porta.

A alternativa E está correta. Trata-se da previsão contida no artigo 240, §1º, “e” e “h”, do CPP: A busca será domiciliar ou pessoal. § 1º Proceder-se-á à busca domiciliar, quando fundadas razões a autorizarem, para: [...] e) descobrir objetos necessários à prova de infração ou à defesa do réu; h) colher qualquer elemento de convicção.

**QUESTÃO 28. Considerando a disciplina da prisão no Código de Processo Penal (CPP), assinale a opção correta.**

**a) O flagrante impróprio, entendido como aquele em que há imediata perseguição à pessoa envolvida em situação que se faça presumir ser ela a autora do delito, não é admitido pelo ordenamento jurídico brasileiro.**

**b) A falta de exibição do mandado de prisão por crime inafiançável obsta a efetivação da prisão do acusado.**

**c) A fim de garantir a execução das medidas protetivas de urgência, admite-se a prisão preventiva nos crimes que envolvam violência doméstica e familiar contra a mulher, ainda que se trate de delito punível com pena máxima inferior a 4 anos e o autor seja réu primário.**

**d) O flagrante é classificado como diferido quando o agente é encontrado, logo depois da prática do crime, ainda na posse de objetos utilizados para a consecução da conduta delituosa.**

**e) Não se admite prisão em flagrante nos crimes unisubsistentes e permanentes.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. É admitido o flagrante impróprio, previsto no artigo 302, inciso III, do Código de Processo Penal: Art. 302. Considera-se em flagrante delito quem: [...] III - é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do artigo 287 do Código de Processo Penal: Se a infração for inafiançável, a falta de exibição do mandado não obstará a prisão, e o preso, em tal caso, será imediatamente apresentado ao juiz que tiver expedido o mandado, para a realização de audiência de custódia.

A alternativa C está correta. A hipótese prevista no artigo 313, III, do CPP, é independente dos demais requisitos, pois se trata de situação autônoma: Art. 313. Nos termos do art. 312 deste Código, será

admitida a decretação da prisão preventiva: [...] III - se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.

A alternativa D está incorreta. A hipótese da alternativa descreve o flagrante presumido. O flagrante diferido é a ação controlada, ou seja, aquela que, mediante supervisão judicial, os agentes policiais deixam de prender o agente no momento, para que o façam em momento mais propício, para angariar mais provas e localizar mais autores.

A alternativa E está incorreta. Nos termos do artigo 303 do CPP: Nas infrações permanentes, entende-se o agente em flagrante delito enquanto não cessar a permanência.

Ademais, é possível o flagrante nos crimes unissubsistentes, pois não há regra que excepcione tal hipótese.

### **QUESTÃO 29. Acerca dos recursos em matéria penal, julgue os itens a seguir.**

**I. O pedido de reconsideração suspende o prazo para interposição do recurso.**

**II. Em se tratando de crime sujeito à pena privativa de liberdade e multa, caso haja recurso exclusivo da defesa solicitando a redução da pena privativa de liberdade, poderá o juízo atender a tal recurso e, em contrapartida, aumentar a pena de multa, por ser a medida mais benéfica ao réu.**

**III. É incabível pedido de reconsideração em face de decisão colegiada, bem como o seu recebimento como embargos de declaração.**

**IV. Cabe recurso em sentido estrito contra a decisão que pronuncia o réu ou que desclassifica o crime na primeira fase do procedimento do júri.**

**Estão certos apenas os itens**

**a) I e II.**

**b) I e III.**

**c) III e IV**

**d) I, II e IV.**

**e) II, III e IV.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A assertiva I está incorreta. Consoante ao entendimento do Supremo Tribunal Federal, “Os pedidos de reconsideração carecem de qualquer respaldo no regramento processual vigente. Eles não constituem recursos, em sentido estrito, nem mesmo meios de impugnação atípicos. Por isso, não suspendem

prazos e tampouco impedem a preclusão”. STF. 2ª Turma. Rcl 43007 AgR/DF, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, julgado em 9/2/2021 (Info 1005).

A assertiva II está incorreta. Viola a proibição da reformatio in pejus, consoante ao artigo 617 do Código de Processo Penal: O tribunal, câmara ou turma atenderá nas suas decisões ao disposto nos arts. 383, 386 e 387, no que for aplicável, não podendo, porém, ser agravada a pena, quando somente o réu houver apelado da sentença.

A assertiva III está correta. Conforme entende o Supremo Tribunal Federal: “Os pedidos de reconsideração carecem de qualquer respaldo no regramento processual vigente. Eles não constituem recursos, em sentido estrito, nem mesmo meios de impugnação atípicos. Por isso, não suspendem prazos e tampouco impedem a preclusão”. STF. 2ª Turma. Rcl 43007 AgR/DF, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, julgado em 9/2/2021 (Info 1005).

A assertiva IV está correta. Nos termos do artigo 581, II e IV.: Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença: [...] II - que concluir pela incompetência do juízo; [...] IV - que pronunciar o réu. Embora não haja previsão expressa para a hipótese da desclassificação, é possível aplicar por analogia o inciso II, pois se trata de hipótese de incompetência.

Assim, considerando que apenas as assertivas III e IV estão corretas, a alternativa a ser assinalada é a letra C.

**QUESTÃO 30. Márcio foi preso em flagrante e, na audiência de custódia, o juiz concedeu-lhe a liberdade provisória e estabeleceu, como uma das medidas cautelares diversas da prisão, o recolhimento domiciliar noturno das 20h às 5h durante todos os dias da semana. A medida durou o prazo de 72 dias.**

**Nessa situação hipotética, caso venha a ser condenado, Márcio**

**a) terá direito à detração proporcional de 27 dias, desde que nele tenha sido instalado dispositivo de monitoração eletrônica.**

**b) não terá direito à detração correspondente ao período de duração da medida cautelar, pois lhe foi concedida liberdade provisória.**

**c) terá direito à detração dos 72 dias de duração da medida cautelar de recolhimento domiciliar, desde que nele tenha sido instalado dispositivo de monitoração eletrônica.**

**d) terá direito à detração proporcional de 27 dias, independentemente da instalação do dispositivo de monitoração eletrônica.**

**e) terá direito à detração dos 72 dias de duração da medida cautelar de recolhimento domiciliar, independentemente da instalação do dispositivo de monitoração eletrônica.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

O entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça responde a questão:

1. O período de recolhimento obrigatório noturno e nos dias de folga, por comprometer o status libertatis do acusado deve ser reconhecido como período a ser detraído da pena privativa de liberdade e da medida de segurança, em homenagem aos princípios da proporcionalidade e do non bis in idem.

2. O monitoramento eletrônico associado, atribuição do Estado, não é condição indeclinável para a detração dos períodos de submissão a essas medidas cautelares, não se justificando distinção de tratamento ao investigado ao qual não é determinado e disponibilizado o aparelhamento.

3. A soma das horas de recolhimento domiciliar a que o réu foi submetido devem ser convertidas em dias para contagem da detração da pena. Se no cômputo total remanescer período menor que vinte e quatro horas, essa fração de dia deverá ser desprezada.

STJ. 3ª Seção. REsp 1.977.135-SC, Rel. Min. Joel Ilan Paciornik, julgado em 23/11/2022 (Recurso Repetitivo – tema 1155) (Info 758).

**QUESTÃO 31. Francisco foi preso em flagrante pelo crime de lesão corporal e condenado à pena privativa de liberdade de 3 meses a 1 ano. Maria foi detida em flagrante pelo crime de embriaguez ao volante, sujeito a pena privativa de liberdade de 6 meses a 3 anos. Antônio foi preso em flagrante, em razão da prática do delito de racismo, punido com pena privativa de liberdade de 2 anos a 5 anos.**

**Com base nas informações hipotéticas apresentadas, assinale a opção correta.**

**a) Apenas Francisco poderá ser solto exclusivamente pela autoridade judicial, mediante o pagamento de fiança.**

**b) Francisco, Maria e Antônio poderão ser soltos exclusivamente pela autoridade judiciária, mediante o pagamento de fiança.**

**c) Apenas Francisco poderá ser solto diretamente pela autoridade policial mediante o pagamento de fiança.**

**d) Apenas Francisco e Maria poderão ser soltos diretamente pela autoridade policial mediante o pagamento de fiança.**

**e) Apenas Maria poderá ser solta diretamente pela autoridade policial mediante o pagamento de fiança.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

Nos termos do artigo 322 do Código de Processo Penal: A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 4 (quatro) anos. Parágrafo único. Nos demais casos, a fiança será requerida ao juiz, que decidirá em 48 (quarenta e oito) horas". Com relação a Francisco, o crime de lesão corporal é de menor potencial ofensivo, razão pela qual cabe a aplicação do artigo 69 da Lei n. 9099 que determina a apresentação do autor do crime ao juiz: Art. 69. A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima,

providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários. No tocante à Antônio, há vedação da concessão de fiança, consoante ao artigo 323, I, do Código de Processo Penal: Não será concedida fiança: I - nos crimes de racismo;". Nesse sentido, é cabível a aplicação de fiança pela autoridade policial apenas em favor de Maria, razão pela qual a alternativa correta é a letra E.

**QUESTÃO 32. Acerca da nacionalidade conforme as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF) e a jurisprudência do STF, assinale a opção correta.**

**a) O Concedida administrativamente a naturalização, ela poderá ser cancelada mediante revisão do ato administrativo, no exercício do poder de autotutela administrativo.**

**b) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade, salvo nos casos de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira e de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em Estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.**

**c) Desde que observado o princípio da proporcionalidade, a lei pode estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados.**

**d) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia.**

**e) A vedação à extradição de brasileiros natos aplica-se à nacionalidade decorrente do critério do jus soli, não se estendendo à nacionalidade decorrente do critério do jus sanguinis.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda sobre a nacionalidade.

A alternativa A está incorreta. Em que pese a naturalização seja concedida administrativamente, a nacionalidade somente poderá ser cancelada por sentença judicial, nos termos do art. 12, §4º, I, da CRFB/88.

A alternativa B está incorreta, pois trata-se da redação antiga do art. 12, §4º, da CRFB/88.

A alternativa C está incorreta, somente a Constituição Federal poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, conforme prevê o art. 12, §2º, da CRFB/88 nesse sentido: "A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos nesta Constituição".

A alternativa D está correta. Nos termos do art. 12, §4º, II, da CRFB/88, será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia.

A alternativa E está incorreta. A vedação à extradição se estende a todos os brasileiros natos, ainda que tenha a dupla nacionalidade, nos termos do art. 5º, LI da CRFB/88.

**QUESTÃO 33. A respeito da classificação das constituições, assinale a opção correta.**

**a) A constituição material está necessariamente inserida na formal, de modo que não pode haver norma materialmente constitucional fora da lei fundamental.**

**b) São consideradas analíticas ou prolixas as constituições extensas, que não se limitam a tratar de conteúdos materialmente constitucionais, sendo exemplo desse gênero a Constituição Federal de 1988.**

**c) A constituição material é o conjunto de regras e princípios que tratam de direito substantivo, em oposição à constituição formal, que reúne as regras de direito adjetivo.**

**d) Quanto ao processo de reforma, uma constituição é classificada como rígida quando não admite modificação.**

**e) A constituição histórica é fruto de evento revolucionário, como é o caso da Constituição francesa de 1791.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, as normas materialmente constitucionais possuem conteúdo constitucional, mas que estão fora da Carta Magna, como normas que tratam de vigência das leis, hermenêutica etc.

A alternativa B está correta, a Constituição analíticas ou prolixas, conforme a doutrina de Gustavo Fernandes assim explica, são as cartas detalhistas, repletas de número elevado de artigos que muitas das vezes se desdobram em parágrafos, incisos e alíneas. Geralmente trazem matéria alheia ao Direito Constitucional propriamente dito.

A alternativa C está incorreta. O direito constitucional substantivo cuida da organização do Estado, enquanto o direito constitucional adjetivo cuida dos elementos próprios de aplicabilidade, como preâmbulo, ato de promulgação, de aplicação do direito material, etc. E, portanto, não há relação se a constituição é material ou formal.

A alternativa D está incorreta. A constituição que não permite modificação é a constituição imutável. As rígidas permitem a modificação, desde que por meio de um processo solene.

A alternativa E está incorreta. A constituição histórica é aquela resultante de lenta formação histórica.

**QUESTÃO 34. No que se refere ao poder constituinte, julgue os itens a seguir.**

**I. O poder constituinte derivado é, a rigor, um poder constituído, logo está sujeito aos limites e às condições estabelecidos pelo poder constituinte originário.**

**II. O poder constituinte originário, ainda que ilimitado e incondicionado, não pode suprimir direitos adquiridos.**

**III. O poder constituinte originário, do qual o povo é titular, é permanente, não se exaurindo com a elaboração da constituição.**

**Assinale a opção correta.**

- a) Apenas o item I está certo.**
- b) Apenas o item II está certo.**
- c) Apenas os itens I e III estão certos.**
- d) Apenas os itens II e III estão certos.**
- e) Todos os itens estão certos.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. Analisemos item a item.

O item I está correto. É correto afirmar que o poder constituinte derivado está sujeito aos limites e condições estabelecidos pelo poder constituinte originário.

O item II está incorreto. O poder constituinte originário é ilimitado em relação ao poder constituinte anterior, podendo suprimir direitos adquiridos, podendo contrariar direitos adquiridos em constituições anteriores, conforme a doutrina majoritária e o posicionamento do Supremo Tribunal Federal nesse sentido (RE 140.894).

O item III está correto. O poder constituinte originário, cujo titular é o povo, não se exaure quando a constituição é editada. Ela passa a hibernar, mas continua apto a se manifestar a qualquer momento (permanece no povo), mas que subsiste fora da constituição (MENDES; BRANCO, 2019, p.103).

Portanto, a alternativa C está correta, estando os itens I e III corretos. As demais alternativas estão incorretas, conforme comentários anteriores.

**QUESTÃO 35. No que diz respeito às ações constitucionais, assinale a opção correta.**

- a) entidade de classe não tem legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo quando a pretensão interessar apenas a uma parte da respectiva categoria.**
- b) É cabível habeas corpus contra a imposição da pena de exclusão de militar ou de perda de patente ou de função pública.**
- c) É inconstitucional lei que fixe prazo decadencial para impetração de mandado de segurança, por restringir excessivamente o emprego do remédio constitucional.**
- d) Não cabe habeas corpus contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.**

**e) O habeas data não se presta à obtenção, pelo contribuinte, dos dados concernentes ao pagamento de tributos constantes de sistemas informatizados de apoio à arrecadação dos órgãos da administração fazendária dos entes estatais.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Nos termos da Súmula 630 do STF, a entidade de classe tem legitimação para o mandado de segurança ainda quando a pretensão veiculada interesse apenas a uma parte da respectiva categoria.

A alternativa B está incorreta. Nos termos da Súmula 694 do STF, não cabe habeas corpus contra a imposição da pena de exclusão de militar ou perda de patente ou de função.

A alternativa C está incorreta. Nos termos da Súmula 632 do STF, é constitucional lei que fixa o prazo de decadência para a impetração do mandado de segurança.

A alternativa D está correta. Nos exatos termos da Súmula 693 do STF: “Não cabe habeas corpus contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.”

A alternativa E está incorreta. Conforme entendimento consolidado no julgamento do RE 673.707-MG, o Habeas Data é garantia constitucional adequada para a obtenção dos dados concernentes ao pagamento de tributos do próprio contribuinte constantes dos sistemas informatizados de apoio à arrecadação dos órgãos da administração fazendária dos entes estatais.

**QUESTÃO 36. Em relação aos direitos sociais assegurados pela CF, assinale a opção correta.**

**a) É direito primário do trabalhador urbano e rural assistência gratuita aos filhos e dependentes, desde o nascimento até os seis anos de idade, em creches e pré-escolas.**

**b) A fundação de sindicato está sujeita a registro e autorização estatal no Ministério do Trabalho e Emprego, que deverá zelar pela observância do princípio da unicidade sindical.**

**c) Segundo a CF, é direito do trabalhador urbano e rural a relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, admitida a dispensa em massa de trabalhadores, independentemente de prévia intervenção sindical, desde que assegurada indenização compensatória.**

**d) A CF assegura à gestante o direito à licença, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de 120 dias, direito não extensível ao genitor do sexo masculino.**

**e) Os prazos da licença-adotante não podem ser inferiores aos prazos da licença-gestante, o mesmo valendo para as respectivas prorrogações; e, em relação à licença-adotante, não é possível fixar prazos diversos em função da idade da criança adotada.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, ao contrário do que afirma a alternativa, a assistência à educação será desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade, nos termos do art. 7º, XXV, da CRFB/88.

A alternativa B está incorreta, não depende de autorização do Poder Público, nos termos do art. 8º, I, da CRFB/88.

A alternativa C está incorreta, pois em caso de demissão em massa, cabe intervenção do sindicato da categoria (RE 999.435, rel. min. Marco Aurélio, red. do ac. min. Edson Fachin, j. 8-6-2022, P, DJE de 15-9-2022, Tema 638, com mérito julgado).

A alternativa D está incorreta, contudo, a depender da interpretação do examinando, a alternativa poderá estar correta. O genitor tem direito à licença paternidade, portanto, tem direito à licença, porém, não sendo no prazo de 120 dias, em regra, com exceção aos casos de licença monoparental cuja esposa faleceu após o parto (RE 1348854).

A alternativa E está correta, consonante com o entendimento do Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 778.889, não pode haver diferenciação nos prazos entre a licença-adotante e a licença-gestante, não podendo fixar prazos diversos em decorrência da idade da criança adotada.

**QUESTÃO 37. De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), as entidades que participam dos processos objetivos de controle de constitucionalidade na condição de amicus curiae**

**a) possuem legitimidade para interpor recursos em sede de controle objetivo de normas, exceto em caso de oposição de embargos de declaração.**

**b) possuem legitimidade recursal para opor embargos de declaração, independentemente de trazer contribuição relevante aos autos.**

**c) não possuem legitimidade para interpor recursos em sede de controle objetivo de normas, ainda que se trate da oposição de embargos de declaração.**

**d) possuem legitimidade recursal para opor embargos de declaração quando trouxerem aos autos informações relevantes.**

**e) não possuem legitimidade para interpor recursos em sede de controle objetivo de normas, exceto em caso de oposição de embargos de declaração.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão aborda sobre a intervenção do *amicus curiae* em sede de controle de constitucionalidade, exigindo o conhecimento do posicionamento do Supremo Tribunal Federal nesse sentido.

A alternativa C está correta. Nos termos do entendimento do Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADI 6244 ED-segundos, *amicus curiae* não possui legitimidade para interpor recursos em sede de controle abstrato de constitucionalidade. Ementa: "EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. AUSÊNCIA DE LEGITIMIDADE RECURSAL DE AMICUS CURIAE NA OPOSIÇÃO DE ACLARATÓRIOS. PRECEDENTES. NÃO CONHECIMENTO. 1. A jurisprudência do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL consolidou-se no sentido de que *amicus curiae* não possui legitimidade para interpor recursos em sede de controle abstrato de constitucionalidade. Precedentes. 2. Embargos de Declaração não conhecidos."

As demais alternativas estão incorretas, por contrariarem o entendimento do Supremo Tribunal Federal.

### **QUESTÃO 38. De acordo com o STF, a ação direta de inconstitucionalidade é instrumento de controle jurisdicional**

- a) repressivo de constitucionalidade de ato concreto, apenas.**
- b) preventivo de constitucionalidade em abstrato, apenas.**
- c) preventivo e repressivo de constitucionalidade em abstrato.**
- d) preventivo de constitucionalidade de ato concreto, apenas.**
- e) repressivo de constitucionalidade em abstrato, apenas.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. É inviável a Ação Direta de Inconstitucionalidade de atos estatais de efeitos concretos, por ausência de densidade normativa de conteúdo de seu preceito, desde que não revestidos de lei (ADI-MC 4.048, j. 14.5.08).

As alternativas B, C e D estão incorretas. Não se admite, no sistema brasileiro, o controle preventivo de normas em curso de formação. O controle de constitucionalidade de emendas constitucionais tem caráter excepcional e exige inequívoca afronta a alguma cláusula pétrea da Constituição. Mais excepcional ainda é o controle preventivo de constitucionalidade, visando impedir a própria tramitação de proposta de emenda constitucional. Salvo hipóteses extremas, não deve o Judiciário impedir a discussão de qualquer matéria no Congresso Nacional. (MS 37.721 AgR, rel. min. Luís Roberto Barroso, j. 26-9-2022, 1ª T, DJE de 29-9-2022.).

A alternativa E está correta. Consoante a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a Suprema Corte deve exercer sua função precípua de fiscalização da constitucionalidade das leis e dos atos normativos

quando houver um tema ou uma controvérsia constitucional suscitada em abstrato, independente do caráter geral ou específico, concreto ou abstrato de seu objeto (MS 37.721 AgR, rel. min. Luís Roberto Barroso, j. 26-9-2022, 1ª T, DJE de 29-9-2022.).

**QUESTÃO 39. O governador do estado X apresentou projeto de lei à assembleia legislativa no qual propôs alterar a Lei Orgânica da Defensoria Pública do estado, no que se refere à sua estrutura e organização.**

**Nessa situação hipotética, conforme a jurisprudência do STF, o referido projeto de lei é**

**a) inconstitucional, pois é de iniciativa privativa do defensor público-geral do estado a propositura de leis que disponham sobre a Defensoria Pública.**

**b) constitucional, pois cabe a qualquer membro ou comissão da assembleia legislativa e ao governador do estado a iniciativa para a propositura de leis que disponham sobre a Defensoria Pública.**

**c) constitucional, pois é de iniciativa privativa do governador do estado a propositura de leis que disponham sobre a Defensoria Pública.**

**d) constitucional, pois é de iniciativa concorrente do governador do estado e do defensor público-geral do estado a propositura de leis que disponham sobre a Defensoria Pública.**

**e) inconstitucional, pois é de iniciativa privativa do Conselho Superior da Defensoria Pública do estado a propositura de leis que disponham sobre a Defensoria Pública.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Leis que disponham sobre a Defensoria Pública são de iniciativa do defensor público-geral, portanto, inconstitucional a lei estadual de iniciativa do governador que vise alterar a estrutura e organização da Defensoria Pública. Nos termos da Emenda Constitucional n.º 45/2004, as Defensorias Públicas Estaduais passaram a contar com autonomia administrativa e funcional. Nesse sentido, colacionamos o seguinte entendimento jurisprudencial sobre o assunto: “É inconstitucional lei estadual que atribui ao chefe do Poder Executivo estadual competências administrativas no âmbito da Defensoria Pública”. Assim, viola o art. 134, §2º da CF/88 a lei estadual que preveja que compete ao Governador: a) a nomeação do Subdefensor Público-Geral, do Corregedor-Geral, dos Defensores Chefes e do Ouvidor da Defensoria Pública estadual; b) autorizar o afastamento de Defensores Públicos para estudos ou missão; c) propor, por meio de lei de sua iniciativa, o subsídio dos membros da Defensoria Pública (tais competências pertencem ao Defensor Público-Geral do Estado) (ADI 5.286/AP, j. 18.5.16 - Informativo 826).”

As demais alternativas estão incorretas, conforme comentário da alternativa A.

**QUESTÃO 40. Com base no entendimento do STF a respeito da exigência de inscrição do defensor público nos registros da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e à sua sujeição ao estatuto dessa instituição, assinale a opção correta.**

**a) É inconstitucional a exigência de inscrição do defensor público nos quadros da OAB, estando ele submetido apenas ao regime próprio da Defensoria Pública.**

**b) É inconstitucional a exigência de inscrição do defensor público nos quadros da OAB, estando garantida aos que estiverem inscritos nessa ordem a escolha entre sua submissão ao Estatuto da OAB ou ao regime próprio da Defensoria Pública.**

**c) É constitucional a exigência de inscrição do defensor público nos registros da OAB, não estando ele, entretanto, sujeito ao estatuto dessa ordem, visto que se submete apenas ao regime próprio da Defensoria Pública.**

**d) É constitucional a exigência de inscrição do defensor público nos registros da OAB, estando ele sujeito tanto ao estatuto dessa ordem quanto ao regime próprio da Defensoria Pública.**

**e) É constitucional a exigência de inscrição do defensor público nos registros da OAB, estando ele sujeito ao estatuto dessa ordem enquanto não houver regime próprio da Defensoria Pública disciplinado por lei estadual.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão aborda sobre o entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca da exigência ou não da inscrição do defensor público nos registros da Ordem dos Advogados do Brasil, bem como, a sujeição ao regime próprio da Defensoria Pública.

A alternativa A está correta. É inconstitucional a exigência de inscrição do Defensor Público nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil. Nesse sentido, eis a seguinte ementa do julgado do STF nesse sentido: “Ementa: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. DEFENSOR PÚBLICO. CAPACIDADE POSTULATÓRIA. INSCRIÇÃO NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. INCONSTITUCIONALIDADE. DESPROVIMENTO. 1. O artigo 134, § 19, da CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ao outorgar à lei complementar a organização da Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios, e a edição de normas gerais organizacionais para as Defensorias Públicas dos Estados, vedou expressamente "o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais. 2. A exigência prevista na Lei Complementar 80/1994, de que o candidato ao cargo de defensor público deve comprovar sua inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, não conduz à inarredável conclusão de que o Defensor Público deve estar inscrito nos registros da entidade. 3. O artigo 49, § 6º, da Lei Complementar 80/1994, na redação dada pela Lei Complementar 132/2009, dispõe que a capacidade postulatória do defensor decorre exclusivamente de sua nomeação e posse no cargo público, para se dedicar unicamente à nobre missão institucional de proporcionar o acesso dos assistidos à ordem jurídica justa. 4. Logo, o Defensor Público submete-se somente ao regime próprio da Defensoria Pública, sendo inconstitucional a sua sujeição também ao Estatuto da OAB. 5. Recurso extraordinário desprovido. Tese para fins da sistemática da Repercussão geral: É inconstitucional a exigência de

inscrição do Defensor Público nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil. (RE 1240999, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 04-11-2021).

As demais alternativas estão incorretas, por não estarem em consonância com o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

#### **QUESTÃO 41. Acerca da organização administrativa, assinale a opção correta**

**a) Há possibilidade de criação de consórcios públicos, desde que com personalidade jurídica de direito público, para a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, na forma da lei.**

**b) As agências reguladoras gozam de autonomia de regras disciplinadoras do setor regulado, não sendo autorizada a incidência de reajuste de itens tarifários em percentual superior ao do índice inflacionário fixado, ainda que este não seja superado pela média ponderada de todos os itens.**

**c) A qualificação como organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP) pode ser conferida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais sejam a promoção da educação, ainda que se dedique ao ensino formal não gratuito.**

**d) Há possibilidade de extensão de regras do regime de direito público a pessoas de direito privado integrantes da administração pública indireta, como as empresas públicas e sociedades de economia mista que tenham por objeto exclusivo a prestação de serviços públicos de atuação típica do Estado e em regime não concorrencial.**

**e) Na descentralização da administração pública, há a criação de órgão, mantendo-se a relação hierárquica; na desconcentração, há a criação de entidade com personalidade jurídica própria.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da organização administrativa.

A alternativa A está incorreta, pois contraria a Lei nº 11.107/2005, que trata das normas gerais de contratação de consórcios públicos e que estabelece a possibilidade de o consórcio público constituir-se sob a forma de pessoa jurídica de direito público ou privado, veja: "Art. 1º Esta Lei dispõe sobre normas gerais para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios contratarem consórcios públicos para a realização de objetivos de interesse comum e dá outras providências. § 1º O consórcio público constituirá associação pública ou pessoa jurídica de direito privado."

A alternativa B está incorreta, pois o entendimento do STF, fixado no julgamento do RE 1059819 (Tema 991 RG) é o de que as agências reguladoras estão autorizadas a fixar a incidência de reajuste de itens tarifários em percentual superior ao do índice inflacionário fixado, ainda que este não seja superado pela média ponderada de todos os itens. Veja a tese de repercussão geral fixada: "Afronta o princípio da separação dos poderes a anulação judicial de cláusula de contrato de concessão firmado por Agência

Reguladora e prestadora de serviço de telefonia que, em observância aos marcos regulatórios estabelecidos pelo Legislador, autoriza a incidência de reajuste de alguns itens tarifários em percentual superior ao do índice inflacionário fixado, quando este não é superado pela média ponderada de todos os itens". (RE 1.059.819-PE. Recurso Extraordinário. Repercussão Geral. Relator: Marco Aurélio. Julgamento: 18/02/2022. Publicação: 25/02/2022).

A alternativa C está incorreta, pois a Lei nº 9.790/1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, veda tais entidades, veja: "Art. 2º Não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, ainda que se dediquem de qualquer forma às atividades descritas no art. 3º desta Lei: "VIII - as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras;".

A alternativa D está correta, pois o STF, no julgamento do RE 773992 (Tema 644), fixou a seguinte tese: "A imunidade tributária recíproca reconhecida à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos — ECT alcança o IPTU incidente sobre imóveis de sua propriedade e por ela utilizados, não se podendo estabelecer, a priori, nenhuma distinção entre os imóveis afetados ao serviço postal e aqueles afetados à atividade econômica." Ademais, no julgamento do RE 633782, o Supremo entendeu pela possibilidade de extensão de regras do regime de direito público a pessoas de direito privado integrantes da administração pública indireta, que tenham por objeto exclusivo a prestação de serviços públicos de atuação típica do Estado e em regime não concorrencial. Vejamos trecho da Ementa: "4. A extensão de regras do regime de direito público a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta, desde que prestem serviços públicos de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial é admissível pela jurisprudência da Corte." (RE 633782, Relator(a): LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 26/10/2020, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-279 DIVULG 24-11-2020 PUBLIC 25-11-2020).

A alternativa E está incorreta, tendo em vista que os conceitos apresentados estão invertidos. Nas palavras de José dos Santos Carvalho Filho sobre a descentralização: "Descentralização é o fato administrativo que traduz a transferência da execução de atividade estatal a determinada pessoa, integrante ou não da Administração. Dentre essas atividades inserem-se os serviços públicos. Desse modo podem-se considerar dois tipos de serviços quanto à figura de quem os presta – os serviços centralizados (os prestados em execução direta pelo Estado) e os serviços descentralizados (prestados por outras pessoas)". Já sobre o conceito de desconcentração, o autor aduz: "A desconcentração, que é processo eminentemente interno, significa apenas a substituição de um órgão por dois ou mais com o objetivo de melhorar e acelerar a prestação do serviço. Note-se, porém, que na desconcentração o serviço era centralizado e continuou centralizado, pois que a substituição se processou apenas internamente. Em algumas ocasiões tem havido confusão no emprego dessas figuras, e isso se explica pelo fato de que, quando se desconcentra, procede-se, em última análise, a uma descentralização. Cuida-se, porém, de fenômenos diversos, já que na desconcentração ocorre mero desmembramento orgânico". (FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. 28 Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

**QUESTÃO 42. No que se refere à anulação de ato administrativo com efeitos patrimoniais contínuos que beneficiam os destinatários, assinale a opção correta.**

a) O prazo para a anulação é de cinco anos, tem natureza decadencial e deve ser contado a partir do primeiro pagamento, salvo se comprovada a má-fé do beneficiário.

b) O prazo para a anulação é de cinco anos, tem natureza decadencial e deve ser contado a partir do último ato, pois há renovação do prazo a cada pagamento, já que não atinge o fundo do direito,

c) O prazo para a anulação é de cinco anos, tem natureza decadencial e deve ser contado a partir do primeiro pagamento, mesmo se evidenciada a má-fé do beneficiário.

d) A administração pública pode anular esse tipo de ato a qualquer tempo, independentemente de prazo.

e) Há prazo prescricional de cinco anos para a administração pública anular esse tipo de ato, o qual será suspenso com a instauração de procedimento de averiguação da legalidade do ato.

## Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão aborda a anulação de ato administrativo com efeitos patrimoniais contínuos que beneficiam os destinatários.

A alternativa A está correta, tendo em vista que o artigo 54 da Lei 9.784/99, que dispõe sobre a decadência do direito de a administração pública anular seus atos quando estes gerem efeitos favoráveis aos seus destinatários, traz o prazo de 5 anos e início de contagem a partir do primeiro pagamento, salvo quando comprovada a má-fé do beneficiário, veja: "Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé. § 1º No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento."

A alternativa B está incorreta, tendo em vista que o artigo 54 da Lei 9.784/99, que dispõe sobre a decadência do direito de a administração pública anular seus atos quando estes gerem efeitos favoráveis aos seus destinatários, traz o prazo de 5 anos e início de contagem a partir do primeiro pagamento, salvo quando comprovada a má-fé do beneficiário, veja: "Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé. § 1º No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento."

A alternativa C está incorreta, tendo em vista que o artigo 54 da Lei 9.784/99, que dispõe sobre a decadência do direito de a administração pública anular seus atos quando estes gerem efeitos favoráveis aos seus destinatários, traz o prazo de 5 anos e início de contagem a partir do primeiro pagamento, salvo quando comprovada a má-fé do beneficiário, veja: "Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé. § 1º No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento."

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que sua anulação não é possível a qualquer tempo, consoante artigo 54 da Lei 9.784/99, que dispõe sobre a decadência do direito de a administração pública anular seus atos quando estes gerem efeitos favoráveis aos seus destinatários, e que traz o prazo de 5 anos para tanto e início de contagem a partir do primeiro pagamento, salvo quando comprovada a má-fé do beneficiário, veja: "Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de

que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decaem em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé. § 1º No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento."

A alternativa E está incorreta, tendo em vista que o artigo 54 da Lei 9.784/99 estabelece que o prazo é decadencial, não prescricional, veja: "Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decaem em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé." Ademais, em seu artigo 67, a Lei determina que, via de regra, os prazos processuais não se suspendem, veja: "Art. 67. Salvo motivo de força maior devidamente comprovado, os prazos processuais não se suspendem."

**QUESTÃO 43. A respeito dos poderes da administração pública, assinale a opção correta.**

- a) Os atos administrativos realizados com abuso de poder acarretam sua imediata revogação.**
- b) A ordem de polícia, o consentimento de polícia e a fiscalização de polícia podem ser delegados a empresa pública que preste exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial, mas não é possível a delegação da sanção de polícia a pessoa jurídica de direito privado, ainda que pertencente à administração pública indireta.**
- c) No âmbito de seu poder regulamentar, as agências reguladoras poderão tratar de matéria para a qual inexistia prévio conceito genérico em sua lei instituidora (standards), sendo vedadas, contudo, a criação ou a aplicação de sanções não previstas em lei.**
- d) A Ordem dos Advogados do Brasil tem o dever de prestar contas ao Tribunal de Contas da União, uma vez que presta serviço público estatal.**
- e) O poder hierárquico não autoriza, em regra, a assunção por órgão superior de atribuição legalmente conferida a órgão inferior, sendo a avocação medida de caráter excepcional, admitida apenas temporariamente e por motivos relevantes devidamente justificados.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata dos poderes da administração pública.

A alternativa A está incorreta, pois o abuso de poder gera a nulidade do ato e sua anulação. Nas palavras de José dos Santos Carvalho Filho: "Agindo com abuso de poder, por qualquer de suas formas, o agente submete sua conduta à revisão, judicial ou administrativa. O abuso de poder não pode compatibilizar-se com as regras da legalidade, de modo que, constatado o abuso, cabe repará-lo. A invalidação da conduta abusiva pode dar-se na própria esfera administrativa (autotutela) ou através de ação judicial, inclusive por mandado de segurança (art. 5º, LXIX, CF). Por outro lado, o abuso de poder constitui, em certas circunstâncias, ilícito penal, como dispõe a Lei nº 4.898, de 9.12.1965, que estabelece sanções para o agente da conduta abusiva." (FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. 28 Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

A alternativa B está incorreta, tendo em vista que a ordem de polícia não pode ser delegada em nenhuma hipótese. É o entendimento fixado pelo STJ, no REsp 817.534/MG, veja: "5. Somente os atos relativos ao consentimento e à fiscalização são delegáveis, pois aqueles referentes à legislação e à sanção derivam do poder de coerção do Poder Público." (REsp 817.534/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 25/05/2010). O que poderá ser delegado é a figura do poder de polícia, consoante entendimento do STF, no julgamento do RE 633782 (Tema 532), que fixou a seguinte tese: "É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial."

A alternativa C está incorreta, tendo em vista que agências reguladoras vão tratar, por suas resoluções, matérias que tenham um prévio *standard* previsto em lei. Nas palavras de José dos Santos Carvalho Filho, sobre as agências reguladoras: "O poder normativo técnico indica que essas autarquias recebem das respectivas leis delegação para editar normas técnicas (não as normas básicas de política legislativa) complementares de caráter geral, retratando poder regulamentar mais amplo, porquanto tais normas se introduzem no ordenamento jurídico como direito novo (*ius novum*). (...) O que nos parece inafastável é a verificação, em cada caso, se foi regular o exercício do poder ou, ao contrário, se foi abusivo, com desrespeito aos parâmetros que a lei determinou. Consequentemente, o poder normativo técnico não pode deixar de submeter-se a controle administrativo e institucional. Esse fenômeno, de resto já conhecido em outros sistemas jurídicos, tem sido denominado de deslegalização (ou deslegifitação, como preferem alguns), considerando que a edição de normas gerais de caráter técnico se formaliza por atos administrativos regulamentares em virtude de delegação prevista na respectiva lei. Na verdade, não há, como supõem alguns estudiosos (equivocadamente, a nosso ver), transferência do poder legiferante a órgãos ou pessoas da Administração, mas tão somente o poder de estabelecer regulamentação sobre matéria de ordem técnica, que, por ser extremamente particularizada, não poderia mesmo estar disciplinada na lei." (FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. 28 Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que o STF, no julgamento do RE 1182189 (Tema 1054 RG) fixou a seguinte tese: "O Conselho Federal e os Conselhos Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil não estão obrigados a prestar contas ao Tribunal de Contas da União nem a qualquer outra entidade externa."

A alternativa E está correta, pois é o que determina a Lei nº 9.784 em seu artigo 15, vejamos: "Será permitida, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior."

#### **QUESTÃO 44. Acerca dos serviços públicos, assinale a opção correta.**

- a) Não há necessidade de o poder concedente justificar a conveniência de concessão ou permissão de serviço público, já que se trata de ato discricionário.**
- b) Há possibilidade de o município criar hipótese de parceria público-privada para a execução de obra pública de infraestrutura e urbanismo, ainda que desvinculada de qualquer serviço público ou social.**

**c) A delegação da prestação de serviço público, feita pelo poder concedente, mediante licitação na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, a pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado, considerada concessão de serviço público.**

**d) A concessão de serviço público precedida de obra pública deve ser formalizada mediante contrato, sendo permitida a concessão a título precário se não for precedida de obra pública.**

**e) É vedado ao poder concedente prever, em favor da concessionária, a possibilidade de fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com ou sem exclusividade.**

## **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata dos serviços públicos.

A alternativa A está incorreta, pois a concessão ou permissão de serviços públicos constituem contratos, que deverão ser justificados, consoante Lei nº 8.987/1995, veja: "Art. 5º O poder concedente publicará, previamente ao edital de licitação, ato justificando a conveniência da outorga de concessão ou permissão, caracterizando seu objeto, área e prazo."

A alternativa B está incorreta, pois a parceria público-privada não poderá ser desvinculada, consoante entendimento do STF no julgamento da ADPF 282 (Informativo 1094), vejamos: "É inconstitucional lei municipal que autoriza a celebração de PPP para a execução de obra pública desvinculada de qualquer serviço público ou social." (ADPF 282, Relator(a): GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 15/05/2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 30-05-2023 PUBLIC 31-05-2023).

A alternativa C está correta, pois é o que determina a Lei 8.987/95, art. 2º, II, vejamos: "Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se: II. concessão de serviço público: a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, a pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado;"

A alternativa D está incorreta, pois não há tal previsão na Lei 8.987/95, que determina serem as concessões realizadas mediante contrato. Vejamos: "Art. 4º A concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será formalizada mediante contrato, que deverá observar os termos desta Lei, das normas pertinentes e do edital de licitação."

A alternativa E está incorreta, pois contraria a Lei 8.987/95, que permite ao poder concedente prever tal possibilidade, em seu art. 11, vejamos: "No atendimento às peculiaridades de cada serviço público, poderá o poder concedente prever, em favor da concessionária, no edital de licitação, a possibilidade de outras fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com ou sem exclusividade, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas, observado o disposto no art. 17 desta Lei."

**QUESTÃO 45. Acerca de licitações e contratos administrativos, assinale a opção correta, com base na Lei nº 14.133/2021.**

**a) Há possibilidade de revogação de licitação por motivo de conveniência e oportunidade, prescindindo-se da ocorrência de fato superveniente.**

**b) A contratação semi-integrada é o regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver os projetos básico e executivo, executar obras e serviços de engenharia e realizar as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.**

**c) É vedada à administração pública a contratação da execução de obras e serviços de engenharia por meio do sistema de registro de preços.**

**d) Diálogo competitivo é a modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a administração pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades.**

**e) A alienação de bens imóveis da administração pública, cuja aquisição tenha sido derivada de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento, exigirá avaliação prévia, autorização legislativa e licitação na modalidade leilão.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata das licitações e contratos administrativos, previstos pela nº 14.133/2021.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que a Lei nº 14.133/2021 impele a ocorrência de fato superveniente, vejamos: "Art. 71. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá: § 2º O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado."

A alternativa B está incorreta, pois o art. 6º da Lei 14.133 conceitua de forma distinta a contratação semi-integrada, vejamos: "Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: XXXIII - contratação semi-integrada: regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver o projeto executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto;"

A alternativa C está incorreta, pois de acordo com a Lei nº 14.233/2021, o sistema de registro de preços é uma das possibilidades permitidas, vejamos: "Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: XLV - sistema de registro de preços: conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras;" e "Art. 82. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre: § 5º O

sistema de registro de preços poderá ser usado para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, observadas as seguintes condições:".

A alternativa D está correta, pois é como a Lei nº 14.233/2021 conceitua o diálogo competitivo, em seu art. 6º, vejamos: "Para os fins desta Lei, consideram-se: XLII - diálogo competitivo: modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos;".

A alternativa E está incorreta, pois a Lei nº 14.233/2021 dispensa a realização de licitação nos casos de dação em pagamento, veja: "Art. 76. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas: I - tratando-se de bens imóveis, inclusive os pertencentes às autarquias e às fundações, exigirá autorização legislativa e dependerá de licitação na modalidade leilão, dispensada a realização de licitação nos casos de: a) dação em pagamento;".

**QUESTÃO 46. A respeito de contratos administrativos, assinale a opção correta.**

**a) O contrato de consórcio público deve ser celebrado com a ratificação, mediante ato administrativo próprio, do protocolo de intenções.**

**b) O acordo de cooperação técnica é o instrumento de cooperação para a execução de ações de interesse recíproco e em mútua colaboração no qual o objeto e as condições da cooperação são previamente estabelecidos por órgão ou entidade da administração pública federal.**

**c) Nas hipóteses em que for adotada a contratação integrada ou semi-integrada, haverá possibilidade de alteração dos valores contratuais por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da administração pública ou da contratada.**

**d) Nos contratos administrativos, há possibilidade de utilização de conciliação, mediação e arbitragem como meios alternativos para a solução da controvérsia, mas não há possibilidade de utilização de comitê de resolução de disputas (dispute board).**

**e) Os órgãos e as entidades da administração pública federal poderão celebrar convênios ou contratos de repasse para transferências de recursos com entidades privadas sem fins lucrativos e serviços sociais autônomos, para a execução de programas de interesse recíproco e em regime de mútua colaboração.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda os contratos administrativos.

A alternativa A está incorreta, pois a Lei 11.107/2005 determina sua realização mediante lei, vejamos: "Art. 5º O contrato de consórcio público será celebrado com a ratificação, mediante lei, do protocolo de intenções."

A alternativa B está incorreta, pois o Decreto 11.531/2023 estabelece que o objeto e as condições de cooperação serão estabelecidos de comum acordo entre as partes, veja: "Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se: XIII - acordo de cooperação técnica - instrumento de cooperação para a execução de ações de interesse recíproco e em regime de mútua colaboração, a título gratuito, sem transferência de recursos ou doação de bens, no qual o objeto e as condições da cooperação são ajustados de comum acordo entre as partes."

A alternativa C está incorreta, pois diverge do que determina a Lei nº 14.133/2012, a respeito da alteração dos valores contratuais, veja: "Art. 133. Nas hipóteses em que for adotada a contratação integrada ou semi-integrada, é vedada a alteração dos valores contratuais, exceto nos seguintes casos: IV - por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da Administração."

A alternativa D está incorreta, pois é o oposto do que determina a Lei 14.133, que prevê o comitê de resolução de disputas, vejamos: "Art. 151. Nas contratações regidas por esta Lei, poderão ser utilizados meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem."

A alternativa E está correta, pois é o que determina o Decreto 11.531/2023, vejamos: "Art. 3º Os órgãos e as entidades da administração pública federal poderão celebrar convênios ou contratos de repasse para transferências de recursos com órgãos e entidades da administração pública estadual, distrital e municipal, consórcios públicos, entidades privadas sem fins lucrativos e serviços sociais autônomos, para a execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco e em regime de mútua colaboração."

**QUESTÃO 47. No que diz respeito à improbidade administrativa, assinale a opção correta.**

**a) A revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa é irretroativa, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada, tampouco durante o processo de execução das penas e de seus incidentes.**

**b) A revogação da modalidade culposa, resultado de alteração da Lei de Improbidade Administrativa, não se aplica aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitada em julgado, em virtude da aplicação do *tempus regit actum*.**

**c) O novo regime prescricional previsto na Lei de Improbidade Administrativa retroage, aplicando-se os novos marcos temporais desde a prática do ato.**

**d) Será apenado com a pena de suspensão, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar, dentro do prazo determinado, a declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, ou que prestar declaração falsa.**

**e) Constitui ato de improbidade administrativa deixar de cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade prevista na legislação.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda a improbidade administrativa.

A alternativa A está correta, pois é o entendimento do STF, no julgamento do ARE 843989 (tema 1199 RG), no qual foi fixada a seguinte tese: "2) A norma benéfica da Lei 14.230/2021 - revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa -, é IRRETROATIVA, em virtude do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada; nem tampouco durante o processo de execução das penas e seus incidentes;" (STF - ARE: 843989 PR0003295-20.2006.4.04.7006, Relator: ALEXANDRE DE MORAES, Data de Julgamento: 24/02/2022, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 04/03/2022).

A alternativa B está incorreta, pois contraria o entendimento do STF, no julgamento do ARE 843989 (tema 1199 RG), no qual foi fixada a seguinte tese: "3) A nova Lei 14.230/2021 aplica-se aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitada em julgado, em virtude da revogação expressa do texto anterior; devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente;" (STF - ARE: 843989 PR0003295-20.2006.4.04.7006, Relator: ALEXANDRE DE MORAES, Data de Julgamento: 24/02/2022, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 04/03/2022).

A alternativa C está incorreta, pois contraria o entendimento do STF, no julgamento do ARE 843989 (tema 1199 RG), no qual foi fixada a seguinte tese: "4) O novo regime prescricional previsto na Lei 14.230/2021 é IRRETROATIVO, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei." (STF - ARE: 843989 PR0003295-20.2006.4.04.7006, Relator: ALEXANDRE DE MORAES, Data de Julgamento: 24/02/2022, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 04/03/2022).

A alternativa D está incorreta, pois a pena aplicada será de demissão, consoante Lei 8429, vejamos: "Art. 13. A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, que tenha sido apresentada à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021) § 3º Será apenado com a pena de demissão, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar a declaração dos bens a que se refere o caput deste artigo dentro do prazo determinado ou que prestar declaração falsa. (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)."

A alternativa E está incorreta, pois tal previsão, que constava anteriormente no art. 11, IX da Lei 8429 foi revogada.

**QUESTÃO 48. A teoria adotada no Brasil em relação ao nexo de causalidade na responsabilidade civil do Estado é a**

**a) teoria do dano direto ou imediato.**

**b) teoria da causa mais eficiente.**

**c) teoria da equivalência dos antecedentes.**

**d) teoria do efeito indireto.**

**e) teoria da *conditio sine qua non*.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o tema 362 do STF e a teoria adotada no Brasil quanto ao nexo de causalidade na responsabilidade civil do Estado.

A alternativa A está correta, pois o STF, no julgamento do RE 608.880 (TEMA 362), entendeu que, no caso de danos oriundos de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, somente restará caracterizada a responsabilidade civil objetiva do Estado quando demonstrado o nexo causal entre o momento da fuga e o delito cometido, fixando, assim, a seguinte tese de repercussão geral: "Nos termos do artigo 37 §6º da Constituição Federal, não se caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, quando não demonstrado o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada." (RE 608.880-RG, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, DJe de 18/9/2013).

A alternativa B está incorreta, pois não se trata da teoria da causa mais eficiente, tendo em vista que o STF, no julgamento do RE 608.880 (TEMA 362) entendeu que, no caso de danos oriundos de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, somente restará caracterizada a responsabilidade civil objetiva do Estado quando demonstrado o nexo causal entre o momento da fuga e o delito cometido, fixando, assim, a seguinte tese de repercussão geral: "Nos termos do artigo 37 §6º da Constituição Federal, não se caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, quando não demonstrado o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada." (RE 608.880-RG, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, DJe de 18/9/2013).

A alternativa C está incorreta, pois não se trata da teoria da equivalência dos antecedentes, tendo em vista que o STF, no julgamento do RE 608.880 (TEMA 362) entendeu que, no caso de danos oriundos de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, somente restará caracterizada a responsabilidade civil objetiva do Estado quando demonstrado o nexo causal entre o momento da fuga e o delito cometido, fixando, assim, a seguinte tese de repercussão geral: "Nos termos do artigo 37 §6º da Constituição Federal, não se caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, quando não demonstrado o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada." (RE 608.880-RG, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, DJe de 18/9/2013).

A alternativa D está incorreta, pois não se trata da teoria do efeito indireto, tendo em vista que o STF, no julgamento do RE 608.880 (TEMA 362) entendeu que, no caso de danos oriundos de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, somente restará caracterizada a responsabilidade civil objetiva do Estado quando demonstrado o nexo causal entre o momento da fuga e o delito cometido, fixando, assim, a seguinte tese de repercussão geral: "Nos termos do artigo 37 §6º da Constituição Federal, não se caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime

praticado por pessoa foragida do sistema prisional, quando não demonstrado o nexa causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada." (RE 608.880-RG, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, DJe de 18/9/2013).

A alternativa E está incorreta, pois não se trata da teoria da *conditio sine qua non*, tendo em vista que o STF, no julgamento do RE 608.880 (TEMA 362) entendeu que, no caso de danos oriundos de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, somente restará caracterizada a responsabilidade civil objetiva do Estado quando demonstrado o nexa causal entre o momento da fuga e o delito cometido, fixando, assim, a seguinte tese de repercussão geral: "Nos termos do artigo 37 §6º da Constituição Federal, não se caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, quando não demonstrado o nexa causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada." (RE 608.880-RG, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, DJe de 18/9/2013).

**QUESTÃO 49. No que se refere ao atendimento realizado por órgãos e entidades do Sistema de Garantia de Direitos, em conformidade com a política nacional de atendimento da criança e do adolescente, assinale a opção correta.**

- a) Deve-se provocar a comunicação, evitando-se o silêncio da criança.
- b) O atendimento deverá proporcionar a livre expressão das suas opiniões.
- c) O atendimento deve ser realizado por psicólogo.
- d) Deve-se evitar o compartilhamento entre órgãos de informação relativa ao atendimento.
- e) Deve-se garantir total privacidade no atendimento.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa B está correta, pois está em consonância com a doutrina da proteção integral e da qualidade da criança e do adolescente como sujeitos de direitos. Nesse sentido, destaca-se o art. 16, II, do Estatuto da Criança e do Adolescente: "Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: II - opinião e expressão".

As alternativas A C, D e E estão incorretas, consoante o fundamento apresentado na alternativa B.

**QUESTÃO 50. De acordo com a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, todas as ações relativas às crianças, levadas a efeito por instituições públicas ou privadas de bem-estar social, tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, devem considerar, primordialmente,**

- a) a permanência do convívio familiar.

- b) os deveres dos pais.**
- c) o interesse maior da criança.**
- d) a preservação do poder familiar.**
- e) a preservação da proximidade com os pais.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa C está correta, nos termos do art. 3º da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança: “Artigo 3.1. Todas as ações relativas às crianças, levadas a efeito por instituições públicas ou privadas de bem-estar social, tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, devem considerar, primordialmente, o interesse maior da criança”.

As alternativas A, B, D e E estão incorretas, consoante o fundamento apresentado na alternativa C.

**QUESTÃO 51. Conforme previsão expressa da Lei Orgânica da Assistência Social, a assistência social deve realizar-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais, para**

- a) promover a proteção social.**
- b) proteger a infância, a adolescência e a velhice.**
- c) promover a integração ao mercado de trabalho.**
- d) enfrentar a pobreza.**
- e) amparar às crianças e aos adolescentes carentes.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa D está correta, nos termos do art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 8.742/93: “Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais”.

As alternativas A, B, C e E estão incorretas, consoante o fundamento apresentado na alternativa D.

**QUESTÃO 52. No âmbito do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) compete a função**

**I. normativa.**

**II. deliberativa.**

**III. de avaliação.**

**IV. de fiscalização.**

**Assinale a opção correta.**

**a) Apenas os itens I e II estão certos.**

**b) Apenas os itens II e III estão certos.**

**c) Apenas os itens I, III e IV estão certos.**

**d) Apenas os itens II, III e IV estão certos.**

**e) Todos os itens estão certos.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa E está correta, pois todos os itens estão certos. Dispõe o art. 3º, §2º, da Lei nº 12.594/12 (Lei do Sinase) que: “§ 2º Ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) competem as funções normativa, deliberativa, de avaliação e de fiscalização do Sinase, nos termos previstos na Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, que cria o referido Conselho”.

As alternativas A, B, C e D estão incorretas, consoante o fundamento apresentado na alternativa E.

**QUESTÃO 53. A colocação da criança em família substituta estrangeira, como medida excepcional, será admissível por meio de**

**a) guarda ou adoção.**

**b) guarda, somente.**

**c) adoção ou tutela.**

**d) tutela, somente.**

**e) adoção, somente.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa E está correta, nos termos do art. 31 da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente): “Art. 31. A colocação em família substituta estrangeira constitui medida excepcional, somente admissível na modalidade de adoção”.

As alternativas A, B, C e D estão incorretas, consoante o fundamento apresentado na alternativa E.

**QUESTÃO 54. De acordo com o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, o depoimento pessoal seguirá o rito cautelar de antecipação de prova, se houver**

- a) ameaça grave.**
- b) castigo físico.**
- c) violência sexual.**
- d) lesão.**
- e) humilhação.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa C está correta, de acordo com o art. 11, §1º, II, da Lei nº 13.431/17: “Art. 11. O depoimento especial reger-se-á por protocolos e, sempre que possível, será realizado uma única vez, em sede de produção antecipada de prova judicial, garantida a ampla defesa do investigado. §1º O depoimento especial seguirá o rito cautelar de antecipação de prova: I - quando a criança ou o adolescente tiver menos de 7 (sete) anos; II - em caso de violência sexual”.

As alternativas A, B, D e E estão incorretas, consoante o fundamento apresentado na alternativa C.

**QUESTÃO 55. A respeito da internação do adolescente, assinale a opção correta.**

- a) Atingida a maioridade, a liberação ocorrerá de forma compulsória.**
- b) Durante a internação, é vedada a realização de atividades externas.**
- c) É vedada a estipulação de internação por prazo determinado.**
- d) Atingido o período máximo de internação, a liberdade assistida é medida que se impõe.**
- e) A desinternação depende de autorização do Ministério Público.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois atingida a idade de 21 (vinte e um) anos, a liberação ocorrerá de forma compulsória, nos termos do art. 121, §5º, da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente): “§ 5º A liberação será compulsória aos vinte e um anos de idade”.

A alternativa B está incorreta, pois não é vedada a realização de atividades externas. De acordo com o art. 121, §1º, da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente): “§ 1º Será permitida a realização de atividades externas, a critério da equipe técnica da entidade, salvo expressa determinação judicial em contrário”.

A alternativa C está correta, nos termos do art. 121, §2º, da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente): “§ 2º A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses”.

A alternativa D está incorreta, pois o adolescente deverá ser liberado em regime de semi-liberdade ou de liberdade assistida, nos termos do art. 121, §4º, da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente): “§ 4º Atingido o limite estabelecido no parágrafo anterior, o adolescente deverá ser liberado, colocado em regime de semi-liberdade ou de liberdade assistida”.

A alternativa E está incorreta, pois a lei não exige a autorização do Ministério Público, mas apenas sua oitiva. Dispõe o art. 121, §6º, da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) que: “§ 6º Em qualquer hipótese a desinternação será precedida de autorização judicial, ouvido o Ministério Público”.

**QUESTÃO 56. De acordo com resolução do Conselho Nacional de Justiça, a fim de estabelecer atribuições e fluxo estadual interinstitucional para o atendimento dos casos de violência contra crianças e adolescentes ou dos quais elas sejam testemunhas, os tribunais de justiça poderão celebrar com a Defensoria Pública**

**a) termos de fomento.**

**b) convênios.**

**c) acordo de cooperação.**

**d) termos de cooperação técnica.**

**e) termos de colaboração.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa B está correta, nos termos do art. 2º da Resolução nº 299 do CNJ: “Art. 2º Os tribunais estaduais e federais envidarão esforços para celebrar convênios, estabelecendo atribuições e fluxo estadual interinstitucional para atendimento dos casos de violência contra crianças e adolescentes ou dos quais elas sejam testemunhas, encaminhando ao Conselho Nacional de Justiça, no prazo de noventa dias, o convênio celebrado”.

As alternativas A, C, D e E estão incorretas, consoante o fundamento apresentado na alternativa B.

**QUESTÃO 57. A respeito das disposições gerais e dos direitos fundamentais previstos no Estatuto da Pessoa Idosa (Lei n.º 10.741/2003), assinale a opção correta.**

**a) O procedimento para a imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção à pessoa idosa só pode ser iniciado com a requisição do Ministério Público, devendo o autuado apresentar sua defesa no prazo de 15 dias a contar da data da intimação.**

**b) Pessoas com mais de 65 anos de idade têm o direito à gratuidade dos transportes coletivos urbanos, inclusive nos serviços seletivos e especiais, quando disponibilizados juntamente com os serviços regulares.**

**c) As pessoas idosas possuem direito à prioridade, inclusive no recebimento da restituição do imposto de renda.**

**d) As pessoas idosas possuem direito de receber alimentos de seus familiares, sendo subsidiária a obrigação alimentar entre os familiares, de acordo com o Estatuto.**

**e) As pessoas idosas podem ser admitidas em qualquer trabalho ou emprego, sendo vedada, em qualquer hipótese, a discriminação e a imposição de limite máximo de idade, inclusive para concursos públicos.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Há 2 (dois) erros na alternativa. O primeiro erro consiste em afirmar que o procedimento somente pode ser iniciado com a requisição do Ministério Público, tendo em vista que o art. 60 da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa) prevê que também poderá ter início com auto de infração elaborado por servidor efetivo: “Art. 60. O procedimento para a imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção à pessoa idosa terá início com requisição do Ministério Público ou auto de infração elaborado por servidor efetivo e assinado, se possível, por 2 (duas) testemunhas. (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022)”. O segundo erro está no prazo para a apresentação de defesa, que será de 10 (dez) dias, nos termos do art. 61, caput, da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa): “Art. 61. O autuado terá prazo de 10 (dez) dias para a apresentação da defesa, contado da data da intimação (...)”.

A alternativa B está incorreta, pois o direito à gratuidade dos transportes coletivos urbanos não inclui os serviços seletivos e especiais, consoante o disposto no art. 39, caput, da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa): “Art. 39. Aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares”.

A alternativa C está correta, nos termos do art. 3º, §1º, IX, da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa): “Art. 3º. § 1º A garantia de prioridade compreende: IX – prioridade no recebimento da restituição do Imposto de Renda”.

A alternativa D está incorreta, pois a obrigação alimentar entre os familiares é solidária, nos termos do art. 12 da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa): “Art. 12. A obrigação alimentar é solidária, podendo a pessoa idosa optar entre os prestadores”.

A alternativa E está incorreta, pois é possível estabelecer limite máximo de idade para concursos públicos quando a natureza do cargo o exigir. De acordo com o art. 27 da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa): “Art. 27. Na admissão da pessoa idosa em qualquer trabalho ou emprego, são vedadas a discriminação e a fixação de limite máximo de idade, inclusive para concursos, ressalvados os casos em que a natureza do cargo o exigir”.

**QUESTÃO 58. Joaquim, com 61 anos de idade, foi diagnosticado com uma doença crônica na coluna cervical que o impediu de continuar trabalhando, tendo ele se tornado incapaz de prover sua própria subsistência. Joaquim, que vive sozinho e sem familiares para ajudá-lo, sempre trabalhou como pedreiro, construindo casas de alvenaria em Rio Branco, e jamais contribuiu para a previdência social. Diante do diagnóstico, Joaquim procurou a DPE/AC para obter orientação e saber se o sistema jurídico brasileiro oferece algum tipo de assistência para pessoas que comprovem não possuir, como ele, meios de prover a sua própria subsistência.**

**Considerando a situação hipotética apresentada e as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF) acerca do direito do idoso, assinale a opção correta.**

**a) Joaquim não faz jus à política de assistência social, uma vez que não possui a idade mínima de 65 anos exigida para o usufruto dos benefícios previdenciários voltados à pessoa idosa.**

**b) Será garantido a Joaquim o auxílio previdenciário de dois salários mínimos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), independentemente do período durante o qual tenha contribuído para a previdência social, desde que ele comprove, por meio de exames, relatórios e perícia médica, que a doença é impeditiva para o trabalho.**

**c) A seguridade social é uma condição dissociável do direito humano, de modo que, para garantir o direito a Joaquim, é imprescindível que tenha ocorrido a contribuição direta.**

**d) A previdência social visa, no geral, substituir a renda do contribuinte caso ele perca a capacidade de trabalho em situações de doença, invalidez, idade avançada, morte, desemprego involuntário ou em função de maternidade ou reclusão, exigindo-se, para tanto, que ele tenha contribuído por, no mínimo, quinze anos para a previdência social.**

**e) Há previsão legal para a concessão de benefício previdenciário a Joaquim no âmbito da competência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), pois a assistência social será prestada independentemente de contribuição e é garantido um benefício mensal ao idoso que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, nos termos do art. 34 da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa): “Art. 34. Às pessoas idosas, a partir de 65 (sessenta e cinco) anos, que não possuam meios para prover

sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário mínimo, nos termos da Loas”.

A alternativa B está incorreta, pois não há previsão legal do mencionado auxílio previdenciário de dois salários mínimos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A alternativa C está incorreta. Inicialmente, cumpre destacar que a seguridade social é uma condição indissociável do direito humano. Além disso, o art. 194 da Constituição Federal afirma que: “Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. No que concerne à assistência social, verifica-se que independe de contribuição, nos termos do art. 203 da Constituição Federal: “Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos”.

A alternativa D está incorreta, pois o tempo de contribuição é distinto de acordo com o benefício a ser pleiteado perante a previdência social.

A alternativa E está incorreta, pois Joaquim possui 61 anos de idade. Logo, não atingiu a idade necessária para a concessão do benefício assistencial de prestação continuada. De acordo com o art. 34 da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa): “Art. 34. Às pessoas idosas, a partir de 65 (sessenta e cinco) anos, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário mínimo, nos termos da Loas”.

**QUESTÃO 59. Maria, pessoa idosa, procurou a DPE/AC para denunciar o abandono por seus próprios filhos. No atendimento, ela relatou que os filhos haviam sido criados pela avó paterna, pois Maria era empregada doméstica e morava na casa dos patrões, razão pela qual nunca teve oportunidade de conviver com os filhos. Segundo ela, que relatou estar precisando de ajuda, seus filhos possuem excelente condição financeira. Ela alegou estar passando fome, além de estar sem água e sem energia e não possuir renda ou reserva de dinheiro para a sua subsistência.**

**Considerando a situação hipotética apresentada e as disposições da CF e do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei n.º 10.741/2003), assinale a opção correta.**

**a) É do poder público a obrigação de assegurar a Maria o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura e ao esporte; por isso, Maria não pode acionar a via judicial contra seus filhos requerendo a prestação de alimentos.**

**b) A obrigação alimentar dos filhos em relação a Maria é subsidiária, não podendo Maria optar entre os prestadores.**

**c) O defensor público deve informar à Maria que seus filhos estão obrigados a prover-lhe alimentos e prestar-lhe amparo.**

**d) Não há previsão legal que obrigue os filhos a cuidar de Maria, uma vez que a avó paterna foi a responsável pela sua criação.**

**e) A obrigação de prover alimentos e assistência ocorre exclusivamente dos pais para os filhos; portanto, legalmente, os filhos não podem ser compelidos a prestar assistência alimentar a Maria.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois Maria pode acionar a via judicial contra seus filhos requerendo a prestação de alimentos. Nos termos do art. 11 da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa): “Art. 11. Os alimentos serão prestados à pessoa idosa na forma da lei civil”. Nesse sentido, de acordo com os arts. 1.695 e 1.696 do Código Civil: “Art. 1.695. São devidos os alimentos quando quem os pretende não tem bens suficientes, nem pode prover, pelo seu trabalho, à própria manutenção, e aquele, de quem se reclamam, pode fornecê-los, sem desfalque do necessário ao seu sustento. Art. 1.696. O direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros”. Sobre o tema, cumpre destacar a especificidade do Estatuto da Pessoa Idosa que afirma, diferentemente do Código Civil, que: “Art. 12. A obrigação alimentar é solidária, podendo a pessoa idosa optar entre os prestadores”.

A alternativa B está incorreta, pois a obrigação é solidária, podendo Maria optar entre os prestadores, nos termos do art. 12 da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa): “Art. 12. A obrigação alimentar é solidária, podendo a pessoa idosa optar entre os prestadores”.

A alternativa C está correta, nos termos do art. 11 da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa): “Art. 11. Os alimentos serão prestados à pessoa idosa na forma da lei civil”.

A alternativa D está incorreta, pois há previsão legal expressa do dever da família quanto aos cuidados com a pessoa idosa, conforme art. 3º, caput, da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa): “Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária”.

A alternativa E está incorreta, pois há obrigação de prover alimentos e assistência dos filhos para os pais, assim, legalmente, os filhos podem ser compelidos a prestar assistência alimentar a Maria. Dispõe o art. 1.696 do Código Civil que: “Art. 1.696. O direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros”. Sobre o tema, cumpre destacar a especificidade do Estatuto da Pessoa Idosa que afirma que: “Art. 12. A obrigação alimentar é solidária, podendo a pessoa idosa optar entre os prestadores”.

**QUESTÃO 60. A respeito da Lei n.º 8.842/1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso (PNI), e da Lei n.º 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), assinale a opção correta.**

**a) Em relação aos programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos, o Estatuto da Pessoa Idosa prevê que a pessoa idosa goza de prioridade na aquisição de imóvel para sua moradia própria, devendo ser observada, entre outros aspectos, a necessidade de**

reserva às pessoas idosas de pelo menos 5% das unidades habitacionais residenciais, obrigatoriamente no pavimento térreo.

b) De acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa, caso a quantidade de pessoas idosas exceda a quantidade de vagas gratuitas, a empresa de transporte coletivo interestadual deverá conceder a essas pessoas idosas um desconto de, no mínimo, 30% no valor da passagem.

c) A conduta de desdenhar, humilhar, menosprezar ou discriminar pessoa idosa, por motivo de idade, é considerada crime de ação penal pública condicionada, desde que não haja violência física no ato praticado.

d) O Estatuto da Pessoa Idosa assegurou que todas as pessoas idosas, com renda inferior a 1 salário mínimo, tenham o direito de viajar gratuitamente em transportes coletivos interestaduais, como ônibus, trens ou barcos, devendo a empresa reservar duas vagas gratuitas por veículo.

e) A Política Nacional do Idoso (PNI) estipula que os idosos devem ter prioridade no recebimento de benefícios previdenciários e que é um dever da Previdência Social fomentar e apoiar a criação de programas de preparação para aposentadoria, tanto no âmbito público quanto no privado, com um mínimo de dois anos de antecedência antes do afastamento.

## Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, pois, na hipótese, o percentual correto é 3% (três por cento). Dispõe o art. 38, I, da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa): “Art. 38. Nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, a pessoa idosa goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, observado o seguinte: I - reserva de pelo menos 3% (três por cento) das unidades habitacionais residenciais para atendimento às pessoas idosas”.

A alternativa B está incorreta, pois o desconto será de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) no valor da passagem, nos termos do art. 40, II, da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa): “Art. 40. No sistema de transporte coletivo interestadual observar-se-á, nos termos da legislação específica: II - desconto de 50% (cinquenta por cento), no mínimo, no valor das passagens, para as pessoas idosas que excederem as vagas gratuitas, com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos”.

A alternativa C está incorreta, pois trata-se de crime de ação penal pública incondicionada. A alternativa descreve o crime previsto no art. 96, §1º, da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa): “Art. 96. Discriminar pessoa idosa, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, aos meios de transporte, ao direito de contratar ou por qualquer outro meio ou instrumento necessário ao exercício da cidadania, por motivo de idade: Pena - reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa. § 1º Na mesma pena incorre quem desdenhar, humilhar, menosprezar ou discriminar pessoa idosa, por qualquer motivo”. Nesse contexto, afigura-se como crime de ação penal pública incondicionada, conforme o disposto no art. 95: “Art. 95. Os crimes definidos nesta Lei são de ação penal pública incondicionada, não se lhes aplicando os arts. 181 e 182 do Código Penal”.

A alternativa D está incorreta, pois o parâmetro a ser utilizado é renda igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos. De acordo com o art. 40, I, da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa): “Art. 40. No sistema de transporte coletivo interestadual observar-se-á, nos termos da legislação específica: I - a

reserva de 2 (duas) vagas gratuitas por veículo para pessoas idosas com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos”.

A alternativa E está correta, nos termos do art. 10, IV, alíneas 'b' e 'c', da Lei nº 8.842/1994: “Art. 10. Na implementação da política nacional do idoso, são competências dos órgãos e entidades públicos: IV - na área de trabalho e previdência social: a) garantir mecanismos que impeçam a discriminação do idoso quanto a sua participação no mercado de trabalho, no setor público e privado; b) priorizar o atendimento do idoso nos benefícios previdenciários; c) criar e estimular a manutenção de programas de preparação para aposentadoria nos setores público e privado com antecedência mínima de dois anos antes do afastamento”.

**QUESTÃO 61. A respeito da Política Nacional do Idoso (Lei n.º 8.842/1994) e do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei n.º 10.741/2003), assinale a opção correta.**

**a) A luta contra o preconceito etário e o combate à propagação de informações falsas, à linguagem discriminatória, à marginalização do idoso e aos estereótipos negativos relacionados ao envelhecimento são alguns dos objetivos do Estatuto da Pessoa Idosa, que prevê a pena de detenção para aquele que veicular, por qualquer meio de comunicação, informações ou imagens depreciativas ou injuriosas à pessoa idosa.**

**b) É assegurado à família da pessoa idosa e ao próprio médico escolher o tratamento de saúde mais adequado e mais benéfico ao idoso, independentemente de ele ser capaz de opinar a respeito do tratamento.**

**c) Um dos princípios da Política Nacional do Idoso é a universalização de políticas e programas de assistência social para as pessoas idosas.**

**d) Entre as diretrizes da Política Nacional do Idoso está o estímulo às ações intersetoriais, visando-se à integralidade da atenção, as quais, embora sejam uma reivindicação fundamental do Conselho Nacional do Idoso, são de difícil implementação por ausência da previsão legal no Estatuto da Pessoa Idosa.**

**e) A notificação às autoridades competentes, pelos sistemas de saúde, dos casos de suspeitas ou evidências de violência praticada contra pessoas idosas depende da anuência da vítima.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, nos termos do art. 105 da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa): “Art. 105. Exibir ou veicular, por qualquer meio de comunicação, informações ou imagens depreciativas ou injuriosas à pessoa idosa: Pena – detenção de 1 (um) a 3 (três) anos e multa”.

A alternativa B está incorreta, pois a pessoa idosa capaz de opinar a respeito do tratamento tem liberdade de escolha sobre a sua saúde. De acordo com o art. 17 da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa): “Art. 17. À pessoa idosa que esteja no domínio de suas faculdades mentais é assegurado o direito de optar pelo tratamento de saúde que lhe for reputado mais favorável”. Ainda sobre o tema, cumpre destacar que, nos termos do parágrafo único do art. 17, na hipótese em que a pessoa idosa não

está em condições de proceder à opção, esta será feita: “I – pelo curador, quando a pessoa idosa for interditada; II – pelos familiares, quando a pessoa idosa não tiver curador ou este não puder ser contactado em tempo hábil; III – pelo médico, quando ocorrer iminente risco de vida e não houver tempo hábil para consulta a curador ou familiar; IV – pelo próprio médico, quando não houver curador ou familiar conhecido, caso em que deverá comunicar o fato ao Ministério Público”.

A alternativa C está incorreta, pois não está previsto expressamente como um princípio da Política Nacional do Idoso. Dispõe o art. 3º da Lei n.º 8.842/1994 (Política Nacional do Idoso) que: “Art. 3º A política nacional do idoso reger-se-á pelos seguintes princípios: I - a família, a sociedade e o estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida; II - o processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos; III - o idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza; IV - o idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política; V - as diferenças econômicas, sociais, regionais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano do Brasil deverão ser observadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral, na aplicação desta lei”.

A alternativa D está incorreta, pois as ações intersetoriais têm previsão legal no Estatuto da Pessoa Idosa. Nesse sentido, dispõe o art. 15 da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa): “Art. 15. É assegurada a atenção integral à saúde da pessoa idosa, por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente as pessoas idosas”.

A alternativa E está incorreta, pois não depende da anuência da vítima. Trata-se de notificação compulsória às autoridades competentes, pelos sistemas de saúde, dos casos de suspeitas ou evidências de violência praticada contra pessoas idosas. De acordo com o art. 19 da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa): “Art. 19. Os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra pessoas idosas serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade sanitária, bem como serão obrigatoriamente comunicados por eles a quaisquer dos seguintes órgãos: I – autoridade policial; II – Ministério Público; III – Conselho Municipal da Pessoa Idosa; IV – Conselho Estadual da Pessoa Idosa; V – Conselho Nacional da Pessoa Idosa”.

**QUESTÃO 62. No que se refere ao direito da pessoa idosa na CF, assinale a opção correta.**

**a) A prioridade legal na tramitação de processo ajuizado por pessoa idosa que tenha falecido antes da ocorrência do trânsito em julgado da ação judicial cessará imediatamente após a comunicação da morte ao juízo; assim, o rito será readequado de acordo com a qualificação dos sucessores que substituíram a pessoa idosa no polo processual.**

**b) A proteção dos direitos da pessoa idosa é uma responsabilidade que cabe à família, à sociedade e ao Estado, todavia, a ausência de disposição na CF acerca dessa proteção dificulta a implementação de políticas públicas para garantia da dignidade, do bem-estar e do direito à vida dessa parcela da população.**

**c) A discussão sobre direitos humanos e liberdades fundamentais é fundamental para a proteção da pessoa idosa, que detém, igualmente a todos os outros indivíduos, o direito de não sofrer**

**qualquer forma de violência, premissa fundamentada nos princípios universais de dignidade e igualdade, que são intrínsecos a todo ser humano.**

**d) Os conselhos da pessoa idosa em níveis municipais não são institucionalizados, de modo que, embora possam funcionar informalmente, não possuem poderes legais para monitorar as políticas públicas e os programas direcionados para as pessoas idosas.**

**e) Os programas de amparo aos idosos devem ser executados preferencialmente em instituições de longa permanência para idosos (ILPIs).**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois a prioridade legal não cessará imediatamente após a comunicação da morte ao juízo. Dispõe o art. 71, §2º, da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa) que: “§ 2º A prioridade não cessará com a morte do beneficiado, estendendo-se em favor do cônjuge supérstite, companheiro ou companheira, com união estável, maior de 60 (sessenta) anos”.

A alternativa B está incorreta, pois há disposição expressa acerca dessa proteção no art. 230, caput, da Constituição Federal: “Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida”.

A alternativa C está correta, nos termos do art. 4º da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa): “Art. 4º Nenhuma pessoa idosa será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei”.

A alternativa D está incorreta, pois os conselhos da pessoa idosa em níveis municipais são institucionalizados e possuem poderes legais para monitorar as políticas públicas e os programas direcionados para as pessoas idosas. Nesse sentido, importante destacar os arts. 6º e 7º da Lei nº 8.842/94 (Política Nacional do Idoso): “Art. 6º Os conselhos nacional, estaduais, do Distrito Federal e municipais do idoso serão órgãos permanentes, paritários e deliberativos, compostos por igual número de representantes dos órgãos e entidades públicas e de organizações representativas da sociedade civil ligadas à área. Art. 7º Compete aos Conselhos de que trata o art. 6º desta Lei a supervisão, o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da política nacional do idoso, no âmbito das respectivas instâncias político-administrativas”.

A alternativa E está incorreta, pois os programas de amparo aos idosos devem ser executados preferencialmente em seus lares. Nos termos do art. 230, 1º, da Constituição Federal: “§ 1º Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares”.

**QUESTÃO 63. Por um longo período, José enfrentou dificuldades financeiras para manter seu plano de saúde individual. No entanto, logo após completar 60 anos de idade, ele foi surpreendido por um aumento de 200% na cobrança da mensalidade do plano de saúde. Ao entrar em contato com o serviço de atendimento ao cliente (SAC) do referido plano, pensando ter havido um erro na emissão do boleto, foi informado de que o reajuste se devia à sua nova**

faixa etária. Inconformado com a situação, José decidiu buscar orientação da defensoria pública para verificar a legalidade do aumento exorbitante na mensalidade do seu plano de saúde. Considerando a situação hipotética apresentada e o disposto no Estatuto da Pessoa Idosa, assinale a opção que apresenta a orientação correta a ser dada pelo defensor público a José.

a) O reajuste no valor da mensalidade do plano de saúde de José é abusivo conforme a jurisprudência dos tribunais superiores, apesar de essa prática não ser vedada pelo Estatuto da Pessoa Idosa.

b) O reajuste no valor da mensalidade do plano de saúde de José é abusivo, uma vez que o Estatuto da Pessoa Idosa veda a cobrança de valores diferenciados em razão da idade, por ser essa prática uma forma de discriminação da pessoa idosa.

c) O reajuste na mensalidade do plano é válido se José tiver tomado ciência da possibilidade de reajuste no ato de contratação do plano de saúde, podendo a mensalidade do plano ser reajustada com a mudança de faixa etária.

d) O reajuste no valor da mensalidade é considerado abusivo, entretanto, a defensoria pública não poderia atuar no caso, pois ser beneficiário de plano de saúde pressupõe que a pessoa tenha condições financeiras que não a habilitam economicamente para ser atendida pela defensoria pública.

e) O reajuste no valor da mensalidade é válido, haja vista que José, por ser idoso, provavelmente utilizará os serviços de saúde com mais frequência, e o equilíbrio contratual exige que não haja onerosidade excessiva para nenhuma das partes.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda sobre o reajuste no valor da mensalidade do plano de saúde da pessoa idosa.

A alternativa B está correta. Nos termos do art. 15, §3º do Estatuto do Idoso (Lei n.º 10.741/2003), é vedada a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade. Em regra, é válida a cláusula prevista em contrato de seguro-saúde que autoriza o aumento das mensalidades do seguro quando o usuário completar 60 anos de idade. Contudo, há exceções. Essa cláusula será considerada abusiva quando: a) não respeitar os limites e requisitos estabelecidos na Lei 9.656/98; ou b) aplicar índices de reajuste desarrazoados ou aleatórios, que onerem em demasia o segurado. (STJ. 4ª Turma. REsp 1381606-DF, Rel. originária Min. Nancy Andrighi, Rel. para acórdão Min. João Otávio de Noronha, julgado em 7/10/2014). Portanto, as demais alternativas estão incorretas, conforme comentário da alternativa B.

**QUESTÃO 64. Assinale a opção em que é apresentado um instrumento com o qual o poder público contará para a execução da Política Nacional das Relações de Consumo.**

a) racionalização e melhoria dos serviços públicos ofertados.

**b) prevenção e tratamento do superendividamento como forma de evitar a exclusão social do consumidor.**

**c) manutenção de assistência jurídica, integral e gratuita para o consumidor carente.**

**d) reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo.**

**e) educação e informação de fornecedores e consumidores quanto aos seus direitos e deveres**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda em específico sobre a execução da Política Nacional das Relações de Consumo pelo Poder Público.

A alternativa C está correta, nos termos do art. 5º, I do CDC que prevê o seguinte: “Para a execução da Política Nacional das Relações de Consumo, contará o poder público com os seguintes instrumentos, entre outros: I - manutenção de assistência jurídica, integral e gratuita para o consumidor carente;”

As demais alternativas estão incorretas, ao se tratarem de princípios, não de instrumentos do poder público para execução da Política Nacional de Consumo. Vejamos: “Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios: I - reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo; (...) VII - racionalização e melhoria dos serviços públicos; (...) X - prevenção e tratamento do superendividamento como forma de evitar a exclusão social do consumidor. (Incluído pela Lei nº 14.181, de 2021).”

**QUESTÃO 65. No que se refere à responsabilidade por vício do produto, o comerciante só será responsável subsidiariamente se**

**a) não fornecer, quando lhe for solicitada, a identificação do fabricante ou se não o fizer de forma clara.**

**b) não conservar adequadamente produtos perecíveis.**

**c) o fabricante provar que não colocou o produto no mercado.**

**d) o produto for fornecido sem identificação clara do seu fabricante.**

**e) fabricante ou o produtor não puderem ser identificados.**

### **Comentários**

Aqui não temos alternativa correta. A responsabilidade do comerciante é subsidiária quanto ao fato do produto (art. 12, 13 CDC), portanto, se tivéssemos diante de um enunciado acerca do fato do produto,

todas as alternativas estariam corretas, praticamente. Vejamos: “Art. 12. O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos. (...) § 3º O fabricante, o construtor, o produtor ou importador só não será responsabilizado quando provar: I - que não colocou o produto no mercado; (...) Art. 13. O comerciante é igualmente responsável, nos termos do artigo anterior, quando: I - o fabricante, o construtor, o produtor ou o importador não puderem ser identificados; II - o produto for fornecido sem identificação clara do seu fabricante, produtor, construtor ou importador; III - não conservar adequadamente os produtos perecíveis. (...)”. No entanto, o enunciado se refere ao vício do produto, que trata da responsabilidade solidária do comerciante, nos termos do art. 18 do CDC, cuja RESPONSABILIDADE É SOLIDÁRIA. A saber: “Art. 18. Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem SOLIDARIAMENTE PELOS VÍCIOS de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com a indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas.”

Portanto, o examinador não foi claro quanto a resposta esperada, estando diante de uma questão elaborada com distinção de responsabilidades diversas ao disposto no Código de Defesa do Consumidor.

#### **QUESTÃO 66. A convenção coletiva de consumo**

- a) O pode estabelecer condições sobre características de produtos.**
- b) pode ser celebrada por qualquer pessoa.**
- c) dispensa o registro, se assinada por todas as partes.**
- d) obriga a todos, se referendada pelo Ministério Público.**
- e) pode estabelecer sanções.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda sobre a convenção coletiva de consumo.

A alternativa A está correta. Nos exatos termos do art. 107 do CDC, a Convenção Coletiva de Consumo poderá estabelecer condições sobre as características dos produtos, a saber: “As entidades civis de consumidores e as associações de fornecedores ou sindicatos de categoria econômica podem regular, por convenção escrita, relações de consumo que tenham por objeto estabelecer condições relativas ao preço, à qualidade, à quantidade, à garantia e características de produtos e serviços, bem como à reclamação e composição do conflito de consumo.”

As demais alternativas estão incorretas, conforme comentário da alternativa A.

**QUESTÃO 67.** São entendidos como interesses ou direitos difusos os transindividuais, de natureza indivisível,

a) de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.

b) de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por qualquer fato ou situação.

c) de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato e cuja origem seja comum.

d) de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.

e) de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base e cuja origem seja comum.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda sobre a definição trazida pelo Código de Defesa do Consumidor no que se refere interesses ou direitos difusos.

A alternativa C está correta. Nos termos do art. 81, parágrafo único, I, do CDC, a defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo. Parágrafo único. A defesa coletiva será exercida quando se tratar de: I - interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato;

As demais alternativas estão incorretas, conforme comentário da alternativa C.

**QUESTÃO 68.** Considera-se prática abusiva contra o consumidor o ato do fornecedor de

a) executar serviço sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, incluindo-se as decorrentes de práticas anteriores entre as partes.

b) condicionar o fornecimento de produto ou de serviço a limites quantitativos, ainda que motivado por justa causa.

c) recusar a venda de bens ou a prestação de serviços a quem se disponha a adquiri-los mediante pronto pagamento, inclusive nos casos de intermediação regulados em leis especiais.

d) deixar de estipular prazo para o cumprimento de sua obrigação.

**e) aplicar índice de reajuste superior a 15% ao ano, mesmo quando estabelecido contratualmente, haja vista a abusividade do percentual.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre práticas abusivas, previstas no art. 39 do Código de Defesa do Consumidor e seus incisos.

A alternativa A está incorreta. Não será considerada prática abusiva a execução do serviço sem a prévia elaboração do orçamento, quando as decorrentes de práticas anteriores entre as partes, nos termos do art. 39, VI, do CDC.

A alternativa B está incorreta. Quando houver justa causa, o condicionamento de limites quantitativos não configurará prática abusiva, nos termos do art. 39, I, do CDC.

A alternativa C está incorreta. Ressalvados os casos de intermediação regulados em leis especiais, não se configurará prática abusiva, nos termos do art. 39, IX, do CDC.

A alternativa D está correta. O art. 39 do Código de Defesa do Consumidor elenca rol de práticas que são consideradas abusivas ao consumidor, dentre elas, prevê como prática abusiva deixar de estipular prazo para o cumprimento de sua obrigação ou deixar a fixação de seu termo inicial a seu exclusivo critério, nos termos do art. 39, XII, do CDC.

A alternativa E está incorreta. Quando contratualmente estabelecido, não configura prática abusiva, nos termos do art. 39, XIII, do CDC.

**QUESTÃO 69. Nos contratos de relação de consumo, cláusula que determinar a utilização compulsória da arbitragem como meio de evitar demanda judicial será considerada**

**a) anulável.**

**b) ineficaz.**

**c) inexistente.**

**d) não escrita.**

**e) nula.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda sobre cláusulas abusivas, especificamente àquelas que prevem, de maneira compulsória, a utilização da arbitragem, conforme o Código de Defesa do Consumidor.

A alternativa E está correta. Nos termos do art. 51, VII, a cláusula que determinar a utilização compulsória da arbitragem como meio de evitar demanda judicial será considerada nula. Vejamos: “Art. 51. São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que: VII - determinem a utilização compulsória de arbitragem;”

Portanto, as demais alternativas estão incorretas.

**QUESTÃO 70. No que se refere à posição hierárquica dos tratados internacionais de proteção dos direitos humanos em face da Constituição Federal de 1988 (CF), caso um tratado internacional sobre direitos humanos seja aprovado no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, em dois turnos, por três quintos dos votos dos seus respectivos membros, possuirá status hierárquico de**

**a) decreto legislativo.**

**b) emenda constitucional.**

**c) lei complementar.**

**d) lei ordinária.**

**e) medida provisória.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema hierarquia dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos no Brasil.

Houve a cobrança do texto expresso da Constituição Federal, conforme Art. 5º, parágrafo 3º. CF/88. Art. 5º. (...) § 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) De acordo com o texto constitucional mencionado, quando um tratado internacional de direitos humanos é aprovado em cada Casa do Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal), em dois turnos, por três quintos dos votos de seus respectivos membros, ele é elevado ao status de emenda constitucional. Este procedimento confere aos tratados aprovados desta forma uma força normativa muito elevada, colocando-os no mesmo patamar de normas que modificam diretamente a Constituição, as Emendas Constitucionais.

Consequentemente, as alternativas A, C, D e E estão incorretas, por contrariar disposição expressa do texto constitucional.

**QUESTÃO 71. A respeito das disposições do Estatuto dos Refugiados (Lei n.º 9.474/1997), assinale a opção correta.**

a) Os refugiados têm o direito de obter uma carteira de identidade que comprove sua condição jurídica, além de ter acesso à emissão de carteira de trabalho e a um documento de viagem específico para sua situação.

b) No caso de decisão negativa em processo relativo à solicitação de reconhecimento da condição de refugiado, o solicitante terá direito de recorrer ao ministro de Estado das Relações Exteriores, no prazo de 10 dias, contados do recebimento da notificação da decisão.

c) Compete ao Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) decidir, em primeira instância, sobre a cessação ou a perda da condição de refugiado, por meio de decisão irrecurável, que deve ser informada ao Departamento de Polícia Federal para as providências cabíveis.

d) O acesso aos direitos fundamentais, bem como ao direito à educação em instituições públicas no Brasil, é assegurado aos solicitantes de refúgio somente após a conclusão e a aprovação do respectivo processo de solicitação de reconhecimento da condição de refugiado.

e) O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) é membro convidado para as reuniões do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), além de ter direito a voz e voto nessas reuniões, e também a possibilidade de oferecer sugestões que facilitem o andamento do processo de solicitação de refúgio.

## Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do Estatuto dos Refugiados.

A alternativa A está correta. Apresenta o entendimento do Art. 6º do Estatuto dos Refugiados. Estatuto dos Refugiados: "Art. 6º O refugiado terá direito, nos termos da Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951, a cédula de identidade comprobatória de sua condição jurídica, carteira de trabalho e documento de viagem".

A alternativa B está incorreta. Conforme o Art. 29 do Estatuto, o recurso é para o Ministro de Estado da Justiça, não para o Ministro das Relações Exteriores, e o prazo para interposição é de 15 dias, não 10 conforme indicado na alternativa. Estatuto dos Refugiados: "Art. 29. No caso de decisão negativa, esta deverá ser fundamentada na notificação ao solicitante, cabendo direito de recurso ao Ministro de Estado da Justiça, no prazo de quinze dias, contados do recebimento da notificação".

A alternativa C está incorreta. Está certa a afirmativa de que compete ao CONARE decidir em primeira instância sobre a cessão ou perda da condição de refugiado. Porém, diferente do apresentado na alternativa, existe a possibilidade de recurso, a ser direcionado ao Ministro de Estado da Justiça. Estatuto dos Refugiados: "Art. 40. Compete ao CONARE decidir em primeira instância sobre cessação ou perda da condição de refugiado, cabendo, dessa decisão, recurso ao Ministro de Estado da Justiça, no prazo de quinze dias, contados do recebimento da notificação".

A alternativa D está incorreta. Não há nenhuma previsão expressa na lei, no Estatuto dos Refugiados, nesse sentido. Não se exige a conclusão e a aprovação do respectivo processo de solicitação de reconhecimento da condição de refugiado para acesso aos direitos fundamentais e à educação. Este acesso a direitos fundamentais não poderá ser condicionado à conclusão de processo, em decorrência da própria característica da Universalidade dos Direitos Humanos.

A alternativa E está incorreta. O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) é, sim, membro convidado para as reuniões do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) e tem direito à voz. Todavia, este não tem direito à voto nas reuniões, conforme Artigo 14, parágrafo 1º. Estatuto dos Refugiados: "Art. 14. (...) § 1º O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR será sempre membro convidado para as reuniões do CONARE, com direito a voz, sem voto".

**QUESTÃO 72. No que se refere à Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP), assinale a opção correta.**

**a) A DUDH carece de institucionalização, normatização e mecanismos internacionais específicos para o monitoramento das violações dos direitos humanos e a exigibilidade desses direitos.**

**b) Embora a DUDH seja omissa quanto aos conceitos de liberdade de expressão e censura às políticas relativas ao pluralismo e à diversidade da mídia são frequentemente implementadas.**

**c) Ao longo de sua trajetória, a humanidade formulou e consolidou princípios e valores relacionados aos direitos humanos, incluindo-se os direitos à liberdade, justiça, igualdade e dignidade.**

**d) Os princípios de direitos humanos da DUDH carecem de formalização e estabelecimento como um conjunto de direitos vinculantes, o que faculta que indivíduos, autoridades governamentais e a comunidade internacional optem por desconsiderar ou implementar esses princípios em âmbito global.**

**e) O Brasil aderiu ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos logo após sua entrada em vigor em 1976.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da Declaração Universal de Direitos Humanos.

A alternativa A está incorreta. A DUDH não é formalmente um tratado de direitos humanos. É uma resolução que não se enquadra na definição da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados. Ademais, a DUDH não trás a previsão de órgãos de monitoramento, fiscalização, mecanismos, relatórios, comunicações e petições por não ser um tratado. Porém, há um nível diferente, pois vem sendo tida como uma legítima interpretação da Carta das Nações Unidas.

Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados. Artigo 2. Expressões Empregadas. 1. Para os fins da presente Convenção: a) "tratado" significa um acordo internacional concluído por escrito entre Estados e regido pelo Direito Internacional, quer conste de um instrumento único, quer de dois ou mais instrumentos conexos, qualquer que seja sua denominação específica;

A alternativa B está incorreta. Não se pode dizer que a DUDH seja omissa quanto aos conceitos de liberdade de expressão e censura. Mesmo que o Artigo 19 não apresente em si o conceito, há, ao menos a apresentação do conteúdo do direito o que torna incorreta a assertiva.

DUDH. Artigo 19. Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

A alternativa C está incorreta. Observe-se que a estrutura da norma não se ocupa de valores. Embora os valores sejam reconhecidos em documentos jurídicos, a norma, essencialmente, é formada por Princípios e Regras. Outrossim, a dignidade humana não seria propriamente um direito, mas um atributo do qual decorreriam outros direitos.

A alternativa D está incorreta. Não se pode interpretar a DUDH como sendo vista como norma de aplicação voluntária. No direito internacional dos direitos humanos, a DUDH é norma de jus cogens.

A alternativa E está incorreta. O Brasil aderiu ao PIDCP em 1992, conforme Decreto n. 592 de 6 de julho daquele ano.

**QUESTÃO 73. A respeito do Programa Nacional de Direitos Humanos e dos aspectos relativos a cada uma das três versões publicadas sobre esse documento (PNDH-1, PNDH-2 e PNDH-3), assinale a opção correta.**

**a) O PNDH-3, no âmbito dos direitos humanos, foi marcado por inovar a discussão acerca da luta por democracia e participação social, temática inexistente nos documentos anteriores (PNDH-1 e PNDH-2).**

**b) A publicação do PNDH-3 reforçou a necessidade de se garantir uma administração eficaz da política de direitos humanos no Brasil.**

**c) A Conferência Nacional de Direitos Humanos no Brasil marcou uma retomada significativa do processo de justiça de transição, com foco em reparação e memória, conforme refletido no PNDH-3, e consolidou grandes avanços no que se refere às reformas institucionais e à justiça efetiva no país.**

**d) Cabe estritamente ao Ministério da Justiça e à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) o cumprimento das metas e das diretrizes estratégicas definidas no PNDH-3.**

**e) Grupos em situação mais vulnerável, tais como indígenas, migrantes, trabalhadores sem terra e homossexuais, somente receberam garantia de atenção e apoio, por meio de programas para prevenção da violência, após a publicação do PNDH-2.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do Programa Nacional de Direitos Humanos.

A alternativa A está incorreta. O tema democracia e participação social está presente, ainda que de forma incipiente, no PNDH-1 e no PNDH-2. No PNDH-1, há cinco menções à palavra “democracia”. O primeiro parágrafo do prefácio já afirma: “Não há como conciliar democracia com as sérias injustiças sociais, as formas variadas de exclusão e as violações reiteradas aos direitos humanos que ocorrem em nosso país.” Da mesma forma, é tratado o tema “democracia” no PNDH-2.

A alternativa B está incorreta. Não há essa previsão no PNDH-3.

A alternativa C está correta. Todavia, há que se considerar a imprecisão da assertiva, já que houveram várias Conferências Nacionais de Direitos Humanos. Nestes termos, a conferência que precedeu o PNDH-3 e se ocupou de um novo programa de Direitos Humanos foi a de número 11. Portanto, de fato, a 11ª Conferência realmente deu grande enfoque à justiça de transição e ao direito à memória e à verdade. Também houve uma preocupação com a consolidação das políticas públicas de direitos humanos.

A alternativa D está incorreta. Há uma listagem dos responsáveis pela execução das ações programáticas, com os mais diversos órgãos da administração pública, e não apenas os dois mencionados na alternativa. A título de complementação, vejamos o texto. PNDH-3: Ações programáticas: a) Apoiar, junto ao Poder Legislativo, a instituição do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, dotado de recursos humanos, materiais e orçamentários para o seu pleno funcionamento, e efetuar seu credenciamento junto ao Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos como "Instituição Nacional Brasileira", como primeiro passo rumo à adoção plena dos "Princípios de Paris". Responsáveis: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Ministério das Relações Exteriores b) Fomentar a criação e o fortalecimento dos conselhos de Direitos Humanos em todos os Estados e Municípios e no Distrito Federal, bem como a criação de programas estaduais de Direitos Humanos. Responsável: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República c) Criar mecanismos que permitam ação coordenada entre os diversos conselhos de direitos, nas três esferas da Federação, visando a criação de agenda comum para a implementação de políticas públicas de Direitos Humanos. Responsáveis: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Secretaria-Geral da Presidência da República d) Criar base de dados dos conselhos nacionais, estaduais, distrital e municipais, garantindo seu acesso ao público em geral. Responsáveis: Secretaria-Geral da Presidência da República; Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e) Apoiar fóruns, redes e ações da sociedade civil que fazem acompanhamento, controle social e monitoramento das políticas públicas de Direitos Humanos. Responsáveis: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Secretaria-Geral da Presidência da República f) Estimular o debate sobre a regulamentação e efetividade dos instrumentos de participação social e consulta popular, tais como lei de iniciativa popular, referendo, veto popular e plebiscito. Responsáveis: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Secretaria-Geral da Presidência da República g) Assegurar a realização periódica de conferências de Direitos Humanos, fortalecendo a interação entre a sociedade civil e o poder público. Responsável: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República

A alternativa E está incorreta. Já há alguma atenção aos grupos vulneráveis mencionados no PNDH-1. Há no PNDH-1 determinado capítulo denominado "Direitos Humanos, Direito de Todos". Neste capítulo, aborda-se os tópicos com os seguintes grupos vulneráveis: crianças e adolescentes, mulheres, população negra, sociedades indígenas, estrangeiros refugiados e migrantes brasileiros, terceira idade e pessoas portadoras de deficiência (termo utilizado naquela época).

**QUESTÃO 74. De acordo com a legislação vigente, a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República tem o papel de**

a) promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, exceto aqueles ocorridos no exterior, cujo esclarecimento é da competência do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

b) examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período do regime militar, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.

c) examinar e esclarecer a ocorrência de crimes praticados que não tenham sido resolvidos pela justiça, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica, bem como de promover a reconciliação nacional.

d) examinar as ações realizadas por grupos contrários ao regime militar, com o objetivo de apurar as responsabilidades civis e penais dos integrantes desses grupos em possíveis atos ilícitos.

e) promover uma avaliação e revisão da anistia no Brasil com o intuito de propor um novo projeto de lei que modifique e adeque a Lei de Anistia.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da Comissão Nacional da Verdade, prevista na Lei n. 12.528/2011. Há a cobrança de texto exposto da lei.

A alternativa A está incorreta. Ainda que os casos tenham ocorrido no exterior, permanece a atribuição da Comissão Nacional da Verdade. Lei n. 12.528/2011. Art. 3º São objetivos da Comissão Nacional da Verdade: (...) II - promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, ainda que ocorridos no exterior;

A alternativa B está correta. Trata da previsão expressa do Art. 1º, caput, da Lei n. 12.528/2011. Lei n. 12.528/2011. Art. 1º É criada, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, a Comissão Nacional da Verdade, com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.

A alternativa C está incorreta. Não há previsão expressa na Lei n. 12.528/2011, no sentido de examinar e esclarecer a ocorrência de crimes praticados que não tenham sido resolvidos pela justiça

A alternativa D está incorreta. Não está previsto expressamente o objetivo de apurar as responsabilidades civis e penais dos integrantes dos grupos envolvidos em possíveis atos ilícitos.

A alternativa E está incorreta. Não há na Lei n. 12.528/2011 o objetivo exposto de propor um novo projeto de lei que modifique e adeque a Lei de Anistia.

**QUESTÃO 75. Ana trabalha com o atendimento ao público em determinado estabelecimento comercial e foi informada pelo seu superior, gerente da empresa, que seu nome estava sendo cotado para uma promoção, no entanto, para que tal promoção ocorresse, Ana não poderia mais utilizar seu turbante e suas guias de axé, haja vista o contato direto com clientes. O gerente**

alegou que isso poderia afetar negativamente os resultados e a imagem da empresa. Ana foi demitida após se recusar a abandonar as práticas de sua fé para obter a referida promoção. Sendo assim, Ana procurou a defensoria pública para relatar o ocorrido.

A partir da situação hipotética apresentada, o defensor público, ciente de que o Brasil é signatário da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, deve informar a Ana que a ação do empregador pode ser caracterizada como

a) uma ação desprovida de status de proteção internacional dos direitos humanos, uma vez que a legislação infraconstitucional brasileira não contempla referida situação.

b) uma transgressão à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, que pode acarretar consequências legais adicionais nos âmbitos cível e penal para o empregador.

c) uma conduta ilegal no âmbito cível, todavia sem possibilidade de responsabilização criminal, por tratar-se de conduta praticada no exercício da função do gerente do estabelecimento.

d) uma infração legal passível de responsabilização somente no âmbito da justiça trabalhista, haja vista que os fatos ocorreram durante a relação empregado e empregador no local de trabalho.

e) um abuso de direito que obriga o empregador a compensar a funcionária apenas com indenização por danos materiais e morais, sem todavia ensejar danos morais coletivos.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial.

A alternativa A está incorreta. A conduta indicada deve ser repreendida e Ana possui amparo na proteção internacional dos Direitos Humanos.

A alternativa B está correta. De fato, houve uma transgressão à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, que pode acarretar consequências legais adicionais nos âmbitos cível e penal para o empregador. Assegura-se na Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial o direito à liberdade de pensamento, consciência e religião. Convenção. Artigo V. De conformidade com as obrigações fundamentais enunciadas no artigo 2, os Estados Partes comprometem-se a proibir e a eliminar a discriminação racial em todas suas formas e a garantir o direito de cada um à igualdade perante a lei sem distinção de raça, de cor ou de origem nacional ou étnica, principalmente no gozo dos seguintes direitos: (...) d) Outros direitos civis, principalmente, (...) viii) direito à liberdade de opinião e de expressão; Ainda, a conduta narrada enquadra-se como crime, conforme a Lei que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Lei n. 7.716/1989. Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Pena: reclusão de um a três anos e multa. Por último, é possível a responsabilização civil, inclusive com indenização por danos morais coletivos. "RESPONSABILIDADE CIVIL - Ação Civil Pública - Dano moral coletivo - Publicações que contém conteúdo ofensivo e se dirigem a toda a universalidade de seguidores da crença islâmica, indicando ânimo de ofensa e disseminação do ódio - Sentença de procedência em parte para o fim de condenar a corrê Liga Cristã Mundial ao pagamento de indenização no valor de R\$35.167,00 a ser revertida ao Fundo Estadual de Defesa dos

Interesses Difusos - Inconformismo apenas da corré Liga Cristã Mundial - Incorrência de cerceamento de defesa pela não oitiva de testemunhas - Controvérsia que está limitada à análise do conteúdo das publicações - Ausência de demonstração de alegada parcialidade do juízo da causa - Decisões interlocutórias de caráter técnico e que não revelam favorecimento de nenhuma das partes - Prejuízos à imagem dos muçulmanos evidenciado - Abuso do direito de liberdade de expressão e veiculação de conteúdo apto a gerar intolerância religiosa - Tutela de urgência para remoção dos conteúdos concedida em julgamento de anterior agravo de instrumento por esta C. 9ª Câmara de Direito Privado - Dano moral coletivo caracterizado na hipótese - Quantum indenizatório adequadamente fixado, observadas as circunstâncias do caso concreto - Alegada má-fé processual da requerente não verificada - Apelo desprovido. (TJ-SP - AC: 10301109220198260100 SP 1030110-92.2019.8.26.0100, Relator: Galdino Toledo Júnior, Data de Julgamento: 08/03/2022, 9ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 08/03/2022)".

A alternativa C está incorreta. O fato da conduta ter sido praticada no exercício da função de gerente de estabelecimento não afasta a possibilidade de responsabilização criminal.

A alternativa D está incorreta. Embora os fatos tenham se dado numa relação de emprego, o que atrai a competência da justiça trabalhista para julgar o pedido de indenização por danos morais sofridos por Ana, na forma do Artigo 114, VI, da Constituição Federal. CF/88. Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar: (...) VI as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho; No entanto, persiste a possibilidade de responsabilização penal, a ser apurada pela justiça comum.

A alternativa E está incorreta. Há sim a possibilidade de condenação do empregador por dano moral coletivo. Veja: "EMENTA. DANO MORAL COLETIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ATENTADO À LIBERDADE DE CRENÇA RELIGIOSA. ART. 5º, VI, DA CF. EFICÁCIA HORIZONTAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO AMBIENTE DE TRABALHO. CONDUTA RELEVANTEMENTE OFENSIVA A DIREITOS DA COLETIVIDADE. INDENIZAÇÃO DEVIDA. 1) A lesão capaz de ensejar o dever de indenizar por dano moral coletivo não necessita atingir diretamente um número significativo de pessoas, bastando que possa ofender uma coletividade e atingir os valores essenciais que devem estar assegurados em um ambiente de trabalho saudável, no qual compromissos mínimos de respeito e deferência à dignidade do ser humano sejam infalivelmente observados. 2) Trata-se, no presente caso, de uma violação à liberdade de crença religiosa que extrapola os interesses individuais e a dignidade individual da trabalhadora ofendida, não se podendo transigir a respeito da defesa da dignidade e da proteção da liberdade, honra e da intimidade daqueles que, como um conjunto de pessoas, negociam livremente a sua força de trabalho em troca de retribuição e reconhecimento, diante da repercussão dos direitos fundamentais nas relações privadas, seja no âmbito individual ou no plano coletivo. 3) Comprovada nos autos a conduta relevantemente ofensiva a direitos da coletividade, bem como ao princípio da dignidade da pessoa humana, deve ser parcialmente deferida a indenização por dano moral coletivo postulada pelo Ministério Público do Trabalho, a ser revertida em favor do Fundo de Amparo ao Trabalhador, nos termos previstos nos arts. 13 da Lei 7.347/85, e 11, V, da Lei 7.998/90. (TRT-1 - RO: 00000290820135010013 RJ, Relator: Rogerio Lucas Martins, Sétima Turma, Data de Publicação: 24/01/2018)".

**QUESTÃO 76. No que se refere à clássica subdivisão das gerações/dimensões dos direitos humanos (1ª, 2ª e 3ª gerações), assinale a opção que apresenta, respectivamente, um direito de 1.ª e um direito de 2.ª geração.**

**a) direito à proteção à infância e direito à propriedade**

**b) direito à privacidade na era digital e direito ao acesso à Internet**

**c) direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e direito à paz**

**d) direito à democracia e direito à liberdade de expressão**

**e) direito à participação popular e direito à saúde**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata das gerações/dimensões dos direitos humanos.

Conforme o nosso material de Direitos Humanos, elaborado sob a coordenação do Professor Ricardo Torques, a primeira dimensão dos Direitos Humanos compreende os direitos da liberdade, que são os direitos civis e políticos, decorrentes das revoluções liberais e da transição do Estado Absolutista para o Estado de Direito. Caracterizam-se esses direitos por imporem uma abstenção estatal, por limitarem a atuação do Estado em defesa dos direitos das pessoas. Em razão disso, se diz que essa dimensão representa direitos às prestações negativas. Essa característica faz total sentido com o momento histórico de superação do absolutismo, que consistia num governo concentrado nas mãos dos reis. Como forma de frear o poder do soberano, foram criadas limitações legais à atuação estatal, que imporiam a obrigação de o Estado não intervir nos direitos de liberdade e de propriedade. Já a segunda dimensão compreende os direitos relacionados à igualdade, abrangendo os direitos sociais, direitos econômicos e os direitos culturais, em razão da evolução do Estado Liberal para o Estado Social. Ao contrário da dimensão anterior, os direitos de segunda dimensão são notadamente prestacionais. Vale dizer, os Estados passaram a ser obrigados a atuar positivamente para assegurar os direitos sociais, econômicos e culturais. Enquanto a terceira dimensão dos Direitos Humanos envolve os direitos de solidariedade ou fraternidade, abrangendo os direitos difusos e coletivos. Constituem, na realidade, os direitos assegurados às pessoas em geral. Essa é uma das dimensões mais importantes para a nossa disciplina, uma vez que, ao final da 2ª Guerra Mundial, as discussões acerca da própria compreensão do ser humano se modificaram. A sociedade passou a compreender a necessidade de se assegurar ao máximo a proteção da dignidade da pessoa. Além das três dimensões clássicas, existiriam novas dimensões dos direitos humanos, com a evolução do pensamento jurídico. Paulo Bonavides compreende que a quarta dimensão dos Direitos Humanos envolve a tutela da democracia, do direito à informação e o pluralismo político que, em última análise, é a dignidade das pessoas na vivência em sociedade. Entende o autor que democracia, informação e pluralismo políticos são mecanismos para máxima efetivação dos Direitos Humanos. A quarta dimensão resulta da globalização dos direitos humanos. Por fim, Paulo Bonavides enuncia que existe, ainda, a quinta dimensão dos Direitos Humanos, responsável pelo direito à paz, principalmente em decorrência de atentados terroristas como “11 de Setembro de 2001”, que assolou a comunidade internacional e impingiu o medo de novos atentados e ataques contra a paz mundial.

A alternativa A está incorreta. O direito à propriedade seria de primeira dimensão, enquanto a proteção à infância seria de terceira dimensão.

A alternativa B está incorreta. O direito à privacidade na era digital e direito ao acesso à Internet seriam ambos direitos de terceira dimensão.

A alternativa C está incorreta. O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado seria direito de terceira dimensão. Porém, o direito à paz seria um direito de quinta dimensão, na visão de Paulo Bonavides.

A alternativa D está incorreta. O direito à liberdade de expressão é um direito de primeira dimensão. Todavia, o direito à democracia, também segundo Paulo Bonavides, seria um direito de quarta dimensão.

A alternativa E está correta. O direito à saúde seria um direito de segunda dimensão. Porém, o direito à participação popular seria um direito de quarta dimensão segundo o professor Paulo Bonavides.

**QUESTÃO 77. A respeito da Convenção sobre os Direitos da Criança, assinale a opção correta.**

**a) Todas as medidas concernentes à criança, previstas na referida Convenção, executadas por entidades de assistência social, sejam públicas ou privadas, assim como aquelas executadas por tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, devem priorizar o superior interesse da sociedade.**

**b) É inadequado fornecer informações à criança sobre as razões de qualquer intervenção, independentemente de seu nível de entendimento, devendo essas informações ser comunicadas somente aos pais ou seus responsáveis.**

**c) Os meios de comunicação devem ser incentivados a considerar as necessidades linguísticas de crianças indígenas ou pertencentes a grupos minoritários.**

**d) A criança possui o direito à liberdade de expressão, que inclui o direito de buscar, receber e disseminar informações e ideias de qualquer natureza, sem restrições, verbalmente ou por qualquer outro meio de sua escolha.**

**e) Os Estados-parte em conflito armado não podem recrutar pessoas com menos de dezoito anos de idade para servir em suas forças armadas.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da Convenção sobre os Direitos da Criança.

A alternativa A está incorreta. Não é o interesse da sociedade que deve ser priorizado. Mas sim o interesse da criança. Convenção: Artigo 3. Todas as ações relativas à criança, sejam elas levadas a efeito por instituições públicas ou privadas de assistência social, tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, devem considerar primordialmente o melhor interesse da criança.

A alternativa B está incorreta. A criança tem o direito de receber e de propagar a informação de seu interesse, considerando o seu nível de entendimento. Convenção: Artigo 12. 1. Os Estados Partes devem assegurar à criança que é capaz de formular seus próprios pontos de vista o direito de expressar suas opiniões livremente sobre todos os assuntos relacionados a ela, e tais opiniões devem ser consideradas, em função da idade e da maturidade da criança. 2. Para tanto, a criança deve ter a oportunidade de ser ouvida em todos os processos judiciais ou administrativos que a afetem, seja diretamente, seja por intermédio de um representante ou de um órgão apropriado, em conformidade com as regras

processuais da legislação nacional. Artigo 13. 1. A criança deve ter o direito de expressar-se livremente. Esse direito deve incluir a liberdade de procurar, receber e divulgar informações e ideias de todo tipo, independentemente de fronteiras, seja verbalmente, por escrito ou por meio impresso, por meio das artes ou por qualquer outro meio escolhido pela criança. 2. O exercício de tal direito poderá estar sujeito a certas restrições, que serão unicamente aquelas previstas em lei e consideradas necessárias: para o respeito dos direitos ou da reputação de outras pessoas; ou para a proteção da segurança nacional ou da ordem pública, ou para proteger a saúde pública e os costumes.

A alternativa C está correta. Os meios de comunicação devem ser incentivados a considerar as necessidades linguísticas de crianças indígenas ou pertencentes a grupos minoritários. Esta exigência pode ser observada no texto da convenção.

Convenção. Artigo 17. 1. Os Estados Partes reconhecem a função importante desempenhada pelos meios de comunicação, e devem garantir o acesso da criança a informações e materiais procedentes de diversas fontes nacionais e internacionais, especialmente aqueles que visam à promoção de seu bem-estar social, espiritual e moral e de sua saúde física e mental. Para tanto, os Estados Partes devem: (...) incentivar os meios de comunicação no sentido de dar especial atenção às necessidades linguísticas da criança que pertença a um grupo minoritário ou indígena;

A alternativa D está incorreta. O direito da criança de buscar, receber e disseminar informações pode ser limitado. Convenção: Art. 13. 2. O exercício de tal direito poderá estar sujeito a certas restrições, que serão unicamente aquelas previstas em lei e consideradas necessárias: para o respeito dos direitos ou da reputação de outras pessoas; ou para a proteção da segurança nacional ou da ordem pública, ou para proteger a saúde pública e os costumes.

A alternativa E está incorreta. Segundo o texto expresso da convenção, a restrição do recrutamento para serviço às forças armadas ocorre a partir da idade de 15 anos. Convenção: Artigo 38. (...) 3. Os Estados Partes devem abster-se de recrutar menores de 15 anos de idade para servir em suas forças armadas. Caso recrutem indivíduos que tenham completado 15 anos de idade, mas que tenham menos de 18 anos, os Estados Partes devem dar prioridade aos mais velhos.

**QUESTÃO 78. A respeito da ação civil pública conforme o entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores, julgue os itens que se seguem.**

**I. A ação civil pública foi incorporada à Constituição Federal de 1988 (CF) na condição de instrumento destinado à proteção dos direitos fundamentais de terceira geração.**

**II. Se o pedido veiculado em ação civil pública não tiver sido julgado improcedente por insuficiência de provas, a decisão formalizada na ação fará coisa julgada erga omnes, nos limites da competência territorial do órgão prolator, sendo assim a previsão constitucional segundo o STF.**

**III. É cabível o ajuizamento de ação civil pública para questionar a cobrança de contribuição de iluminação pública incompatível com o texto constitucional.**

**Assinale a opção correta.**

**a) Apenas o item I está certo.**

**b) Apenas o item II está certo.**

**c) Apenas os itens I e III estão certos.**

**d) Apenas os itens II e III estão certos.**

**e) Todos os itens estão certos.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

O item I está correto, nos termos do art. 129, III, da Constituição Federal: “Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público: III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos”.

O item I está incorreto, pois o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a inconstitucionalidade do artigo 16 da Lei da Ação Civil Pública (Lei 7.347/1985) que limita a eficácia das sentenças proferidas nesse tipo de ação à competência territorial do órgão que a proferir. Dispõe a tese fixada no Tema 1075 de Repercussão Geral, por ocasião do julgamento do RE 1101937, que: “I - É inconstitucional a redação do art. 16 da Lei 7.347/1985, alterada pela Lei 9.494/1997, sendo ripristinada sua redação original. II - Em se tratando de ação civil pública de efeitos nacionais ou regionais, a competência deve observar o art. 93, II, da Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor). III - Ajuizadas múltiplas ações civis públicas de âmbito nacional ou regional e fixada a competência nos termos do item II, firma-se a prevenção do juízo que primeiro conheceu de uma delas, para o julgamento de todas as demandas conexas”.

O item III está correto, de acordo com o entendimento no STJ no AgInt nos EDcl no REsp n. 1.752.064/RJ: “2. O Ministério Público Federal possui legitimidade ativa para propor Ação Civil Pública questionando a cobrança unificada da contribuição de iluminação pública com a tarifa de energia elétrica na mesma fatura e sob o igual código de leitura ótica, pois não se trata de pretensão de índole tributária, mas de natureza consumerista. 3. Agravo Interno não provido. (AgInt nos EDcl no REsp n. 1.752.064/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 1/10/2019, DJe de 11/10/2019.)”.

A alternativa C está correta, pois apenas os itens I e III estão certos.

**QUESTÃO 79. Considerando a política de proteção ambiental do estado do Acre, assinale a opção correta.**

**a) É permitida a outorga de recursos hídricos no estado do Acre, que deverá ser feita por prazo certo, mediante permissão, podendo alcançar aqueles situados em domínio da União, desde que formalizado convênio de cooperação.**

**b) O valor arrecadado com o pagamento das multas ambientais deve ser direcionado ao Fundo Estadual de Meio Ambiente e Floresta do Acre (FEMAF), havendo a possibilidade de conversão das penalidades em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.**

**c) O Programa Estadual de Certificação de Unidades Produtivas Familiares do Estado do Acre prevê serviços e programas de governo voltados à produção sustentável dessas famílias, com acesso a linhas de financiamento, vedada a concessão de subsídios diretos.**

**d) A legislação do estado do Acre admite a exploração de recursos florestais em terras públicas, incluindo recursos madeireiros, que poderá ser realizada indiretamente, desde que sob o regime de concessão, com previsão do pagamento de tarifas.**

**e) O acesso a recursos genéticos do estado do Acre pode ser solicitado por pessoas físicas ou jurídicas, desde que nacionais, o que inclui visitas a comunidade local ou população indígena, desde que acompanhadas de protocolo de visitas.**

## **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, pois a outorga de recursos hídricos no estado do Acre ocorrerá mediante autorização (não permissão), conforme o art. 23 da Lei Estadual do Acre nº 1.500/2003: “Art. 23. A outorga de direito de uso de recursos hídricos do Estado do Acre é ato administrativo específico de autorização, mediante a qual o órgão do poder público do Estado do Acre faculta ao administrado o uso do recurso hídrico de domínio do Estado, por prazo determinado, nos termos e condições expressos nesta lei, nos regulamentos e no ato outorgante”. Cumpre destacar que a parte final da alternativa está correta, nos termos do art. 26 da Lei Estadual do Acre nº 1.500/2003: “Art. 26. A outorga de direito de uso de recursos hídricos estaduais será dada por ato do Instituto do Meio Ambiente do Acre – IMAC, ouvidos os respectivos comitês de bacia, quando houver. Parágrafo único. O IMAC poderá celebrar convênio de cooperação com o órgão ou entidade competente do Poder Executivo Federal, com a finalidade de viabilizar a delegação para outorga de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União localizados no Estado do Acre, conforme autoriza o art. 14, § 1º da Lei Federal n. 9.433, de 1997”.

A alternativa B está incorreta, pois o valor consiste em recurso do Fundo Estadual de Comando e Controle Ambiental (FECCA), nos termos do art. 132, IV da Lei Estadual do Acre nº 1.117/94: “Art. 132. Constituem recursos do FECCA: IV - os recursos provenientes de taxas, preços públicos, multas e indenizações decorrentes da aplicação da legislação ambiental”.

A alternativa C está incorreta, pois não é vedada a concessão de subsídios diretos. Dispõe o art. 3º da Lei Estadual do Acre nº 2.025/2008 que: “Art. 3º Os produtores rurais familiares que aderirem voluntariamente ao Programa de Certificação de Unidades Produtivas do Estado do Acre estarão aptos a receber os seguintes benefícios: I - bônus: recurso financeiro como pagamento anual por serviços ambientais e incentivo para adoção de práticas produtivas sustentáveis, cujo valor será estabelecido no regulamento do programa; II - serviços de governo: serviços e programas de governo voltados à produção sustentável; III - acesso a recursos financeiros: inserção em linhas de financiamento, crédito e fomento oficiais; e IV - outros benefícios previstos no regulamento do programa”.

A alternativa D está correta. A solução do questionamento proposto exige a análise da Lei do Estado do Acre nº 1.426/2001, que dispõe sobre a preservação e conservação das florestas do Estado, institui o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas, cria o Conselho Florestal Estadual e o Fundo Estadual de Florestas e dá outras providências. Nos termos dos arts. 28 e 29 da Lei do Estado do Acre nº 1.426/2001: “Art. 28. A exploração das Florestas Públicas de Produção dar-se-á mediante o regime de concessão ou diretamente pela instituição responsável pela unidade de conservação, na forma da lei, de

seus regulamentos e dos respectivos contratos. Art. 29. A SEMA estabelecerá as tarifas necessárias à viabilização das concessões. § 1º As tarifas para pagamento da concessão serão estabelecidas com base em um valor remuneratório do direito de acesso e exploração do recurso e em um valor remuneratório do volume de madeira ou do serviço realizado. § 2º Da receita total oriunda do pagamento das concessões cinquenta por cento será revertido ao custeio, manutenção, administração, zoneamento, monitoramento, controle, fiscalização in situ e supervisão do Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas - SEANP e de suas unidades, e cinquenta por cento será integralmente utilizada na unidade que gerou a receita”.

A alternativa E está incorreta, pois pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras ou internacionais poderão solicitar o acesso a recursos genéticos do estado do Acre. De acordo com o art. 12 da Lei do Estado do Acre nº 1.238/97: “Parágrafo único. Pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras ou internacionais, poderão apenas solicitar autorização para acesso, devendo obrigatoriamente o contrato ser assinado e as atividades de acesso desempenhadas por instituição de pesquisa pública ou privada nacional, de livre escolha da entidade estrangeira ou internacional, porém autorizada pelo Instituto de Meio Ambiente do Acre - IMAC, e que responderá solidariamente pelo contrato”.

**QUESTÃO 80. Acerca das categorias de direitos coletivos e de aspectos relativos à tutela desses direitos em juízo, de acordo com a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta.**

**a) O Ministério Público não detém legitimidade para promover a tutela coletiva de direitos individuais homogêneos de natureza disponível.**

**b) Os direitos difusos podem ser classificados como direitos transindividuais, de natureza indivisível, cujo titular é grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.**

**c) A tutela dos direitos coletivos não é compatível com a atuação de um particular, pessoa física, que figure como legitimado extraordinário para realizar defesa, em nome próprio, de direitos pertencentes a uma coletividade.**

**d) É vedado ao Poder Judiciário controlar a legitimidade de entidade proponente de ação coletiva.**

**e) No caso de ação civil pública proposta pela defensoria pública na defesa do meio ambiente, é possível considerar que há legitimação por substituição processual, de caráter autônomo, exclusivo, concorrente e disjuntivo.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o entendimento do STF fixado em sede de repercussão geral no Tema nº 471: “Com fundamento no art. 127 da Constituição Federal, o Ministério Público está legitimado a promover a tutela coletiva de direitos individuais homogêneos, mesmo de natureza disponível, quando a lesão a tais direitos, visualizada em seu conjunto, em forma coletiva e impessoal, transcender a esfera de interesses puramente particulares, passando a comprometer relevantes

interesses sociais”. Nesse contexto, o STF decidiu que o Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa de interesses de beneficiários do DPVAT.

A alternativa B está incorreta, pois traz o conceito de direitos coletivos, conforme art. 81, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor (CDC): “II - interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base”. Por outro lado, os direitos difusos são conceituados como “I - interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato”.

A alternativa C está incorreta, pois é possível a atuação de um particular na tutela de direitos coletivos lato sensu, ou seja, em sentido amplo, a exemplo do que ocorre na ação popular. Dispõe o art. 1º da Lei nº 4.717/65 que: “Art. 1º Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios, de entidades autárquicas, de sociedades de economia mista (Constituição, art. 141, § 38), de sociedades mútuas de seguro nas quais a União represente os segurados ausentes, de empresas públicas, de serviços sociais autônomos, de instituições ou fundações para cuja criação ou custeio o tesouro público haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, de empresas incorporadas ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, e de quaisquer pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas pelos cofres públicos”.

A alternativa D está incorreta, pois é possível que o Poder Judiciário controle a legitimidade de entidade proponente de ação coletiva. De acordo com Fredie Didier Jr. e Hermes Zaneti Jr: “A definição de quem pode conduzir um processo coletivo dá-se em duas fases. Primeiramente, verifica-se se há autorização legal para que determinado ente possa substituir os titulares coletivos do direito afirmado e conduzir o processo coletivo. A seguir, o órgão julgador faz o controle in concreto da adequação da legitimidade para aferir, sempre motivadamente, se estão presentes os elementos que asseguram a representatividade adequada dos direitos em discussão. A necessidade de controle judicial da adequação do legitimado coletivo decorre da aplicação da cláusula do devido processo legal à tutela jurisdicional coletiva. Nem mesmo o Ministério Público poderia ser considerado um legitimado coletivo universal, pois também em relação à sua atuação se imporia o controle jurisdicional da sua legitimidade. O STF, na ADI n. 3.943, reconheceu que a Defensoria Pública tem legitimidade para a tutela coletiva de acordo com as suas finalidades institucionais, ou seja, para a tutela dos necessitados. A tendência é a consagração legislativa da possibilidade desse controle judicial. Entre os vários critérios para a verificação da representatividade adequada, um que atualmente tem apresentado utilidade prática pode servir de exemplo: exige-se que exista um vínculo de afinidade temática entre o legitimado e o objeto litigioso. A jurisprudência do STF deu a este vínculo o nome de ‘pertinência temática’. Esse critério seria um, dentre vários, para a averiguação da adequação do legitimado coletivo. No controle da legitimação coletiva (art. 82, § 1º, do CDC; art. 5º, § 4º, da LACP)”.

A alternativa E está correta. Ao tratar das características da legitimação coletiva, Fredie Didier Jr. e Hermes Zaneti Jr afirmam que: “A técnica escolhida foi a da legitimação por substituição processual autônoma, exclusiva, concorrente e disjuntiva. Há legitimação extraordinária autônoma quando o legitimado extraordinário está autorizado a conduzir o processo independentemente da participação do titular do direito litigioso. ‘O contraditório tem-se como regularmente instaurado com a só presença, no processo, do legitimado extraordinário’. Há legitimação extraordinária exclusiva, se apenas o legitimado extraordinário puder ser a parte principal do processo, cabendo ao protagonista da situação litigiosa, se já não fizer parte da demanda, intervir no processo na condição de assistente litisconsorcial

(litisconsorte ulterior). Nas ações coletivas, essa intervenção só é possível quando estiverem sendo discutidos direitos individuais homogêneos (art. 94 do CDC), ressalvando-se a situação da comunidade indígena, já mencionada, que possui legitimação coletiva ordinária. Se é exclusiva e autônoma, quanto ao rol de legitimados, é, no entanto, concorrente entre os legitimados extraordinários. Há legitimação concorrente ou colegitimação quando mais de um sujeito de direito estiver autorizado a discutir em juízo determinada situação jurídica. Vários são os legitimados extraordinários para a tutela de direitos coletivos; qualquer um deles pode impetrar a ação coletiva. A legitimação apresenta-se, ainda, disjuntiva, porque, apesar de concorrente, cada entidade legitimada a exerce independentemente da vontade dos demais colegitimados. Por outro lado, a legitimação nas ações coletivas passivas deve estar preocupada ao máximo com a segurança jurídica e com o devido processo legal”.

**QUESTÃO 81. Maria, hipossuficiente, ocupava imóvel irregular localizado em encosta de morro, situação que deu ensejo a uma série de danos urbanístico-ambientais. O poder público expediu intimação demolitória de acordo com a legislação local, tendo, ao final, demolido o imóvel. A defensoria pública, representando Maria, ajuizou duas ações, pleiteando, na primeira (ação A), o remanejamento de Maria para outro imóvel e, na segunda (ação B), a condenação do poder público local em decorrência dos danos ambientais ocasionados em razão da ocupação irregular.**

**A partir da situação hipotética precedente, assinale a opção à disciplina da correta em relação ao direito à moradia ocupação urbana, consoante a jurisprudência dos tribunais superiores.**

**a) A defensoria pública só tem legitimidade para atuar em relação à ação A, cujo pedido, por sua vez, é passível de acolhimento, não havendo ofensa ao princípio da separação de Poderes.**

**b) A defensoria pública tem legitimidade para atuar em relação a ambas as ações propostas, mas apenas o pedido veiculado na ação A é passível de acolhimento, pois, em decorrência da responsabilidade exclusiva de Maria, não é possível o acolhimento do pedido da ação B.**

**c) A defensoria pública só tem legitimidade para atuar em relação ao direito veiculado na ação B, cujo pedido, entretanto, não deverá ser acolhido, haja vista a responsabilidade exclusiva de Maria.**

**d) A defensoria pública tem legitimidade para atuar em relação ao direito veiculado em ambas as ações propostas, mas apenas o pedido relativo à ação B é passível de acolhimento, uma vez que o pedido da ação A implica ofensa ao princípio da separação dos Poderes, considerada a ingerência na ordem de atendimento da política habitacional implementada pelo governo local.**

**e) A defensoria pública tem legitimidade para atuar em relação aos direitos veiculados em ambas as ações propostas, cujos pedidos são passíveis de acolhimento, não havendo ofensa ao princípio da separação de Poderes nem à disciplina da responsabilidade civil do Estado.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, pois a defensoria pública tem legitimidade para atuar em relação aos direitos veiculados em ambas as ações propostas, consoante fundamento apresentado na alternativa E.

A alternativa B está incorreta, pois o pedido veiculado na ação B também é passível de acolhimento, tendo em vista que o poder público local tem responsabilidade pela série de danos urbanístico-ambientais ocorridos. Sobre o tema, é importante destacar o conteúdo da Súmula 625 do STJ: “A responsabilidade civil da Administração Pública por danos ao meio ambiente, decorrente de sua omissão no dever de fiscalização, é de caráter solidário, mas de execução subsidiária”.

A alternativa C está incorreta, pois a defensoria pública tem legitimidade para atuar em relação aos direitos veiculados em ambas as ações propostas, consoante fundamento apresentado na alternativa E.

A alternativa D está incorreta, pois o pedido veiculado na ação A também é passível de acolhimento, tendo em vista o direito fundamental à moradia, previsto no art. 6º da Constituição Federal de 1988: “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

A alternativa E está correta. Na primeira ação (A), a defensoria pública requereu o remanejamento de Maria para outro imóvel. Trata-se de atuação típica da instituição na defesa dos interesses dos hipossuficientes e na concretização do direito fundamental à moradia, pois, de acordo com o enunciado, Maria, hipossuficiente, ocupava imóvel irregular localizado em encosta de morro, situação que deu ensejo a uma série de danos urbanístico-ambientais. Dispõe o art. 134, caput, da Constituição Federal de 1988 que: “Art. 134. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 80, de 2014)”. Por outro lado, na segunda ação (B), a defensoria pública pleiteou a condenação do poder público local em decorrência dos danos ambientais ocasionados em razão da ocupação irregular. Cumpre destacar que também abrange a atuação da defensoria pública na defesa de direitos difusos, notadamente, defesa do direito difuso ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

**QUESTÃO 82. No que concerne a imóvel rural e à desapropriação de terras para fins de reforma agrária, assinale a opção correta à luz do Estatuto da Terra (Lei n.º 4.504/1964), da Lei Complementar n.º 76/1993 e da jurisprudência do STF.**

**a) Uma vez proposta a ação de desapropriação, é cabível audiência de conciliação, que suspende o curso da ação.**

**b) O arrendatário de imóvel rural não detém legitimidade ativa para propor mandado de segurança contra decreto de desapropriação para fins de reforma agrária.**

**c) É vedado à União delegar aos demais entes federativos as vistorias e avaliações de propriedades rurais, bem como as atribuições relativas à execução do Programa Nacional de Reforma Agrária.**

**d) A prática de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário de caráter coletivo, após a desocupação do imóvel, não impede a imediata realização de atos de vistoria, de avaliação ou de desapropriação da propriedade rural para fins de reforma agrária por interesse social.**

**e) O registro do imóvel rural desapropriado em nome do expropriante não impede o manejo de ação reivindicatória pelo expropriado.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, pois a audiência de conciliação não suspende o curso da ação, conforme o art. 6º, §7º, da Lei Complementar n.º 76/1993: “§ 7º A audiência de conciliação não suspende o curso da ação”.

A alternativa B está correta, consoante entendimento do STF no MS 24843: “MANDADO DE SEGURANÇA. FALTA DE LEGITIMIDADE DE ARRENDATÁRIO. DESAPROPRIAÇÃO PARA REFORMA AGRÁRIA. 1. O arrendatário não tem legitimidade ativa para propor mandado de segurança contra decreto de desapropriação para fins de reforma agrária por ser a relação jurídica, na hipótese de arrendamento, fundada em direito pessoal e não real. Precedente. 2. Existência de outra ação com idêntico objeto e causa de pedir, proposta pela empresa proprietária do imóvel (MS 24.764). Fundamento não impugnado. 3. Agravo improvido. (MS 24843 AgR, Relator(a): ELLEN GRACIE, Tribunal Pleno, julgado em 30-09-2004, DJ 28-10-2004 PP-00038 EMENT VOL-02170-01 PP-00146)”.

A alternativa C está incorreta, pois a lei não veda a mencionada delegação. De acordo com o art. 6º, §2º, do Estatuto da Terra (Lei n.º 4.504/1964): “ Art. 6º. § 2º A União, mediante convênio, poderá delegar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o cadastramento, as vistorias e avaliações de propriedades rurais situadas no seu território, bem como outras atribuições relativas à execução do Programa Nacional de Reforma Agrária, observados os parâmetros e critérios estabelecidos nas leis e nos atos normativos federais”.

A alternativa D está incorreta, nos termos do art. 2º, §6º, da Lei nº 8.629/93: “§ 6º O imóvel rural de domínio público ou particular objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não será vistoriado, avaliado ou desapropriado nos dois anos seguintes à sua desocupação, ou no dobro desse prazo, em caso de reincidência; e deverá ser apurada a responsabilidade civil e administrativa de quem concorra com qualquer ato omissivo ou comissivo que propicie o descumprimento dessas vedações”.

A alternativa E está incorreta, conforme o disposto no art. 21 da Lei Complementar n.º 76/1993: “Art. 21. Os imóveis rurais desapropriados, uma vez registrados em nome do expropriante, não poderão ser objeto de ação reivindicatória”.

**QUESTÃO 83. Em relação à tutela, em juízo, dos interesses individuais homogêneos, difusos e coletivos, assinale a opção correta segundo a jurisprudência dos tribunais superiores.**

**a) A ação civil pública e o mandado de segurança coletivo, diferentemente da ação ordinária coletiva, apresentam uma delimitação apriorística do grupo que mantém relação com o legitimado para propositura da ação.**

**b) As ações coletivas não se submetem às normas relativas ao julgamento de casos repetitivos, conforme previsto no Código de Processo Civil (CPC).**

**c) No caso de ação coletiva de rito ordinário ajuizada por associação civil na defesa de interesses dos associados, a eficácia da coisa julgada, sob o ângulo subjetivo, não alcança aqueles que se filiaram somente após a propositura da demanda.**

**d) As balizas subjetivas do título judicial formalizado em ação ordinária proposta por associação na qualidade de substituta processual são definidas pela representação no processo de conhecimento, limitada a execução aos associados indicados na sua petição inicial.**

**e) A cobrança de valores pretéritos de título judicial decorrente de mandado de segurança coletivo impetrado por entidade associativa de caráter civil está condicionada à autorização expressa dos associados, à relação nominal destes, bem como à comprovação de filiação prévia.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois a ação civil pública não apresenta uma delimitação apriorística do grupo que mantém relação com o legitimado para propositura da ação. De acordo com o art. 1º da Lei nº 7.347/85: “Art. 1º Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados: I - ao meio-ambiente; II - ao consumidor; III - a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; IV - a qualquer outro interesse difuso ou coletivo. V - por infração da ordem econômica; VI - à ordem urbanística. VII - à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos. VIII - ao patrimônio público e social”.

A alternativa B está incorreta. No âmbito do IRDR, é possível a suspensão de processos coletivos, bem como a aplicação da tese jurídica aos processos coletivos. De acordo com o art. 982, I, do Código de Processo Civil: “Art. 982. Admitido o incidente, o relator: I - suspenderá os processos pendentes, individuais ou coletivos, que tramitam no Estado ou na região, conforme o caso”. Cumpre destacar o conteúdo do art. 985, I, do Código de Processo Civil: “Art. 985. Julgado o incidente, a tese jurídica será aplicada: I - a todos os processos individuais ou coletivos que versem sobre idêntica questão de direito e que tramitem na área de jurisdição do respectivo tribunal, inclusive àqueles que tramitem nos juizados especiais do respectivo Estado ou região”.

A alternativa C está correta. De acordo com o entendimento do STF: “A eficácia subjetiva da coisa julgada formada a partir de ação coletiva, de rito ordinário, ajuizada por associação civil na defesa de interesses dos associados, somente alcança os filiados, residentes no âmbito da jurisdição do órgão julgador, que o fossem em momento anterior ou até a data da propositura da demanda, constantes da relação jurídica juntada à inicial do processo de conhecimento. [Tese definida no RE 612.043, rel. min. Marco Aurélio, P, j. 10-5-2017, DJE 229 de 6-10-2017, Tema 499.]”.

A alternativa D está incorreta, pois no âmbito de ação ordinária, a associação atua na qualidade de representante processual (não substituta processual), sendo necessária a autorização dos filiados. De acordo com o STJ no Recurso Especial nº 1.993.506: “5. O art. 5º, XXI, da CF/88 confere às entidades associativas legitimidade para representar seus filiados judicial e extrajudicialmente, quando expressamente autorizadas. O referido dispositivo constitucional diz respeito às ações de rito ordinário, as quais se prestam às mais diversas postulações, voltadas contra entes públicos ou privados, para satisfação de direitos individuais ou coletivos. Apesar de a lei não ser expressa a respeito, o objeto material da demanda deve guardar pertinência com os fins da associação. 6. Nessas lides, a associação atua como representante processual, porquanto vai a juízo em nome e no interesse dos associados. Por

essa razão, há necessidade de autorização expressa dos filiados, a qual é satisfeita com a anuência dos associados manifestada em assembleia geral. Se tais elementos não acompanharem a petição inicial, o juiz deve oportunizar à parte a correção do vício e apenas caso não atendida a determinação é que o feito deve ser extinto sem julgamento do mérito (art. 76 do CPC/2015). Precedentes. (REsp n. 1.993.506/MT, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 26/4/2022, DJe de 28/4/2022.)”.

A alternativa E está incorreta, pois, nessa hipótese, não é necessária a autorização expressa dos associados. De acordo com o entendimento do STF no tema 1119 de repercussão geral: “É desnecessária a autorização expressa dos associados, a relação nominal destes, bem como a comprovação de filiação prévia, para a cobrança de valores pretéritos de título judicial decorrente de mandado de segurança coletivo impetrado por entidade associativa de caráter civil”. No mesmo sentido, a Súmula 629 do STF: “A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados independe da autorização destes”.

**QUESTÃO 84. A respeito da usucapião rural conforme as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF) e da Lei n.º 6.969/1981 e o entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores, julgue os itens seguintes.**

**I Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), não é possível adquirir, por meio de usucapião rural, a propriedade de área menor do que o módulo rural estabelecido para a região.**

**II O ajuizamento de ação de usucapião não está condicionado à negativa do pedido em cartório, mesmo após as alterações legislativas feitas pelo CPC na Lei de Registros Públicos.**

**III A usucapião rural abrange as terras particulares e as terras devolutas, não contemplando as áreas indispensáveis à segurança nacional, terras habitadas por silvícolas nem áreas de interesse ecológico.**

**Assinale a opção correta.**

- a) Apenas o item I está certo.**
- b) Apenas o item II está certo.**
- c) Apenas os itens I e III estão certos.**
- d) Apenas os itens II e III estão certos.**
- e) Todos os itens estão certos.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

O item I está incorreto. De acordo com o entendimento do STJ fixado no Tema Repetitivo 985: “1. Tese para efeito do art. 1.036 do CPC/2015: O reconhecimento da usucapião extraordinária, mediante o

preenchimento dos requisitos específicos, não pode ser obstado em razão de a área usucapienda ser inferior ao módulo estabelecido em lei municipal. 2. No caso concreto, recurso especial não provido, a fim de afirmar a inexistência de impedimento para que o imóvel urbano, com área inferior ao módulo mínimo municipal, possa ser objeto da usucapião extraordinária. (REsp n. 1.667.842/SC, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Segunda Seção, julgado em 3/12/2020, DJe de 5/4/2021.)”.

O item II está correto, nos termos do entendimento do STJ: “1. Controvérsia acerca da exigência de prévio pedido de usucapião na via extrajudicial para se evidenciar interesse processual no ajuizamento de ação com o mesmo objeto. 2. Nos termos do art. 216-A da Lei 6.015/1973: “Sem prejuízo da via jurisdicional, é admitido o pedido de reconhecimento extrajudicial de usucapião, que será processado diretamente perante o cartório do registro de imóveis da comarca em que estiver situado o imóvel usucapiendo [...]”. 3. Existência de interesse jurídico no ajuizamento direto de ação de usucapião, independentemente de prévio pedido na via extrajudicial. 4. Exegese do art. 216-A da Lei 6.015/1973, em âmbito doutrinário. 5. Determinação de retorno dos autos ao juízo de origem para que prossiga a ação de usucapião. 6. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. (REsp n. 1.824.133/RJ, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 11/2/2020, DJe de 14/2/2020.)”.

O item III está incorreto. Não é correto afirmar que é possível a usucapião rural de terras devolutas, tendo em vista que uma categoria específica dentre as terras devolutas consiste em bem da União, conforme o art. 20, II, da Constituição Federal de 1988: “Art. 20. São bens da União: II - as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei”. Ademais, de acordo com o art. 183, §3º, da CRFB/1988: “§ 3º Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião”. No mesmo sentido, o art. 191, parágrafo único, da CRFB/1988: “Parágrafo único. Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião”.

A alternativa B está correta, pois apenas o item II está certo.

**QUESTÃO 85. A respeito dos aspectos constitucionais relativos à defensoria pública, observada a Constituição Federal de 1988 (CF), a Constituição do Estado do Acre e a jurisprudência dos tribunais superiores, julgue os itens que se seguem.**

**I. A competência para legislar acerca das defensorias públicas é concorrente entre a União, os estados e os municípios.**

**II. A inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) é exigência obrigatória para o ingresso e o exercício do cargo de defensor público, segundo o Supremo Tribunal Federal (STF).**

**III. Segundo a Constituição do Estado do Acre, o ingresso nos quadros da defensoria pública estadual não pressupõe tempo mínimo de prática forense.**

**Assinale a opção correta.**

**a) Apenas o item II está certo.**

**b) Apenas o item III está certo.**

**c) Apenas os itens I e II estão certos.**

**d) Apenas os itens I e III estão certos.**

**e) Todos os itens estão certos.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata de regras diversas sobre a Defensoria Pública.

A assertiva I está incorreta. Não existe defensoria pública municipal, em que pese o STF dizer que é possível assistência jurídica municipal. Veja: "EMENTA: ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. LEI N. 735/1983 E LEI COMPLEMENTAR N. 106/1999 DO MUNICÍPIO DE DIADEMA/SP. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA À POPULAÇÃO CARENTE. COMPETÊNCIA COMUM DOS ENTES FEDERADOS PARA COMBATER AS CAUSAS DA POBREZA E OS FATORES DE MARGINALIZAÇÃO E PARA PROMOVER A INTEGRAÇÃO SOCIAL DOS SETORES DESFAVORECIDOS. INC. X DO ART. 23 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO PARA SERVIÇOS PÚBLICOS DE INTERESSE LOCAL. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL JULGADA IMPROCEDENTE. (STF. Plenário. ADPF 279/SP, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgado em 3/11/2021 - Info 1036)".

A assertiva II está incorreta. O STF já decidiu no sentido de que é inconstitucional a necessidade de inscrição dos defensores públicos na OAB para o exercício de suas atividades. Veja: "EMENTA. Ação direta de inconstitucionalidade. 2. Art. 4º, inciso V, expressão "e jurídicas" e § 6º, da Lei Complementar nº 80/1994, com a redação dada pelo art. 1º da Lei Complementar nº 132/2009. 3. Atendimento de pessoas jurídicas pela Defensoria Pública. Possibilidade. 4. Capacidade postulatória do Defensor Público em razão de nomeação e posse no cargo. Constitucionalidade. 5. Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente. (STF - ADI: 4636 DF 9952606-49.2011.1.00.0000, Relator: GILMAR MENDES, Data de Julgamento: 04/11/2021, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 10/02/2022)".

A assertiva III está correta. O art. 128 da Constituição do Acre não apresenta tempo de prática forense. Constituição do Estado do Acre: Art. 128. O ingresso no quadro da Defensoria Pública far-se-á na entrância inicial, mediante concurso público específico de provas e títulos, devendo o candidato ser bacharel em Direito, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Acre, observando-se nas nomeações a ordem de classificação do concurso. Parágrafo único. Aplicam-se à carreira de defensor público os princípios dos arts. 37, XII e 39, § 1º, combinados com o art. 135 da Constituição Federal

Portanto, considerando que apenas o item III está correto e os demais incorretos, as alternativas A, C, D e E estão incorretas.

**QUESTÃO 86. Considerando as disposições da CF e a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta a respeito dos aspectos institucionais da defensoria pública.**

**a) A previsão constitucional que prevê a aposentadoria compulsória de membros do Ministério Público que incorram em faltas graves aplica-se, por equiparação, aos defensores públicos.**

**b) Consideradas as funções essenciais à justiça, apenas a defensoria pública não goza de autonomia financeira.**

**c) O exercício pleno da advocacia não é incompatível com a carreira de defensor público.**

**d) As defensorias públicas estaduais, ao Ministério Público e à magistratura foi garantida apenas a autonomia administrativa, a partir do advento da Constituição Federal de 1988.**

**e) Os defensores públicos serão remunerados por meio de regime de pagamento unitário que caracteriza o modelo constitucional de subsídio, estando vedados acréscimos de caráter remuneratório devidos em decorrência de trabalho ordinário.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema aspectos institucionais da defensoria pública.

A alternativa A está incorreta. Não existe a referida previsão na Constituição, sobre aposentadoria compulsória de membros do Ministério Público, e muito menos a possibilidade para aplicação por equiparação da questão inerente à falta grave aos defensores públicos. O art. 134, §4º, da CF apenas permite a aplicação de alguns institutos inerentes à magistratura.

A alternativa B está incorreta. A Defensoria Pública possui autonomia, conforme Art. 134, parágrafo 4º, da CF/88.

A alternativa C está incorreta. O Defensor Público não pode exercer a advocacia fora das suas atribuições institucionais, conforme estabelece o Art. 134, § 1º, da CF/88.

A alternativa D está incorreta. A autonomia da Defensoria Pública veio com as emendas constitucionais n. 45 (defensorias dos estados), 69 (defensoria do Distrito Federal e Território) e 74 (Defensoria da União).

A alternativa E está correta. De fato, os defensores públicos devem ser remunerados por subsídios, conforme art. 135 da CF/88.

**QUESTÃO 87. À luz da jurisprudência do STF, assinale a opção correta no que concerne ao pagamento de honorários sucumbenciais em favor da defensoria pública.**

**a) A defensoria pública faz jus ao pagamento de honorários sucumbenciais, cujo valor deve ser destinado a formalização de políticas públicas pelo ente público do qual a instituição faz parte integrante, conforme entendimento do STF.**

**b) Os honorários sucumbenciais são devidos à defensoria pública, desde que a instituição não esteja atuando contra o ente público do qual seja parte integrante.**

**c) A defensoria pública faz jus ao pagamento de honorários sucumbenciais, quando representa parte vencedora em demanda ajuizada contra ente público ao qual pertença.**

**d) É vedado o pagamento de honorários sucumbenciais à defensoria pública, ante a incompatibilidade com as atribuições dessa instituição.**

**e) É legítimo o pagamento de honorários sucumbenciais aos defensores públicos, a título remuneratório, desde que limitado ao teto remuneratório constitucional dos ministros do STF.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do Tema 1.002 do STF - Discussão relativa ao pagamento de honorários à Defensoria Pública, em litígio com ente público ao qual vinculada. Ementa: Direito constitucional. Recurso extraordinário. Pagamento de honorários à Defensoria Pública que litiga contra o ente público que integra. Evolução constitucional da instituição. Autonomia administrativa, funcional e financeira. 1. Recurso extraordinário, com repercussão geral, que discute se os entes federativos devem pagar honorários advocatícios sucumbenciais às Defensorias Públicas que os integram. 2. As Emendas Constitucionais nºs 45/2004, 74/2013 e 80/2014 asseguraram às Defensorias Públicas dos Estados e da União autonomia administrativa, funcional e financeira. Precedentes. 3. A partir dessa evolução constitucional, a Defensoria Pública tornou-se órgão constitucional autônomo, sem subordinação ao Poder Executivo. Não há como se compreender que a Defensoria Pública é órgão integrante e vinculando à estrutura administrativa do Estado-membro, o que impediria o recebimento de honorários de sucumbência. Superação da tese da confusão. Necessidade de se compreender as instituições do Direito Civil à luz da Constituição. 4. A missão constitucional atribuída às Defensorias Públicas de garantir o acesso à justiça dos grupos mais vulneráveis da população demanda a devida alocação de recursos financeiros para aparelhamento da instituição. No entanto, após o prazo de oito anos concedido pelo art. 98 do ADCT, os dados sobre a situação da instituição revelam que os recursos destinados pelos cofres públicos não são suficientes para a superação dos problemas de estruturação do órgão e de déficit de defensores públicos. 5. As verbas sucumbenciais decorrentes da atuação judicial da Defensoria Pública devem ser destinadas exclusivamente para a estruturação de suas unidades, contribuindo para o incremento da qualidade do atendimento à população carente, garantindo, desta maneira, a efetividade do acesso à justiça. 6. Recurso extraordinário provido, com a fixação das seguintes teses de julgamento: “1. É devido o pagamento de honorários sucumbenciais à Defensoria Pública, quando representa parte vencedora em demanda ajuizada contra qualquer ente público, inclusive aquele que integra; 2. O valor recebido a título de honorários sucumbenciais deve ser destinado, exclusivamente, ao aparelhamento das Defensorias Públicas, vedado o seu rateio entre os membros da instituição”. (STF - RE: 1140005 RJ, Relator: ROBERTO BARROSO, Data de Julgamento: 26/06/2023, Tribunal Pleno, Data de Publicação: PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 15-08-2023 PUBLIC 16-08-2023)

A alternativa A está incorreta. Não há destinação dos recursos para formalização de políticas públicas. Conforme a tese, os honorários sucumbenciais deverão ser destinados, exclusivamente, ao aparelhamento das Defensorias.

A alternativa B está incorreta. Há previsão de honorários em favor da Defensoria, inclusive quando litigue em desfavor do ente ao qual pertença.

A alternativa C está correta. Exatamente. Tese 1 do Tema 1.002 do STF. É devido o pagamento de honorários sucumbenciais à Defensoria Pública, quando representa parte vencedora em demanda ajuizada contra qualquer ente público, inclusive aquele que integra;

A alternativa D está incorreta. Não há vedação ao pagamento de honorários sucumbenciais à Defensoria Pública.

A alternativa E está incorreta. É vedado o pagamento de honorários ao Defensor Pública. Tese 2 do Tema 1.002 do STF. O valor recebido a título de honorários sucumbenciais deve ser destinado, exclusivamente, ao aparelhamento das Defensorias Públicas, vedado o seu rateio entre os membros da instituição.

**QUESTÃO 88. A respeito das atribuições e prerrogativas da defensoria pública como instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, julgue os itens a seguir, considerando a jurisprudência dos tribunais superiores.**

**I - A atuação da defensoria pública nos espaços judiciais e extrajudiciais se restringe à atividade de representação.**

**II - Segundo o entendimento do STF, a expressa previsão constitucional acerca do poder de requisição da defensoria pública permite a este órgão obter de qualquer autoridade documentos, certidões e demais providências necessárias ao exercício de suas atribuições.**

**III - A defensoria pública possui legitimidade para propor demanda, individual ou coletiva, que busque resguardar direitos e interesses do consumidor, da criança e do adolescente, do idoso e das pessoas com deficiência.**

**Assinale a opção correta.**

**a) Apenas o item II está certo.**

**b) Apenas o item III está certo.**

**c) Apenas os itens I e II estão certos.**

**d) Apenas os itens I e III estão certos.**

**e) Todos os itens estão certos.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema atribuições e prerrogativas da defensoria pública.

A assertiva I está incorreta. A Defensoria Pública não atua apenas representando a parte judicialmente, como pode atuar em representação extraordinária e até mesmo em nome próprio, inclusive como *custos vulnerabilis*, em uma verdadeira teoria dinâmica da atuação defensorial.

A assertiva II está incorreta. Não existe expressa previsão constitucional do poder de requisição. Este poder, recentemente declarado constitucional, está no Art. 128, X, da LC 80/94.

A assertiva III está correta. De fato, a Instituição poderá atuar de forma individual e coletiva, judicial e extrajudicial, em prol dos referidos grupos vulneráveis, nos termos do art. 134, CF c/c art. 4º, LC n. 80/94.

Portanto, considerando que apenas o item III é verdadeiro e os demais são falsos, as alternativas A, C, D e E estão incorretas.

**QUESTÃO 89. Conforme previsto expressamente na CF, é garantia institucional relativa aos membros da defensoria pública a**

**I - indivisibilidade.**

**II - autonomia funcional.**

**III - unidade.**

**IV - vitaliciedade.**

**V - inamovibilidade.**

**Assinale a opção correta.**

**a) Apenas os itens I, III e IV estão certos.**

**b) Apenas os itens I, II, III e V estão certos.**

**c) Apenas os itens I, II, IV e V estão certos.**

**d) Apenas os itens II, III, IV e V estão certos.**

**e) Todos os itens estão certos.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema princípios da defensoria e garantia de seus membros.

É possível que a questão venha a ser anulada, por imprecisão técnica, considerando que ela confunde os princípios da defensoria em si com as garantias de seus membros. Constituição Federal. Art. 134. (...) § 4º São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, aplicando-se também, no que couber, o disposto no art. 93 e no inciso II do art. 96 desta Constituição Federal. LC 80/94: Art. 127. São garantias dos membros da Defensoria Pública do Estado, sem prejuízo de outras que a lei estadual estabelecer: I - a independência funcional no desempenho de suas atribuições; II - a inamovibilidade; III - a irredutibilidade de vencimentos; IV - a estabilidade. Desta forma, observando que unidade e indivisibilidade são princípios da defensoria e que autonomia (independência) funcional e inamovibilidade são garantias dos membros. Bem como que os defensores públicos não gozam de vitaliciedade, mas sim de estabilidade. Pode-se apontar como alternativa correta e letra B.

Consequentemente, uma vez que as assertivas I, II, III e V seriam verdadeiras e a alternativa IV seria falsa, as **alternativas A, C, D e E** estariam incorretas.

**QUESTÃO 90. Com relação aos aspectos históricos e institucionais da defensoria pública, à luz da jurisprudência do STF, assinale a opção correta.**

**a) A distinção entre as atividades da defensoria pública e da advocacia privada foi implementada pelo poder constituinte reformador, uma vez que foram estabelecidas seções diversas no texto constitucional para cada uma dessas funções essenciais à justiça.**

**b) Segundo a jurisprudência do STF, a defensoria pública detém legitimidade apenas subsidiária para a propositura de ação civil pública, considerada a existência de benefício de ordem em prol do Ministério Público.**

**c) A partir da promulgação da CF, rompendo-se com a antiga concepção de advocacia dativa, foi assegurada às defensorias públicas estaduais a autonomia funcional e administrativa, não sendo admitida a sua subordinação administrativa aos governadores estaduais.**

**d) Considerada a missão institucional da defensoria pública relativa à efetivação dos direitos fundamentais, com destaque para a igualdade e dignidade de pessoas hipossuficientes, o STF entendeu ser incompatível a atuação dessa instituição em favor de pessoas jurídicas.**

**e) Ante a constatação de não implementação da defensoria pública em todas as unidades jurisdicionais, é legítimo ao Poder Judiciário determinar a lotação de defensor público em localidade desamparada.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata dos aspectos históricos e institucionais da defensoria pública.

A alternativa A está correta. A distinção foi realizada pela EC n. 80/2014 que separou, topograficamente, na Constituição, atribuindo a Seção IV, co Capítulo IV (Das Funções Essenciais à Justiça), à Defensoria Pública. Assim a Advocacia e a Defensoria passaram a ter sessões próprias.

A alternativa B está incorreta. A legitimidade da Defensoria Pública, conforme o STF, não é subsidiária no que tange às ações coletivas, conforme julgado na ADI 3943.

A alternativa C está incorreta. A Defensoria Pública não faz parte do Poder Executivo. Não existe subordinação. Mas, expressamente, a autonomia apenas surgiu com as emendas constitucionais n. 45, 69 e 74. A questão foi enfrentada no RE 1140005.

A alternativa D está incorreta. A Defensoria Pública pode atuar em favor de pessoas jurídicas. LC 80/94: Art. 4º São funções institucionais da Defensoria Pública, dentre outras: (...) V – exercer, mediante o recebimento dos autos com vista, a ampla defesa e o contraditório em favor de pessoas naturais e jurídicas, em processos administrativos e judiciais, perante todos os órgãos e em todas as instâncias, ordinárias ou extraordinárias, utilizando todas as medidas capazes de propiciar a adequada e efetiva defesa de seus interesses; (Redação dada pela Lei Complementar nº 132, de 2009).

A alternativa E está incorreta. Não cabe ao Judiciário determinar lotação de defensores públicos, conforme já decidido pelo STF, no Tema 847, RE 887671.

**QUESTÃO 91. A respeito da Defensoria Pública do Estado do Acre, assinale a opção correta, considerando as disposições da Lei Complementar estadual n.º 158/2006.**

**a) O poder normativo no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Acre é exercido pelo defensor público geral.**

**b) A Defensoria Pública do Estado do Acre não detém competência para postular perante sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos.**

**c) Os defensores públicos do estado do Acre participarão, sem direito a voto, dos Conselhos Penitenciários.**

**d) O defensor público do estado do Acre goza de autonomia funcional, o que lhe permite deixar de atuar em situação na qual considere não haver interesse institucional, independentemente de comunicação ao chefe da instituição.**

**e) É prerrogativa do defensor público do estado do Acre ser originariamente processado e julgado pelo tribunal de justiça, nos crimes comuns e de responsabilidade.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata da Lei Complementar estadual do Acre n.º 158/2006.

A alternativa A está incorreta. Está errada, conforme art. 6º, I, da Lei Orgânica Estadual.

A alternativa B está incorreta. Está errada, conforme art. 2º, VI, da Lei Orgânica estadual.

A alternativa C está incorreta. Está errada, conforme art. 11, VIII, da Lei Orgânica Estadual.

A alternativa D está incorreta. Está errada, conforme art. 34, X, da Lei Orgânica Estadual.

A alternativa E está correta. Art. 95, I, a, da Constituição Estadual trás o gabarito, com a prerrogativa dos defensores. Com previsão no art. 34, II da lei orgânica estadual.

**QUESTÃO 92. Com relação a deveres, proibições, impedimentos e regime disciplinar dos defensores públicos do estado do Acre, considerando as disposições da Lei Complementar estadual nº 158/2006, assinale a opção correta.**

**a) O defensor público, no caso de condenação criminal do assistido, deve submeter ao defensor público geral a proposta de ajuizamento de revisão criminal.**

**b) O defensor público deve residir na comarca em que exerce suas funções, sem prejuízo do poder de se ausentar da comarca, não necessitando, neste último caso, de autorização.**

**c) As infrações disciplinares dos defensores públicos podem ensejar a aplicação das penas de demissão e cassação de aposentadoria, a serem implementadas pelo defensor público geral.**

**d) Deve ser aplicada a pena de remoção compulsória ao defensor público que reincidir em falta punível com suspensão.**

**e) O defensor público não pode exercer suas funções em processo no qual parente de segundo grau tenha atuado como analista judiciário.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata dos assuntos deveres, proibições, impedimentos e regime disciplinar dos defensores públicos do estado do Acre.

A alternativa A está incorreta. Está incorreta, pois o defensor público não tem que submeter ao DPG a proposta de ajuizamento de revisão criminal, conforme art. 36, VII, da lei orgânica estadual.

A alternativa B está incorreta. Está equivocada, conforme art. 13, da lei orgânica estadual.

A alternativa C está incorreta. Está equivocada, na forma do art. 41, §6º, da lei orgânica estadual.

A alternativa D está incorreta. Está incorreta, conforme art. 41, §4º e 5º da lei orgânica estadual.

A alternativa E está correta. Está correta, conforme art. 38, V da lei orgânica estadual.

**QUESTÃO 93. A respeito dos aspectos relativos à missão institucional da defensoria pública, considerando as disposições da CF e a jurisprudência dos tribunais superiores, julgue os itens seguintes.**

**I. A defensoria pública atua na salvaguarda de bens e direitos de valor artístico, estético, histórico e turístico, bem como na defesa do meio ambiente.**

**II. A defensoria pública deve prestar assistência judiciária aos necessitados, o que corresponde ao dever de atuar em toda e qualquer atividade no âmbito jurídico, incluindo a pré-judicial e a extrajudicial.**

**III. O termo “necessitados”, empregado no texto constitucional para caracterizar aqueles cuja defesa representa o papel institucional da defensoria pública, se refere apenas às pessoas economicamente vulneráveis, de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ).**

**Assinale a opção correta.**

**a) Apenas o item I está certo.**

**b) Apenas o item II está certo.**

**c) Apenas os itens I e III estão certos.**

**d) Apenas os itens II e III estão certos.**

**e) Todos os itens estão certos.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema função institucional da Defensoria Pública.

A assertiva I está correta. Está correta, pois se relaciona com questões inerentes à tutela coletiva e objetos de ação civil pública, conforme o artigo 1º da Lei n. 7.347/1985.

A assertiva II está incorreta. A expressão fala em assistência judiciária, a qual está relacionada aos atos inerentes ao contraditório e ampla defesa perante o poder judiciário. O termo correto adotado pela Constituição, no art. 5º, LXXIV é assistência jurídica.

A assertiva III está incorreta. A afirmativa III está incorreta, pois o STJ já decidiu que a interpretação deve ser no sentido amplo de necessitados, abrangendo os vulneráveis organizacionais, conforme EREsp 1192577/RS.

Portanto, considerando que o item I é verdadeiro e os demais são falsos, as **alternativas A, C, D e E** estão incorretas.

**QUESTÃO 94. Com base na Constituição do Estado do Acre, julgue os itens a seguir, relativos ao Poder Legislativo.**

**I. Inexiste previsão expressa de edição de medida provisória pelo governador do estado.**

**II. A interrupção da sessão legislativa ordinária não ocorre enquanto o projeto de lei de diretrizes orçamentárias não for aprovado.**

**III. A Constituição do Estado do Acre pode ser emendada mediante proposta de iniciativa popular.**

**Assinale a opção correta.**

**a) Apenas o item I está certo.**

**b) Apenas o item II está certo.**

**c) Apenas os itens I e III estão certos.**

**d) Apenas os itens II e III estão certos.**

**e) Todos os itens estão certos.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do processo legislativo no Estado do Acre.

A assertiva I está incorreta. Existe previsão para que o Governador do Estado do Acre edite medida provisória, conforme art. 52 e 79 da Constituição Estadual.

A assertiva II está correta. É a previsão expressa do art. 48, §2º, da Constituição Acreana.

A assertiva III está correta. Na Constituição do Estado do Acre existe a possibilidade de emenda constitucional de iniciativa popular, conforme o Art. 53, III.

Portanto, considerando que os itens II e III são verdadeiros e o item I é falso, as **alternativas A, B, C, e E** estão incorretas.

**QUESTÃO 95. Com fundamento na Constituição do Estado do Acre, julgue os itens a seguir, acerca das funções essenciais à administração da justiça.**

**I. A organização e as atribuições da Defensoria Pública são fixadas em lei complementar, sendo vedado aos defensores públicos estaduais o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.**

**II. Aplica-se à carreira de defensor público a regra constitucional segundo a qual os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.**

**III. O procurador-geral da justiça será nomeado pelo governador do estado, entre integrantes da carreira indicados em lista sêxtupla, para mandato de três anos, sendo permitida uma recondução.**

**IV. Os membros da Procuradoria-Geral do estado são regidos por lei orgânica própria, razão por que a eles é vedada a aplicação de qualquer dispositivo do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Acre.**

**Estão certos apenas os itens**

**a) I e II.**

**b) I e III.**

**c) II e IV.**

**d) I, III e IV.**

**e) II, III e IV.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema funções essenciais à administração da justiça no Estado do Acre.

A assertiva I está correta. A organização e as atribuições da Defensoria Pública são fixadas em lei complementar, conforme a Constituição Acreana Ademais, é vedado aos defensores públicos estaduais o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais, conforme art. 127.

A assertiva II está correta. Disposição expressa do art. 128, parágrafo único, da Constituição do Estado do Acre.

A assertiva III está incorreta. Não há previsão de lista sêxtupla para nomeação, pelo Governador, do procurador-geral da justiça, conforme art. 107 da Constituição do Estado.

A assertiva IV está incorreta. Permite-se a aplicação subsidiária dos dispositivos do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Acre, conforme art. 121 da Constituição Estadual.

Portanto, considerando que os itens I e II são verdadeiros e os itens III e IV são falsos, as **alternativas B, C, D e E** estão incorretas.

**QUESTÃO 96.** Com base nas disposições da Constituição do Estado do Acre, julgue os itens relativos aos servidores públicos civis estaduais, julgue os itens seguintes.

**I.** No âmbito de sua competência, o estado e os municípios instituirão regime jurídico único e planos de carreira para os servidores públicos civis da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.

**II.** Ao servidor público é vedada a participação no produto da arrecadação de tributos e multas, inclusive dívida ativa.

**III.** É assegurado o direito de remoção do servidor público civil estadual para o lugar de residência do cônjuge, se este também for servidor, para igual cargo, se houver vaga e forem atendidas as condições legais.

**IV.** É vedado o estabelecimento, mediante lei, de qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas os itens I e II estão certos.
- b) Apenas os itens I e IV estão certos.
- c) Apenas os itens II e III estão certos.
- d) Apenas os itens III e IV estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema regime jurídico dos servidores públicos civis estaduais do Acre.

A assertiva I está correta. Disposição expressa do art. 30 da Constituição Estadual.

A assertiva II está correta. Também é disposição expressa, a vedação da participação de servidores públicos no produto da arrecadação de tributos e multas, inclusive dívida ativa, conforme art. 30, § 4º, da Constituição Estadual.

A assertiva III está correta. Existe o direito previsto na Constituição Estadual do Acre de que o servidor público será assegurado o direito de remoção para o lugar de residência do cônjuge, se este for servidor, para igual cargo, se houver vaga e atendidas as condições que a lei determina, conforme art. 30, § 5º.

A assertiva IV está correta. Veda-se o estabelecimento, mediante lei, de qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

Portanto, considerando que todos os itens são verdadeiros, as **alternativas A, B, C e D** estão incorretas.

**QUESTÃO 97. De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Acre (Lei Complementar estadual nº 39/1993), o retorno de servidor estável ao cargo anteriormente ocupado decorrente de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo é denominado**

**a) aproveitamento.**

**b) readaptação.**

**c) recondução.**

**d) reversão.**

**e) reintegração.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Acre.

A questão cobrou literalidade de dispositivo da Lei Complementar Estadual do Acre n. 39/1993. A lei estabelece em seu Art. 32, I, que: LCE 39/93. DA RECONDUÇÃO. Art. 32. Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de: I - inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo; e II - reintegração do anterior ocupante.

Consequentemente, as demais **alternativas A, B, D e E** estão incorretas.

**QUESTÃO 98. Julgue os itens a seguir, a respeito da prescrição de penalidades e da prescrição da ação disciplinar, com base no Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Acre.**

**I. Em relação à suspensão, que não pode exceder noventa dias, a ação disciplinar prescreverá em dois anos.**

**II. O registro da penalidade de advertência será cancelado após o decurso de dois anos de efetivo exercício, desde que, nesse período, o servidor não pratique nova infração disciplinar.**

**III. A abertura de sindicância ou a instauração de processo administrativo disciplinar suspende a prescrição, até a decisão final ser proferida por autoridade competente.**

**IV. O prazo de prescrição da ação disciplinar começa a contar da data em que o fato foi praticado.**

**Assinale a opção correta.**

**a) Apenas o item I está certo.**

**b) Apenas o item III está certo.**

**c) Apenas os itens I, II e IV estão certos.**

**d) Apenas os itens II, III e IV estão certos.**

**e) Todos os itens estão certos.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Acre.

A assertiva I está correta. A suspensão não pode exceder noventa dias e sua ação disciplinar prescreverá em dois anos, conforme Art. 180 e 193 da LCE 39/93.

A assertiva II está incorreta. As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de três e cinco anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplina, ao que estabelece o Art. 181 da LCE 39/93.

A assertiva III está incorreta. Está incorreta, pois não suspende a prescrição e sim interrompe, conforme art. 193, §3º.

A assertiva IV está incorreta. A abertura de sindicância ou a instauração de processo administrativo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente. É errado falar que suspende, pois interrompe a prescrição, nos termos do Art. 193, § 1º, da LCE 39/93.

Portanto, considerando que o item I é verdadeiro e os demais são falsos, as **alternativas B, C, D e E** estão incorretas.

**QUESTÃO 99. De acordo com a Lei Complementar estadual n.º 39/1993, o prazo máximo para o servidor entrar em exercício, contado da data da posse, é de**

**a) quinze dias corridos.**

**b) cinco dias úteis.**

**c) trinta dias corridos.**

**d) três dias úteis.**

**e) dez dias úteis.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da Lei Complementar do Estado do Acre n.º 39/1993.

A questão cobra disposição expressa da Lei. Nestes termos: LCE 39/93. Art. 16. Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo. § 1º É de três dias úteis o prazo máximo para o servidor entrar em exercício, contados da data da posse.

Consequentemente, as **alternativas A, B, C e E** estão incorretas.

**QUESTÃO 100.** Nos termos da Lei Complementar estadual n.º 39/1993, a autoridade instauradora do processo administrativo disciplinar poderá determinar, como medida cautelar para que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, o afastamento preventivo do servidor do exercício do cargo, sem prejuízo da remuneração, pelo prazo máximo de

a) quinze dias.

b) trinta dias.

c) sessenta dias.

d) noventa dias.

e) cento e vinte dias.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da Lei Complementar do Estado do Acre n.º 39/1993.

A questão cobra disposição expressa da Lei. Nestes termos, o afastamento previsto tem prazo de 60 dias. LCE 39/93: Art. 198. Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo administrativo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até sessenta dias, sem prejuízo da remuneração.

Consequentemente, as **alternativas A, B, D e E** estão incorretas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: [yasmin.ushara@estrategia.com](mailto:yasmin.ushara@estrategia.com) / [thiago.carvalho@estrategia.com](mailto:thiago.carvalho@estrategia.com)



Instagram: [estrategiacarreirajuridica](https://www.instagram.com/estrategiacarreirajuridica) / [yasminushara](https://www.instagram.com/yasminushara)